



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

**EX-COMBATENTES DO BRASIL – ENTRE A HISTÓRIA E A
MEMÓRIA (1945-2009)**

VIRGÍNIA MERCÊS GUIMARÃES CARVALHO

**RECIFE
2009**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

**EX-COMBATENTES DO BRASIL – ENTRE A HISTÓRIA E A
MEMÓRIA (1945-2009)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da UFPE, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Dr. Antônio Torres Montenegro

**RECIFE
2009**

CARVALHO, Virgínia Mercês Guimarães.

Ex-combatentes do Brasil – entre a História e a Memória (1945-2009)/
Virgínia Mercês Guimarães Carvalho - Recife, 2009.

120f.

Orientador: Dr. Antônio Torres Montenegro.

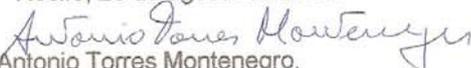
Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Centro de Filosofia e Ciências Humanas - Programa de Pós-graduação em História, Recife, Brasil, 2009.

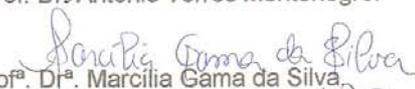
1. II Guerra Mundial. 2. Força Expedicionária Brasileira. 3. Ex-combatentes. 4. Memória 5. História – Dissertação. I. Montenegro, Antônio Torres (Orient.).

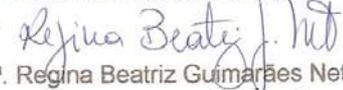


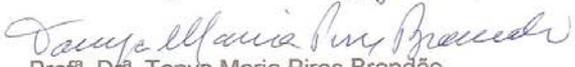
ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DA ALUNA VIRGÍNIA MERCÊS GUIMARÃES CARVALHO.
Às 14:00h do dia 28 (vinte e oito) de agosto de 2009 (dois mil e nove), no Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, reuniu-se a Comissão Examinadora para o julgamento da defesa de Dissertação para obtenção do grau de Mestre apresentada pela aluna, **Virgínia Mercês Guimarães Carvalho**, intitulada **“Ex-Combatentes do Brasil – entre a história a e memória (1945-2009)”**, em ato público, após argüição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder à mesma o conceito **“APROVADA”**, em resultado à atribuição dos conceitos dos professores doutores: Antonio Torres Montenegro (Orientador), Regina Beatriz Guimarães Neto e Marcília Gama da Silva. A validade deste grau de Mestre está condicionada à entrega da versão final da dissertação no prazo de até 90 (noventa) dias, a contar a partir da presente data, conforme o parágrafo 2º (segundo) do artigo 44 (quarenta e quatro) da Resolução Nº 10/2008, de 17 (dezessete) de julho de 2008 (dois mil e oito). Assinam a presente ata os professores supracitados, a Coordenadora, Profª. Drª Tanya Maria Pires Brandão e a Secretária da Pós-graduação em História, Sandra Regina Albuquerque, para os devidos efeitos legais.

Recife, 28 de agosto de 2009.


Prof. Dr. Antonio Torres Montenegro.


Profª. Drª. Marcília Gama da Silva.


Prof. Drª. Regina Beatriz Guimarães Neto


Profª. Drª. Tanya Maria Pires Brandão.


Sandra Regina Albuquerque

Dedicatória

A todos aqueles que direta ou indiretamente tiveram sua vida ou estrutura familiar atingida e foram privados do amor e da atenção de alguém querido em consequência da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial.

Agradecimentos

Em primeiro lugar deixo registrado aqui meu reconhecimento ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por ter viabilizado minhas pesquisas através da concessão de bolsa, permitindo assim que eu viajasse por diferentes regiões do país buscando mais fontes e aprofundando meus conhecimentos sobre a História Militar do Brasil. Agradeço também as professoras que compuseram minha banca de qualificação e defesa Dra. Regina Beatriz Guimarães e Dra. Marcília Gama, que cuidadosamente leram e se dedicaram na melhoria deste trabalho.

Seriam necessárias muitas páginas de agradecimento para fazer justiça a todas as pessoas que durante a minha longa caminhada de arquivos, entrevistas, viagens e pesquisas estiveram de algum modo me apoiando. Desde as palavras de incentivo até logisticamente, quando me abriram afetuosamente suas portas para que eu me instalasse em suas casas, fui privilegiada por poder contar com o apoio de tantos amigos.

Assim, serei eternamente grata pela forma como sempre fui tratada pelos veteranos onde quer que eu fosse encontrá-los, seja em Minas, no Rio de Janeiro, em Pernambuco ou em Brasília. Sempre pude contar com boa vontade de todos eles, os quais me acolheram e continuam acolhendo com carinho paterno e paciência de um avô bondoso. O tratamento que me foi dispensado por eles sempre me emocionou e posso afirmar hoje que recompensa absolutamente todas as angústias sofridas ao longo dessa jornada.

Aos muitos amigos civis e militares que fiz em Recife e Olinda, terei sempre uma enorme gratidão. Entre os civis, na secretaria do programa de pós-graduação em História, sempre pude contar com o apoio sorridente e eficiente da Carmem, que auxiliou todos os meus passos pela universidade, até então desconhecida por mim. Dentro e fora das salas de aula tive amigadas demasiadamente produtivas e incentivadoras como a da Paula, minha eterna intercessora. Além deles, meu grande amigo também apaixonado pela FEB Luciano, pelas infindáveis conversas sobre nosso tema.

No meio militar, além dos comandantes que passaram pelo 7º-GAC entre 2007 e 2009, os quais sempre me consentiram de boa vontade consultar todos os arquivos do grupo, não poderia deixar de citar meus amigos sargentos e tenentes daquela instituição. Pela paciência que sempre tiveram comigo ao me ouvirem por horas falando sobre as memórias da Força Expedicionária Brasileira e acolherem com doçura meus comentários sobre as incoerências institucionais do Exército diante de suas memórias de guerra, fica aqui minha imensa gratidão e respeito.

Também sou grata aos meus amigos e professores da Universidade Federal de São João del-Rei que nunca permitiram que eu desacreditasse da minha capacidade de fazer um bom trabalho e estiveram constantemente me estimulando e reconhecendo um valor acima daquele que eu julgo legítimo, mas que, no fim das contas, sempre me serviu de estímulo a corresponder-lhes as expectativas que nutriam sobre mim. Em especial, àqueles que mesmo geograficamente distantes - como o Malaquias, o Pedro e Isabel - foram meus intercessores dedicados, carinhosos, pacientes e, sobretudo, delicados ao apontarem minhas inúmeras dificuldades.

Ao meu orientador Antônio Montenegro, que me ensinou muito mais do que eu supunha poder aprender, seja no tocante ao fazer histórico, seja no que diz respeito às transformações que o desenvolvimento intelectual pode trazer para nossa vida cotidiana, registro também minha gratidão. Por ter me incitado a sentir as teorias e os filósofos, ele me ajudou, mesmo sem saber, a transformar efetivamente algumas de minhas posturas e olhares sobre o mundo. Assim, posso afirmar, seguramente, que o temor inicialmente sentido pela figura séria e introspectiva que eu via naquele homem foi suplantado por uma incalculável admiração, respeito e carinho pelo profissional e ser humano que ele é e me inspirou a ser.

Aos meus três queridos e doces irmãos, tios e avó, que sempre me apoiaram cada um ao seu modo, de uma maneira inexplicável, por tudo que não cabe aqui dizer: obrigada! Ao meu pai e exemplo Pedro e a minha mãe e fortaleza Eliana, que sempre estiveram presente na minha trajetória acadêmica - segurando cartazes, aplaudindo, consolando, incentivando, lendo o que eu escrevia, ouvindo-me falar várias vezes a mesma coisa, sobre História, Memória, Exército ou Foucault – obrigada!

Não foi sem dor que esse trabalho chegou ao fim, mas talvez ele nunca tivesse sequer iniciado se não fosse o apoio e incentivo incondicional do meu marido Ricardo, luz da minha vida. Pela compreensão durante meus longos períodos de ausência, pelas leituras e releituras do meu texto, pela paciência diante das minhas mudanças de humor, pelo interesse no meu trabalho e nas teorias que mudaram tanto a minha cabeça: obrigada! Tens minha eterna gratidão por toda a melhora que você sempre me incentivou a buscar, pela calma que me transmitia nos momentos de desespero e pela confiança na minha capacidade quando eu pensava que nada daria certo! Obrigada por ter segurado a minha mão para me acalmar, olhado nos meus olhos para assegurar; e, principalmente, por ter trilhado comigo essa trajetória intelectual sem permitir que as mudanças e contradições causadas pelo caminho nos impedissem de estar juntos nesse momento.

Resumo

CARVALHO, Virgínia Mercês Guimarães. EX-COMBATENTES DO BRASIL – ENTRE A HISTÓRIA E A MEMÓRIA DO BRASIL NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1945-2009)/ Orientador: Antônio Torres Montenegro, UFPE, CFCH, PPGH, Recife, 2009. Dissertação em História.

A participação das Forças Armadas do Brasil na Segunda Guerra Mundial é compreendida por diferentes linhas de interpretação na produção acadêmica brasileira. A mais disseminada dentre elas analisa apenas as experiências da Força Expedicionária Brasileira, em detrimento da análise de outros grupos com memórias de guerra distintas. Nesse trabalho procuramos perceber, por meio da diversidade de fontes existentes - jornais, livros, fotos, documentários e relatos orais - como são formadas as seleções e cristalizações da memória.

A multiplicidade de memórias e “lugares de memória” existentes sobre a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial nos indicam uma forte preocupação em manter viva a figura dos ex-combatentes. No entanto, ao contrário do que ronda o senso comum, as memórias deste evento histórico não são homogêneas e se agitam continuamente em meio às constantes resignificações do passado - movimento próprio à História. Nos deparamos, deste modo, com uma forte distinção na forma como se estruturou a memória dos ex-combatentes “praieiros”, dos veteranos da FEB, dos militares da ativa, da instituição militar e dos civis, o que torna inviável o entendimento da existência de uma memória nacional unificada sobre a participação do Brasil na Guerra e nos permite enxergar as disputas sutis pelos espaços de memória e lugares de reafirmação da identidade.

Palavras-chave: Força Expedicionária Brasileira, Vigilância do litoral, Diversidade de Memórias, Disputas de poder.

Abstract

CARVALHO, Virgínia Mercês Guimarães. BRAZILIAN VETERANS – BETWEEN THE HISTORY AND THE MEMORY OF BRAZIL IN SECOND WORLD WAR (1945-2009)/ Teacher Advisor: Antônio Torres Montenegro, UFPE, CFCH, PPGH, Recife, 2009. Dissertation in History.

The participation of the Brazilian Armed Forces in the Second World War is analysed under different lines of interpretation in Brazilian's academic production. The most disseminated between them analyses just the Brazilian Expeditionary Force's experience to the detriment of the analysis of other groups, which have different war memories. In this work, we tried to perceive, through the diversity of existent sources – newspapers, books, pictures, documentaries and oral accounts – how the selections and memory cristalizations are build.

The various existing memories and “memory places” about Brazil's participation in the Second World War shows us a strong concern in keeping alive the figure of the veterans. Although, unlike the common sense affirms, the memories of this historic event aren't homogeneous and are continually in movement between the constant past elaborations – peculiar History movement. In fact, we encounter a strong distinction in the way “praieiros”, veterans, the militaries, the Army as an institution and the civilians have structured their memories, what makes impracticable the understanding about an unified national memory of Brazil's participation in the war and allows us to see the subtle disputes by the spaces of memory and places of identity's reaffirmation.

Key Words: Brazilian Expeditionary Force, Surveillance of the coastline, diversity of memories, power disputes

Lista de Ilustrações

Figura 1 – AGRESSÃO: Documentário dos fatos que levaram o Brasil à guerra.	29
Figura 2- Protestos Estudantis na cidade do Recife em 1942	30
Figura 3 – Propaganda incentivando a compra de obrigações de guerra.	34
Figura 4 – Apelo à economia de produtos importantes para guerra.....	34
Figura 5 – Propaganda de produtos químicos explorando a participação do Brasil na guerra.	35
Figura 6 – Propaganda da Rádio difusora	37
Figura 7- Circular do Ministério da Viação e Obras Públicas.....	39
Figura 8- Propaganda enaltecendo a segurança do transporte ferroviário.....	43
Figura 9 – Alerta à população sobre a importância de se poupar energia.....	47
Figura 10 - Normas de conduta familiar para Defesa Passiva do litoral no RN em caso de Black-out	49
Figura 11 - Normas de conduta em caso de alarme no RN em caso de alarme.	49
Figura 12 – Apelo à economia de energia.	50
Figura 13 – Mapa das principais cidades envolvidas na vigilância do litoral Nordeste Brasileiro	65
Figura 14 – Telegrama enviado a SSP-PE informando o sobrevôo de aeronaves desconhecidas.	Erro! Indicador não definido.
Figura 15 – Formatura ocorrida em comemoração ao Dia da Vitória na 7ª- R M/ PE.....	85
Figura 16- Diretoria da AECB/DF	86
Figura 17 – Membros da ANVFEB/ DF	86
Figura 18 – Veteranos e Ex-combatentes se preparando para o início do desfile de 07 de Setembro.....	88
Figura 19 – Embarque e Desembarque de tropas brasileiras em 1944.....	Erro! Indicador não definido.
Figura 20 - Elza Cansação em 1944 durante a guerra e nos dias atuais	98
Figura 21 – Banda do 11º- Regimento de Infantaria	104
Figura 22 – Desfile dos pracinhas da FEB antes do embarque para Itália	121
Figura 23 - Trecho do Diário do Congresso Nacional – Seção I. Ano VIII.....	122

LISTA DE SIGLAS

AHEx – Arquivo Histórico do Exército

APEJE – Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciando/ PE

BI – Boletim Interno

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea

DEIP – Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda

DOPS – Delegacia de Ordem e Política Social

DOPS/PE – Delegacia de Ordem e Política Social de Pernambuco

FEB – Força Expedicionária Brasileira

FGV – Fundação Getúlio Vargas

GAC – Grupo de Artilharia de Campanha

JC – Jornal do Commercio

OM – Organização Militar

PE – Polícia do Exército

RM – Região Militar

SSP/PE – Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco

TO – Teatro de Operações

TSN – Tribunal de Segurança Nacional

STM – Superior Tribunal Militar

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1	25
1.1 - Caminhos do Combate: A guerra chega à América	25
1.2 - A Guerra vem ao Brasil.....	27
1.3 -. A Imprensa no Estado Novo	31
1.4 - Mecanismos de memória.....	41
1.5 - O Brasil antes e durante a guerra	45
CAPÍTULO 2	61
2.1 - Entre a Memória e a História - Conflitos no Brasil.....	61
2.2 - A Força de Vigilância do litoral.....	62
2.3 - Lembranças do mar - A praia dos praieiros	66
2.4 - Práticas de Distinção	79
2.4.1 - As Associações.....	79
2.4.2 - Veteranos <i>versus</i> Ex-combatentes.....	86
CAPÍTULO 3	91
3.1 - Do outro lado do oceano	91
3.2 - Quem fez a cobra fumar – os atores da guerra.....	95
3.3 - Lembranças submersas.....	100
3.4 - Casos de guerra	107
Considerações finais	125
Referencias	134

INTRODUÇÃO

Sendo neta de um veterano da FEB que sempre se recusara a falar sobre as situações vividas na Itália, cresci na expectativa de um dia penetrar um pouco mais no mundo daquele homem inconstante e doce que é o meu avô paterno. Sobretudo, nesse sentido essa pesquisa me levou a buscas e caminhos outrora desconhecidos que contribuíram sobremaneira para o meu intento inicial. Hoje compreendo melhor a dureza de emoções daquele homem, que experimentou durante 9 meses em solo italiano, a impotência diante da morte, da dor, da saudade e, sobretudo da incerteza no que o futuro lhe reservava. Embora minha história familiar pareça um assunto particular, creio que seja importante para que o leitor compreenda as origens dessa pesquisa e, ao final dessa leitura, as transformações sociais que uma guerra pode trazer - em proporções macro (sociedade) e micro (núcleo familiar) - possam ser não apenas compreendidas como também *sentidas*.

Segundo levantamento feito por Ferraz(2003), o interesse de estudos acadêmicos pela experiência da Força Expedicionária Brasileira iniciou nos programas de pós-graduação na década de 1970 com o trabalho de Maria de Lourdes Ferreira Lins. Em meados da década de 1980, encontramos apenas um trabalho do realizado pelo veterano Francisco Cabral. Apesar disso, somente a partir da década de 80, o tema da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial começou a ganhar destaque nos estudos acadêmicos, e aparecer mais freqüentemente como tema de pesquisa, sobretudo nos anos 90 com os autores Luís Felipe da Silva Neves, Alfredo Oscar Salum e Patrícia da Silva Ribeiro¹.

Ao longo da graduação em história, as buscas por obras e pesquisas sobre o tema eram geralmente infrutíferas e frustrantes. Além de haver pouca historiografia a respeito, o acesso a essas raras obras era complicado para uma estudante da primeira turma de História

¹ LINS, M de L. F. **A Força Expedicionária Brasileira**: uma tentativa de interpretação. São Paulo, 1972. Dissertação (Mestrado em História) Universidade de São Paulo. (publicada em 1975 pela Editora Unidas de São Paulo); CABRAL, F. **Um Batalhão no Monte Castelo**. São Paulo, 1982. Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo; NEVES, L. F. da S. **A Força Expedicionária Brasileira**: uma perspectiva histórica. Rio de Janeiro, 1992. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Rio de Janeiro; SALUM, A. O. **Zé Carioca vai à Guerra**. São Paulo, 1996. Dissertação (Mestrado em História) Pontifícia Universidade Católica; RIBEIRO, P. da S. **As batalhas da memória**: uma história da memória dos ex-combatentes brasileiros. Niterói, 1999. Dissertação (Mestrado em História): Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense.

da Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ), situada no interior do estado de Minas Gerais. Apesar das dificuldades em obter os estudos acima citados tive o privilegio de contar com o ensinamento e amizade de muitos professores. Assim, Dra. Maria Leônia Chaves, amiga e professora da graduação na referida universidade, a quem eu havia revelado o meu interesse por este aspecto da história militar, me presenteou com uma revista de história cujo tema de capa era o Brasil na Segunda Guerra Mundial. Uma vez disseminado meu interesse pelo tema entre os outros professores, Dra. Sílvia Brugüer passou a me orientar sobre a utilização da História Oral como um importante instrumento para ampliação do meu conhecimento sobre o tema. O freqüente contato com os veteranos da Força Expedicionária Brasileira me possibilitou trabalhar uma abordagem distinta das encontradas na memória oficial, originando assim minha monografia de conclusão do curso de história na UFSJ no ano de 2005.

Todavia, a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial exercia sobre mim atrativos pessoais e profissionais fortes o bastante para me conduzir a uma prazerosa e rica viagem às práticas e representações solidificadas pelos grupos estudados. Quando adentramos a memória daqueles homens e mulheres que aceitaram, de alguma forma, compartilhar suas experiências de vida e de morte, travamos contato com o mais essencial das transformações da sociedade: as transformações dos sentimentos humanos. Sendo assim, o tema abarca complexidades e no presente trabalho envolve uma discussão sobre memória que ainda não foram esgotadas historicamente e que, autores nacionais e internacionais vão, ao longo dos capítulos, nos auxiliar na busca por uma análise segura.

Dentre os nacionais o historiador Antônio Torres Montenegro contribuiu de sobremaneira para o amadurecimento das reflexões desta dissertação sobre a fonte oral e a memória, assuntos privilegiados em grande parte dos trabalhos do historiador. Segundo ele, os registros da memória resultam de operações complexas, seletivas, uma vez que a memória é trabalho de ressignificação do presente.² Ao realizar entrevistas com ‘velhos’ e ‘velhas’ da cidade do Recife sobre a cultura popular das décadas de 1920 a 1950, enfocando o seu lado simbólico, o historiador procura recuperar, descrever e narrar algo sobre essa cultura. Para o autor, marcas e conteúdos relembrados/narrados surgem de formas variadas, sendo possível

² MONTENEGRO, Antônio Torres. *Rachar as palavras*: ou uma história a contrapelo. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 32, n. 1, p. 37-62, jun. 2006.

apontar algumas histórias que o público entrevistado tem, conscientemente, preservadas em sua memória.³

Para Montenegro, o historiador deve estudar a memória e a história para pensar a produção de relatos orais de memória e as formas de incorporação destes nas suas pesquisas. Ele defende que “o trabalho de produzir documentos a partir de entrevistas é uma atividade que, associada às suas especificidades técnicas [...] e metodológicas [...], constitui-se como uma produção de uma fonte documental.”⁴ Metodologicamente, para construção da fonte documental, o autor optou pela entrevista de história de vida e temática. A mesma tem como ponto de partida a história de vida, uma vez que a abordagem direta de um assunto pode dificultar o desencadear do processo de relembração esperado pelo entrevistador. Deste modo, mesclar as duas técnicas de entrevistas oferece mais possibilidades de registrar densas memórias.

Entre os autores internacionais a leitura das obras de Michael Pollak(1989), Maurice Halbwachs(1990), Alistair Thomson(2001) e Chartier também contribuíram fortemente para que pudéssemos ter uma visão mais clara das fontes utilizadas nessa dissertação e da forma como poderiam ser trabalhadas.

Assim, mais do que contribuir para a compreensão de uma experiência, o livro de Michel Pollak lança luz sobre processos sociais mais amplos e problematiza conceitos de uso corrente nas ciências humanas. Um dos principais questionamentos do autor se dá sobre como é possível se preservar a identidade numa situação extrema como a de um campo de concentração, em que pessoas são arrancadas de seu ambiente, de suas relações familiares, expropriadas de seus bens e atiradas num universo estranho, hostil e totalitário. Buscando compreender como num local onde se procura a despersonalização e a morte é uma presença constante, a identidade - e os elementos que a constituem - podem influenciar na definição das trajetórias individuais e construção de novas redes sociais.

Nesse sentido, as experiências sobre as quais ele se debruça em muito se assemelha com as que buscamos nesta dissertação, ainda que com abordagem e proporções distintas. Os relatos de que dispõe o autor tornam-se objeto de problematização ao serem sistematicamente comparados para criar uma ponte entre memória e identidade enquanto os relatos dos ex-combatentes aparecem aqui de forma a incitar questionamentos de determinadas práticas e comportamentos sociais. Ao compreender os distintos

³ MONTENEGRO, Antônio Torres. **História e memória**: a cultura popular revisitada. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1994.

⁴ Idem. Ibidem, p. 18.

constrangimentos e reações sentidos pela testemunha refletem diretamente em cada depoimento em que são identificados o dizível e o indizível, e o individual e o coletivo. Além disso, ao abordar trajetórias individuais de mulheres que passaram pelo campo de extermínio de Auschwitz-Birkenau, na Polônia, Michael Pollak exemplifica o que é necessário pra se produzir uma análise densa e rica.

Quando Michael Pollak⁵ relacionou as contradições entre as memórias coletivas em seus vários tipos, o enquadramento dessas memórias e a possibilidade de se encontrarmos outras distintas, ele nos estimulou a buscar a diversidade - independente dos trajetos que percorreríamos. A partir disso, travamos contato com episódios e sujeitos que assumiram papéis peculiares nessa história, os quais ainda não foram ouvidos, por silenciamentos impostos pela memória oficial ou simples esquecimentos, mas que são apresentados à cena histórica por intermédio dos instrumentos da história oral.

Apesar de Pollack valorizar o contato ou a busca pelas memórias submersas, ele compreende que, assim como a memória nacional, “opressora”, elege pontos de referência para sua legitimação, também a memória de grupos e associações é, de alguma forma, enquadrada e legitimada coletivamente. Nesse processo de enquadramento, as memórias proibidas são marginalizadas tanto pelos produtores de conhecimento quanto pelas pessoas comuns que compõem um determinado grupo. Ao longo dos capítulos essas divisões e enquadramentos serão exemplificados e explorados para trazer à cena histórica a heterogeneidade de grupos, memórias e experiências, além das disputas e acordos existentes na solidificação de memórias coletivas e individuais.

A História Oral foi, portanto a forma pela qual os sujeitos, até então invisíveis, puderam em nossa pesquisa rememorar experiências de sua juventude e falar sobre acontecimentos que lhes marcaram o corpo e alma – democratizando e enriquecendo essa parte da História Militar do Brasil. De todas as fontes as quais nos propusemos a trabalhar, os relatos orais de ex-combatentes possuem uma importância especial em nosso trabalho, uma vez que eles respondem a pontos específicos de nossos questionamentos e expõem de forma peculiar os mecanismos de construção, manutenção e solidificação de uma memória coletiva entre eles.

Deste modo, os relatos de memória utilizados nessa dissertação são registros construídos a partir de entrevistas feitas a um grupo de homens que de alguma forma estiveram presentes nas situações de guerra que envolveram o Brasil. Somente por meio

⁵ POLLACK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

desses relatos pudemos conhecer o mundo desses soldados que vivenciaram uma experiência semelhante e que assumem posturas comuns ao grupo ao qual pertencem para garantir a manutenção de suas memórias.

Assim, se durante muito tempo o silêncio do meu avô, muitas vezes entendido como indiferença e desprezo, me impunha sofrimento, ao longo da pesquisa que originou essa dissertação, ele me propiciou, em conjunto com a absorção das teorias dos autores citados, sensibilidade para lidar com meu objeto de pesquisa e uma maior compreensão do mesmo.

Não me refiro aos jornais da época, folhetins militares, fotografias, pilhas de livros ou às atas de reuniões que analisamos. O ex-combatente sempre foi o foco dessa pesquisa que percorreu caminhos inesperados, mas me levou ao melhor entendimento do mundo do meu avô e de milhares de homens que vivenciaram e tiveram suas vidas transformadas para sempre pela guerra.

Ao me permitirem freqüentar suas associações, conviver e observar as práticas sociais e militares durante seis anos - entre graduação e mestrado - os ex-combatentes de Minas Gerais, Pernambuco, Distrito Federal e Rio de Janeiro, consentiram que adentrássemos seu mundo de representações, construtor de nossa principal fonte de pesquisa: a memória. Os três primeiros estados de Minas Gerais, Pernambuco e Distrito Federal foram lugares onde residi respectivamente durante a construção da monografia de fim de curso, das pesquisas do mestrado e finalização da dissertação de mestrado. Já o Rio de Janeiro foi escolhido devido a importância da Casa da FEB - sede principal das Associações de Veteranos da FEB, possuidora de um arquivo vasto de jornais e alguns documentos da época da guerra os quais não estão organizados mas se encontram disponíveis a consulta.

Devido à idade já bem avançada, esses entrevistados foram selecionados de acordo com a sua disponibilidade e condições físicas e psicológicas de falar sobre a experiência vivenciada. De Minas Gerais a Pernambuco, todos os entrevistados apresentam características muito semelhantes quanto à memória que pretendem transmitir à sociedade, o que nos permite trabalhar com mais segurança o conceito de memória coletiva. Maurice Halbwachs enfatiza em sua obra a força dos pontos de referência na estruturação da memória coletiva e, no caso da memória coletiva veterana paisagens, datas comemorativas e personagens são um elo importante na sua cristalização.

As entrevistas possuem roteiro previamente estabelecido e o máximo de duas horas de duração. Em seguida, elas são transcritas exatamente como foi pronunciada pelo entrevistado, incluindo vícios de linguagem e erros de pronúncia. Num terceiro e último

momento a transcrição passa pela edição, procedimento realizado de forma que não se modifique em nenhum aspecto o conteúdo da entrevista e as informações contidas ali.

A partir dessas fontes, podemos perceber como e quais memórias o grupos entrevistados valorizam e os porquês de tais memórias e certos “esquecimentos” possuem as características atuais. Não se trata apenas de entender a guerra "do ponto de vista de quem nela lutou", mas, sobretudo, de compreender o porquê de certos aspectos militares estarem sempre sobrepostos às construções individuais das experiências de guerra vivenciadas. Trabalharemos com a memória segundo os (re)significados e as conseqüências que a participação brasileira na guerra emitiu para os ex-combatentes e para a construção de uma possível memória nacional sobre este assunto.

Para debater as especificidades do conceito de Estado-Nação, José Murilo de Carvalho(2003) se propõe a observar como se dá a construção de uma memória nacional, segundo o autor, diretamente relacionada com a organização de uma identidade coletiva. Para ele “essa identidade é uma construção composta por diferentes ingredientes, geralmente carregados com componentes altamente emocionais”⁶. Assim, ao afirmar que os mitos, heróis e memórias nacionais “são alguns dos instrumentos mais poderosos para a construção das identidades nacionais”; o autor nos permite compreender a questão tão explorada em seu texto sobre a desvalorização nacional de figuras públicas. Políticos ou militares, as figuras publicas de destaque na sociedade brasileira desde o século XVI, desfrutaram de pouco ou nenhum reconhecimento em meio a população do Brasil, onde não há uma memória nacional consolidada capaz de influenciar na formação da identidade coletiva.

Nesse sentido, o autor cita a degradação da maior parte dos monumentos nacionais, erguidos em homenagem a determinadas figuras públicas, como um forte indicador tanto da desvalorização da memória quanto da quase inexistência de uma identidade nacional. Pichações, deterioração pelo clima ou má conservação são bons indicadores do quanto esses monumentos significam para os administradores e a população.

Denominado e analisado por Pierre Nora(1993)⁷ como lugares de memória, os monumentos em homenagem a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial são os poucos no país que por contarem com os cuidados do Exército apresentam bom estado de conservação e manutenção. O próprio José Murilo de Carvalho(2003), cita o monumento em homenagem aos mortos da Segunda Guerra Mundial, na cidade do Rio de Janeiro, como “o

⁶ CARVALHO, José Murilo de. *Nação imaginária: memória, mitos e heróis*. In NOVAES, Adauto (org). **A crise do Estado Nação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.409

⁷ NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, n.10, dez 1993.

único monumento bem cuidado” que ele conhece. Todavia, entendemos que esta peculiaridade pode estar muito mais relacionada à preocupação das Forças Armadas, as quais se revezam na guarda do monumento, em manter viva uma memória da Guerra, do que a existência de uma memória ou identidade nacional a cerca deste assunto.

Assim, ainda nos valendo do uso de memórias trabalhamos com algumas biografias escritas por ex-combatentes sobre suas memórias de guerra, sendo elas com publicações nacionais ou regionais. Tudo isso, sempre entendendo essas biografias como uma representação do passado ou de uma experiência vivenciada, construída por alguns ex-combatentes como forma de preservar uma memória que eles percebem estar em risco. Apesar de possuir uma singularidade irreduzível de vida, esses autores nos fornecem respostas, muitas vezes, comuns dentro do grupo a que pertencem, deixando transparecer o que eles desejam que nunca seja esquecido pela dita “memória nacional”.

Além disso, mesmo que o autor da biografia não deseje se expor, ele acaba por se definir moralmente e adjetivar diversas situações em que ele esteve atuante ou ainda como observador, o que também nos fornece elementos para análise. Ao construir a narração de sua vida ou de sua participação em algum episódio, como é o caso dos autores com quem trabalhamos, eles o fazem da forma mais rica possível, deixando a narração cercada de detalhes que podem nortear parte das considerações de nossa pesquisa.

A definição ou entendimento do que deve ser considerada fonte de pesquisa varia de acordo com nossas confianças teórico-metodológicas, uma vez que historiadores com posturas teóricas diferentes certamente tecerão divergentes comentários sobre a legitimidade ou não, por exemplo, de um relato oral como fonte histórica. Assim, acreditamos que o historiador acolhe como fontes aquilo que ele entende que contribuirá para a construção do conhecimento histórico do assunto que ele se propõe investigar, ainda que ele tenha clareza de que este acolhimento é relativo tanto às suas convicções teóricas quanto ao objetivo da pesquisa. “*Historiadores trabalham com fontes. Nós nos apropriamos delas por meio de abordagens específicas, métodos diferentes, técnicas variadas.*”⁸

Deste modo, nos dispusemos a observar nosso objeto de pesquisa pelos mais diversos ângulos possíveis. Sem pretender abarcar qualquer tipo de totalidade abordamos as mais diversas representações existentes sobre ele de acordo com as pertinências próprias ao ofício do historiador. Portanto, acreditamos que a variedade das fontes foi capaz de evidenciar a complexidade do nosso objeto de estudo e por isso entendemos como válida a observação de

⁸ ALBERTI, Venera in PINSKY, Carla Bassanezi (organizadora), *Fontes Históricas*, 2. ed. São Paulo:Contexto, 2006.

vídeos, a aplicação de questionários, a coleta e análise das entrevistas, uma vez que nosso objeto nos permite esse artifício.

Ao trabalhar com a memória existente sobre a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, buscamos na diversidade das imagens, dos relatos orais, dos documentos internos de uma organização militar e biografias de ex-combatentes, compreender a heterogeneidade de grupos e memórias correspondentes ao tema abordado. Tudo aquilo que nos oferece informações sobre este período, independente da ótica, da origem do documento ou das informações, sejam elas visuais, auditivas ou escritas, foi acolhido como fonte de análise legítima para nossa pesquisa.

Deste modo, utilizamos uma variedade de fontes para observarmos quantas eram, e de que forma se constituíram as memórias existentes sobre a participação do Brasil na guerra. Todavia, a medida em que aprofundávamos nossas pesquisas encontrávamos ramificações anteriormente desconhecidas, nos remetendo às considerações de Pollak sobre a multiplicidade, fragmentação e submersões da memória.

Destarte, ao verticalizar nossa pesquisa, nos deparamos com a memória dos ex-combatentes, dos veteranos da FEB, dos militares da ativa, da instituição militar e dos civis. Apesar de em diversos momentos essas memórias se encontrarem, elas só podem ser percebidas por meio de fontes distintas, que serão aqui explanadas muito mais como um compromisso de notificar sua existência do que com alguma espécie de pretensão em esgotá-las.

Todavia, não perdemos de vista as dificuldades de se trabalhar com fontes tão distintas, posto que ao ampliar nosso leque de fontes e trabalharmos com tanta diversidade, é imprescindível ser prudente por dois motivos. O primeiro se refere à não fazermos qualquer tipo de hierarquização entre elas, atribuindo verdade a uma em detrimento da outra, pois as entendemos como representações que certamente serão submetidas a uma análise crítica - indispensável à construção do conhecimento histórico. O segundo motivo diz respeito à necessidade de organização e sistematização das fontes, as quais possuem formas peculiares de compreensão e análise.

O objetivo principal de nossa pesquisa era perceber as estratégias de memória e esquecimento de um determinado evento histórico - a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial. Assim, buscamos perceber os significados e as conseqüências dessa participação, tanto para a construção de uma memória nacional quanto para a memória dos ex-combatentes - o que elas valorizam e o que elas omitem, e os porquês de tais memórias e esquecimentos possuírem a configuração atual.

Nesse sentido, no primeiro capítulo serão discutidos os principais fatores que influenciaram a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, sua situação político-econômica, bem como as condições conjunturais e estruturais para a entrada do país na guerra. Dando maior ênfase à heterogeneidade dos grupos e aos motivos de sua existência, fornecemos subsídios para melhor compreensão dos capítulos que se seguem. No segundo capítulo será analisado, especificamente, o grupo dos ex-combatentes que atuaram nas operações de guerra ocorridas no litoral do Brasil. Além disso, também são nosso objeto de análise as disparidades existentes na valorização dos grupos e construções da memória que induziram a disputas de poder entre as associações com o fim da guerra. Assim, este capítulo nos coloca em contato com algumas das memórias durante muito tempo submersas pela memória coletiva oficial, aspectos subterrâneos dessas diferenças e disputas. No terceiro e último capítulo, nossas reflexões giram em torno do grupo de mais de 25 mil homens que transpuseram o Oceano Atlântico para participar das operações bélicas na Itália. Dentro desse grupo, discutimos suas divisões e complexidades de memória, abrangendo as mais distintas hierarquizações existentes na construção e solidificação das experiências veteranas. Também constam nesse capítulo, questões referentes ao processo de reintegração que envolveu a retomada das relações sociais e as dificuldades encontradas pelos militares em sua reintegração profissional e social.

Soldados, armas, bombardeios, mortes. Os combatentes da FEB são, geralmente, o tema central dos estudos relacionados ao Brasil na Segunda Guerra. Porém, analisar o Brasil na Segunda Guerra Mundial significa trabalhar diversidades, pois, ainda que seja dada maior visibilidade ao grupo que compôs a Força Expedicionária Brasileira lidamos também com a existência de outros grupos que, de alguma forma, atuaram na guerra. As heterogeneidades ultrapassam a simples divisão hierárquica de praças e oficiais refletidas na diferente formação de um e de outro, mas amplia-se a muitas outras subdivisões que incluem função, atuação, posicionamento.

A primeira das diferenças pode ser percebida dentro da própria Força Expedicionária no que se refere, principalmente, à formação diferenciada de praças e oficiais. Essa diferença desembocava na existência contumaz de conflitos entre as patentes por divergência de interesses, pensamentos e posturas dos dois grupos, como percebemos ao examinar os arquivos relativos às alterações de comportamento da FEB.⁹ Nesses arquivos, encontramos um número significativo de casos em que a insubordinação vem principalmente

⁹ AHEx –Arquivo Histórico do Exército, acervo da FEB. Palácio Duque de Caxias, Rio de Janeiro, RJ

de sargentos contra oficiais, enfraquecendo um dos principais pilares da instituição: a hierarquia.

No Brasil, a partir de 1810, os oficiais das armas eram formados juntamente com os engenheiros na Academia Real Militar no Largo de São Francisco no Rio de Janeiro, seguindo um currículo que privilegiava uma série de matérias teóricas em detrimento da prática militar. Jehovah Motta (1998) nos afirma que, em meados dos anos de 1840, “vozes começaram a surgir reclamando melhorias na formação profissional para a oficialidade, além de tempo e condições para os exercícios práticos.” Assim, entre 1855 e 1874, a formação militar desdobrou-se em dois institutos de ensino: um permaneceu no Largo do São Francisco e outro foi instalado na velha fortaleza da Praia Vermelha.

Motta esclarece ainda que, após a Guerra do Paraguai surgiram condições para que os militares, desfrutando de mais prestígio na sociedade, pleiteassem mais atenção do Imperador quanto à necessidade de uma formação militar mais específica e efetiva. Porém, somente em 1904 se inicia a “Era de Realengo” a qual perdura até 1944, quando é inaugurada a atual Academia Militar das Agulhas Negras na cidade de Resende no estado do Rio de Janeiro.

Deste modo, os oficiais de carreira que compuseram a Força Expedicionária Brasileira tiveram seu ensino profissional militar moldado pelo estatuto da Escola Militar de Realengo em 1918 e 1919¹⁰, ou seja, ligado aos princípios da Missão Militar Francesa que lhes prestou assessoria nas primeiras décadas do século XX.

Com o início da Segunda Grande Guerra, surgiram novas modificações no currículo e regulamento da Escola Militar que, nesse momento, começa a se aproximar mais dos interesses militares norte-americanos através de inovações no campo do armamento, da tática e da estratégia e, sobretudo por aspectos menores da profissão, como padrões e estilos de trabalho e convivência militar. Segundo Motta (1998, p.72) “A guerra ainda não tinha três meses quando, em dezembro de 1939, oficiais brasileiros seguiram para a América do Norte a fim de aperfeiçoarem seus conhecimentos profissionais.”

Assim, quando o Brasil declarou guerra a Alemanha em Agosto de 1942, mudanças na formação dos oficiais militares já haviam sido feitas com o intuito de garantir melhorias na mesma. Todavia, inúmeras dificuldades foram encontradas na constituição, formação e desempenho da tropa.

¹⁰ Para saber mais sobre os pormenores das transformações ocorridas no ensino militar brasileiro a história MOTTA, Jehovah. **Formação do Oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1944.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército ed., 1998.

Segundo Luis Felipe Neves(1992, p.124), dos mais de 25000 cidadãos que compuseram a Força Expedicionária Brasileira pouco mais de 650 eram oficiais. Deste modo, a melhoria na formação do oficial não significou, necessariamente, a melhoria do treinamento de todo o contingente do Exército, uma vez que as mudanças demoravam certo tempo para ressoarem na tropa de sargentos e soldados, os quais constituíram a maior parte dos homens da FEB. Nesse sentido, o número insuficiente de capitães e tenentes para completar a tropa fez com que aspirantes da Academia Militar e oficiais formados pelos centros preparatórios de oficiais da reserva fossem convocados e ingressassem diretamente na Força Expedicionária. Os próprios veteranos sempre fazem referência às dificuldades de formação e adaptação aos novos equipamentos e doutrina.

Atualmente capitão da reserva, Ari Roberto de Abreu, natural do interior de Minas Gerais começou a trabalhar aos 14 anos para auxiliar o pai, que já era viúvo, no sustento da casa e na criação dos outros quatro irmãos. Ingressou no exército aos 17 anos no intuito de se emancipar, e, segundo ele, no seu tempo não havia outro meio a não ser casando, completando maioridade ou prestando serviço militar. Assim, ele optou por prestar o serviço militar, o qual entende estar “prestando até hoje...” mesmo já tendo ido para a reserva. Deste modo, capitão Ari já pertencia às fileiras do Exército quando o Brasil entrou em guerra e foi um dos que teve que se readaptar às novas técnicas militares.

Até então, o Brasil não tinha a menor condição de participar de uma guerra. Não tinha. Para qualquer conflito interno o exército, as forças armadas estavam preparadas. Agora, para um conflito externo, desse porte, teve que preparar a gente. Como o Brasil vai participar dessa guerra? Com o quê?¹¹

A partir da argumentação de Ari podemos perceber que a formação por ele recebida em 1942 não lhe proporcionara confiança suficiente para enfrentar uma guerra nos novos moldes existentes. Apesar das mudanças ocorridas na formação dos oficiais, as alterações parecem não ter atingido os sargentos e possivelmente os oficiais formados anteriormente a elas.

Documentários, fotos, imagens da época ou livros de memórias com diferentes abordagens sempre acabam por reduzir seus comentários à boa ou má atuação do grupo dos veteranos da FEB, à formação que tiveram ou às atitudes displicentes dos governos brasileiro e americano durante sua criação e atuação no “Teatro de Operações Italiano”.

¹¹Entrevista realizada com Ari Roberto de Abreu em 12 de março de 2008 na cidade de São João del Rei/ M.G.

Esses debates se reduzem à simples classificação do grupo como heróico ou ridículo, sendo esta uma abordagem que menospreza a multiplicidade dos grupos brasileiros envolvidos nesse episódio da história mundial. O que se vê, portanto, é uma estigmatização em debates e opiniões, que variam do tratamento da FEB como cômica e ridícula até o outro lado, que tende a vê-la e reproduzi-la como um grupo de pessoas que só tiveram feitos heróicos.

William Waack(1985), quando correspondente do Jornal do Brasil na Alemanha, realizou uma pesquisa sobre o desempenho brasileiro na guerra a partir dos arquivos públicos alemães. Essa pesquisa originou um livro que ainda hoje é abominado por grande parte dos veteranos e sua obra sequer consta no acervo da biblioteca da Casa da FEB - sede da Associação Nacional dos Veteranos - onde seu nome ainda hoje é pronunciado com indignação. Em “As duas faces da glória”¹², Waack se refere à Força Expedicionária de forma grotesca, ridicularizando em vários aspectos a tropa brasileira e considerando-a como uma demonstração das limitações brasileiras, destacando uma atuação cômica e, muitas vezes, incompetente. Procurando sempre apontar que ela chegou à linha de frente italiana somente ao final do conflito, tendo enfrentado um inimigo já desgastado e que ocupava posições secundárias, ele utiliza relatórios do Exército dos EUA sobre o desempenho da FEB para legitimar sua obra de forma bem incisiva.

Por outro lado, a grande maioria dos textos publicados sobre a atuação do Brasil na Itália consiste em relatos feitos pelos próprios combatentes, os quais, mormente, são carregados de ufanismos e emoção. Essa visão, que tende a homogeneizar sob uma perspectiva heróica os ex-combatentes, é representada, sobretudo, por alguns livros de memória como o do próprio comandante da FEB. Numa tentativa de aproximação com a História Militar da Europa, marcada por grandes guerras, suntuosas batalhas e conquistas, o comandante, Mascarenhas de Moraes, juntamente com alguns oficiais de sua confiança, elaborou um extenso, descritivo e enaltecido livro a respeito dos, segundo eles, feitos da Força Expedicionária Brasileira¹³. Nessa perspectiva, as experiências militares dos brasileiros na Segunda Guerra Mundial se restringem a supervalorização dos atos de coragem, sabedoria, honra e amor à pátria demonstrados no Teatro de operações. Apresentando os soldados do Brasil de forma quase mitificada. Nessas obras, possíveis equívocos cometidos durante a formação, treinamento, ou atuação da Força como um todo, durante ou no pós-guerra, são

¹² WAACK, William. **As Duas Faces da Glória: a FEB vista pelos seus aliados e inimigos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

¹³ MORAES, J. B. Mascarenhas de. **A FEB pelo seu comandante**. Rio de Janeiro: Imprensa no Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias, 1960, 2ª edição

silenciados, constando apenas aquilo que é nomeado como grandes feitos do corpo expedicionário do Brasil.

Todavia, mesmo díspares os discursos existentes entre os opositores e os apoiadores da FEB, eles se tangenciam no momento em que ambos atribuem uma homogeneidade às memórias dos ex-combatentes e reduzem a participação do Brasil na guerra a esses .

Buscando analisar os vários significados e implicações dessa participação, esperávamos encontrar alguma homogeneidade na memória coletiva existente sobre este evento histórico. Todavia, quando nos voltamos às fontes, o que encontramos são fragmentações e variações que vão desde a formação e reelaboração da memória até as disputas ou manutenções de poder das oficiais sobre as submersas.

Na medida em que ampliamos nossas pesquisas, encontramos muitas distinções, outrora desconhecidas, entre grupos e interesses envolvidos na formação, manutenção e divulgação das várias memórias existentes no Brasil sobre a Segunda Guerra Mundial. Nesse sentido, nos deparamos com uma forte distinção entre a memória dos ex-combatentes, e a memória dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira, assim como a memória dos militares da ativa e a dos civis - o que torna inviável o entendimento da existência de uma memória nacional comum sobre este evento histórico. A inexistência desta unicidade não significa que essas memórias não se imbriquem em alguns momentos, porém, pudemos observar uma intensa batalha sobre temas comuns que são abordados a partir de perspectiva inteiramente distinta e pelo qual se atribui também significados conflitantes.

Deste modo, ao perceber a multiplicidade de memórias construídas a respeito da participação do Brasil na guerra, compreendemos a emergência de diversas memórias “quantos grupos existem”¹⁴. Assim, privilegiaremos o longo deste trabalho a análise das memórias de homens e mulheres que, de alguma forma, atuaram na zona de guerra brasileira que se estendia por todo o litoral do país até o Teatro de Operações do Mediterrâneo onde lutavam as tropas do Brasil.

¹⁴ NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, n.10, dez 1993, p.07-28.

1.1 - Caminhos do Combate: A guerra chega à América

Ao se iniciar a guerra na Europa, as relações internacionais do Brasil se caracterizavam por uma política de equidistância pragmática que consistia, basicamente, na aproximação simultânea com os Estados Unidos e a Alemanha. Entretanto, diante da evolução do conflito europeu, o Brasil tornou-se gradativamente mais comprometido com os norte-americanos para um posicionamento na guerra ao lado dos Aliados.¹⁵

Através das conferências interamericanas, o governo dos Estados Unidos procurou assegurar, na hipótese de generalização do conflito, o apoio do conjunto dos países latino-americanos e no ano de 1939, durante a conferência do Panamá, foi declarada a neutralidade das repúblicas americanas diante da guerra na Europa. Subseqüente a isso no ano de 1940 foi afirmada a solidariedade continental em face de uma agressão externa a qualquer país do continente passando a vigorar a partir de então a determinação constante da Carta de Havana de que

Todo atentado de um Estado não americano contra a integridade ou a inviolabilidade do território e contra soberania ou independência política de um estado Americano será considerada como um ato de agressão contra todos os estados que assinaram esta declaração.¹⁶

Os ideais do pan-americanismo foram insistentemente repetidos nas diversas conferências interamericanas realizadas, em que eram exaltados traços de identidade entre as

¹⁵ McCANN, Frank. **Aliança Brasil-Estados Unidos** (1937-1945). Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército., 1995.

¹⁶ MORAES, J. B. Mascarenhas de. **A FEB pelo seu comandante**. Rio de Janeiro: Imprensa no Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias, 1960, 2ª edição. p.130

nações do continente, a fé nas instituições republicanas, a aspiração à democracia, a crença na solução pacífica das disputas e, acima de tudo a soberania dos Estados. Essa última característica garantia aos Estados Unidos a possibilidade de criar um elo de ligação entre regimes muito distintos, como a democracia norte-americana e algumas ditaduras latino-americanas.¹⁷

A adesão do Brasil as determinações do tratado assinado em Havana lhe acarretava uma série de vantagens políticas e, sobretudo econômicas, em que previam a concessão de créditos em troca do compromisso do governo brasileiro de regularizar o pagamento das dívidas e das remessas de lucros.¹⁸ Concomitante a isso, Washington iniciou uma batalha contra a forte presença germânica no continente latino-americano, e no Brasil em particular, através de uma ofensiva político-ideológica sem precedentes na história das suas relações. Na expressão cunhada pelo historiador Gerson Moura¹⁹, era o Tio Sam que chegava ao Brasil para fazer frente ao fantasma do Eixo. Esse processo de negociação do alinhamento chegou ao fim com a entrada dos Estados Unidos na guerra após o ataque japonês à base norte-americana de Pearl Harbor, em dezembro de 1941. A partir de então, e tendo em vista os compromissos assumidos pelo Brasil desde a Conferência de Havana, tornou-se inevitável o rompimento de relações diplomáticas do Brasil com os países do Eixo.

Nesse momento, fica demonstrada a relutância getulista em se posicionar veementemente contra a Alemanha, uma vez que o atentado sofrido pelos EUA em dezembro de 1941 deveria ter sido considerado uma agressão também contra o Brasil e determinado a sua participação efetiva no conflito. Apesar disso, o que vemos na prática são protestos diplomáticos feitos por Getúlio na imprensa que se opõem a esses atos de hostilidade, mas sempre visando à manutenção de um “estado de paz” no governo Vargas²⁰, o que não foi suficiente para abrandar a Alemanha.

¹⁷ McCANN, Frank. *Ibidem*.

¹⁸ *Idem*, *ibidem*

¹⁹ MOURA, Gerson. **Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

²⁰ **AGRESSÃO**: documentário dos fatos que levaram o Brasil à guerra. RJ, Imprensa Nacional, 1943

1.2 - A Guerra vem ao Brasil

Aos 16 dias do mês de agosto do ano de 1942, pela primeira vez, embarcações brasileiras que serviam ao tráfego da costa no transporte de passageiros e cargas de um estado para outro foram torpedeados assumidamente por submarinos Alemães²¹. Entre a Bahia e Sergipe, foram afundados os vapores *Baependi*, *Aníbal Benévolo* e *Araraquara* fazendo muitas vítimas civis fatais. Os vapores transportavam, sobretudo, passageiros tendo um deles como principal destino o estado de São Paulo, para onde se deslocavam muitos romeiros que participariam do congresso eucarístico que ocorreria ali no mês de Agosto. Os torpedeamentos também fizeram muitas vítimas militares, uma vez que, um dos navios - o “Baependi”- conduzia um contingente de tropa de 120 homens transferidos de uma região militar para outra do país, ou seja, não se dirigiam para nenhum setor da guerra, apenas se deslocavam internamente²².

Segundo as Circulares do Itamarati às missões diplomáticas brasileiras da América, Europa, Ásia e África, essa não era a primeira vez que a Alemanha comprometia a soberania do Brasil, pois mesmo sem estar o país envolvido com a guerra “já haviam sido torpedeados em viagem intercontinental, por submarinos do eixo, navios brasileiros. A nossa atitude foi então de simples protesto contra violação(...)”(AGRESSÃO,1942) Desta vez, porém, o afundamento se referia a navios de passageiros, militares e civis, mas que nada tinham a ver com o estado de beligerância na Europa. O número de vítimas foi de várias centenas de homens, mulheres e crianças que não navegavam, até então, em zona de guerra e nem podiam ser suspeitos de favorecer qualquer país beligerante, pois transitavam apenas em portos nacionais. Somente após os torpedeamentos e posicionamento do Brasil em oposição ao eixo é que o governo passou a considerar o litoral do país como zona de guerra.

Assim, o afundamento destes vapores foi considerado como um “indiscutível ato de agressão direta”²³ e, durante todo o mês de Agosto de 1942, jornais de circulação nacional como o “O Globo” e o “Jornal do Brasil” noticiaram outros torpedeamentos e o aumento do

²¹ O jornal “O Globo” do dia 26 de março de 1941, traz como manchete principal o bombardeamento de um navio com bandeira brasileira que havia sido torpedeado, no mês de abril, por submarinos alemães, com a justificativa de um suposto equívoco na identificação de bandeiras.

²² Em julho de 1942 na cidade de Olinda foi idealizado pelo futuro comandante da FEB, Mascarenhas de Moraes, a construção de um quartel de artilharia o qual ainda hoje cumpre essa finalidade no local construído pelo general. No entanto, grande parte do efetivo militar que se dirigia a essa nova Organização Militar em 1942 foi morta durante o torpedeamento do “Baependi” que levava desde jovens que assentariam praça no novo quartel até o futuro comandante que se deslocava no mesmo navio. Deste modo o atual 7º- Grupo de Artilharia de Campanha tem sua história marcada pela entrada do Brasil na Guerra, ainda que a maior parte dos militares desta organização não possua essa memória solidificada nem intencionem reproduzi-la.

²³ **AGRESSÃO**: documentário dos fatos que levaram o Brasil à guerra. RJ, Imprensa Nacional, 1943

número de vítimas em um país que se encontrava geograficamente tão distante dos campos de guerra.

Havia pouco mais de seis meses que o governo do Brasil se colocara ao lado dos aliados rompendo relações diplomáticas com a Alemanha e já era possível sentir as conseqüências do posicionamento diplomático assumido. Neste sentido, a estação transmissora do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)²⁴ comunicava para todo o país que vários lugarejos do litoral da Bahia e de Sergipe emitiam notícias telegráficas sobre baleeiras que aportavam em pequenas localidades da costa contendo grande número de naufragos dos navios torpedeados. Além disso, dois dias após o primeiro ataque dos submarinos alemães a um navio brasileiro, o DIP irradiou para todo o país e os jornais publicaram que:

O inominável atentado contra indefesas unidades da marinha mercante de um país pacífico, cuja vida se desenrola à margem e distante do teatro da guerra, foi praticado com desconhecimento dos mais elementares princípios de direito e de humanidade. Nosso país, dentro de sua tradição, não se atemoriza diante de tais brutalidades; e o governo examina quais medidas a tomar em face do ocorrido. Deve o povo manter-se calmo e confiante, na certeza de que não ficarão impunes os crimes praticados contra a vida e os bens dos brasileiros²⁵

Por mais que o governo pedisse calma e confiança ao povo brasileiro, as imagens publicadas na imprensa de cadáveres de adultos e crianças mutilados pelo torpedeamento ou por mordidas de tubarões chocaram e mobilizaram a opinião pública. Conforme podemos observar na figura número 1 que segue.

²⁴ O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) foi criado por decreto presidencial em dezembro de 1939, com o objetivo de difundir a ideologia do Estado Novo junto às camadas populares. O DIP possuía os setores de divulgação, radiodifusão, teatro, cinema, turismo e imprensa. Cabia-lhe coordenar, orientar e centralizar a propaganda interna e externa, fazer censura ao teatro, cinema e funções esportivas e recreativas, organizar manifestações cívicas, festas patrióticas, exposições, concertos, conferências, e dirigir o programa de radiodifusão oficial do governo. Vários estados possuíam órgãos filiados ao DIP, os chamados "Deips". Essa estrutura altamente centralizada permitia ao governo exercer o controle da informação, assegurando-lhe o domínio da vida cultural do país. Na imprensa, a uniformização das notícias era garantida pela Agência Nacional. O DIP as distribuía gratuitamente ou como matéria subvencionada, dificultando assim o trabalho das empresas particulares. Contando com uma equipe numerosa e altamente qualificada, a Agência Nacional praticamente monopolizava o noticiário.

²⁵ **AGRESSÃO**: documentário dos fatos que levaram o Brasil à guerra. RJ, Imprensa Nacional, 1943

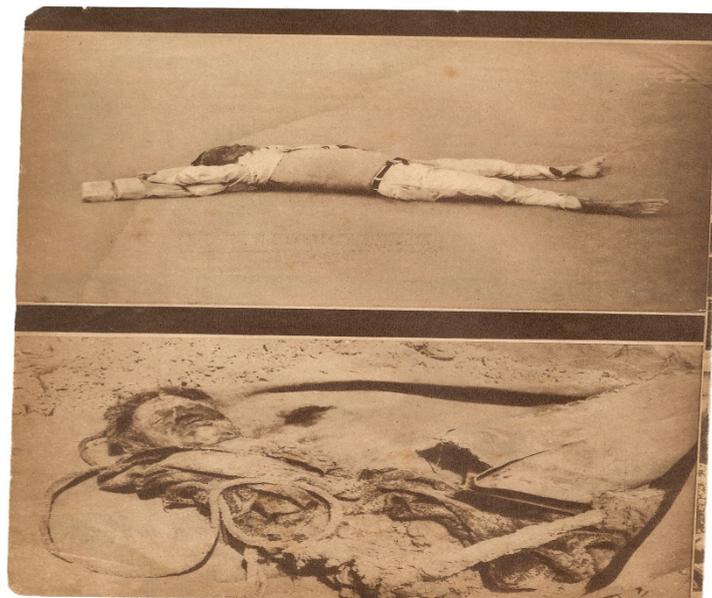
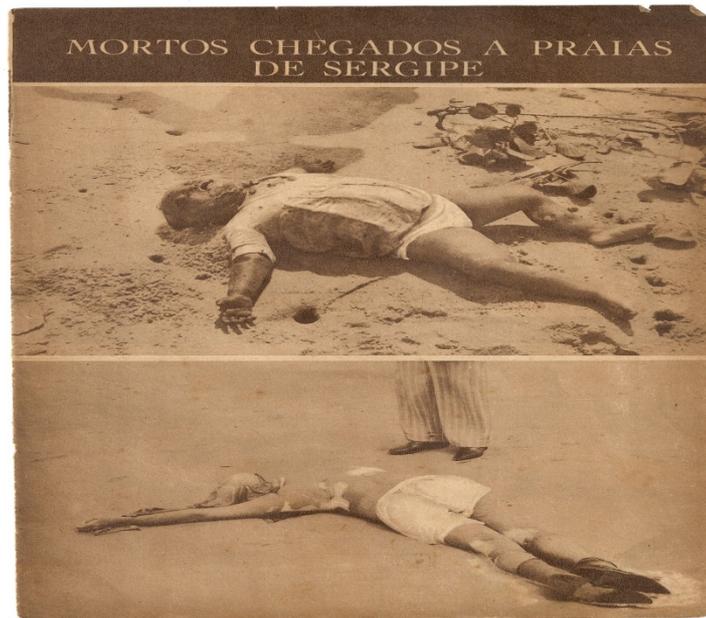


Figura 1 – Imagens dos corpos de algumas vítimas dos torpedeamentos ocorridos na costa litorânea do Brasil a embarcações de transporte de carga e passageiros.

Fonte: AGRESSÃO: Documentário dos fatos que levaram o Brasil à guerra. RJ, Imprensa Nacional, 1943

A análise dos periódicos e jornais, de diferentes estados, registrou que a imprensa, no ano de 1942, estava empenhada na transmissão da idéia de forte mobilização popular em todo o país. é comum encontrarmos logo em primeira página fotografias de manifestações em favor da entrada do país na guerra para lutar ao lado dos Aliados, em algumas das principais

idades do Sudeste do país, como o Rio de Janeiro, São Paulo e Niterói.²⁶ No entanto, os protestos contra os torpedeamentos não se restringiu apenas ao Sudeste do Brasil uma vez que a capa do jornal “Folha da Manhã” do dia 19 de agosto de 1942 traz como reportagem principal a “Indignação e revolta do povo Pernambucano contra o afundamento de navios nacionais”²⁷. Segundo a reportagem, ilustrada pela figura 2 que segue, a manifestação tomou as ruas de Recife durante horas no dia anterior em protesto inclusive contra empresas e firmas pertencentes a nacionais Alemãs



Figura 2- Protesto Estudantil ocorrido na cidade do Recife em 1942 exigindo a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial

Fonte : Arquivo Público Jordão Emerenciano –APEJE/PE - Folha da Manhã, 19 Agos 1942. Capa, p.01.

Esses periódicos buscam direcionar a atenção do leitor apenas para “a efusividade dos protestos contra os ataques, que pediam justiça e pressionavam o governo para que tomasse medidas efetivas contra os responsáveis pelas centenas de vítimas brasileiras”²⁸. Nesse cenário importantes figuras políticas do Estado de Pernambuco desfrutam da comoção popular para se projetar ainda mais nacionalmente, como o então interventor do Estado, Agamenon Magalhães.

²⁶ Imagens das manifestações disponível em <www.cpdoc.fgv.br> acesso em 14 set 2008.

²⁷ APEJE/PE, Folha da Manhã, 19 Agos 1942

²⁸ Idem, Ibidem

Ainda em primeira página, o jornal a “Folha da manhã” transcreve o telegrama enviado pelo interventor federal Agamenon ao presidente Getúlio Vargas onde se lê:

Presidente Getúlio Vargas - Rio – tenho a honra de comunicar a V. EXCIA. Pernambuco esta vivendo hora intensa de exaltação patriótica. Durante todo o dia o povo percorreu as ruas da cidade manifestando indignados contra os torpedeamentos a navio de passageiros na costa brasileira. As 15 horas os universitários organizaram passeatas acompanhados de todas as classes e famílias pernambucanas dirigindo-se ao palácio do governo para demonstrar a sua solidariedade ao chefe da nação e fiel interprete da honra nacional.²⁹

O telegrama expõe o clima de união nacional que o ataque externo gerará no seio da população, principalmente em um segmento que normalmente é bastante crítico aos governos: os estudantes. Além disso, o interventor Agamenon se apressa em informar ao presidente sua posição diante dos ataques e as expectativas que possui quanto ao chefe da nação: que reaja duramente ao ataque.

1.3 -. A Imprensa no Estado Novo

Desde a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda, o Estado assumiu como sua a tarefa de controlador sistemático de todos os meios de comunicação social disponíveis. A justificativa para esse controle e para a maciça publicidade da ação do governo estava ligada à concepção da propaganda como fator de segurança da nação e de defesa das instituições nacionais³⁰.

Propaganda e censura eram entendidas e utilizadas pelo governo do Estado Novo como ferramenta fundamental para ajudar a manter a unidade ideológica da nação, elucidar as propostas do governo e educar a opinião pública dentro dos princípios doutrinários do regime. Deste modo, podemos dividir a ação estatal em relação à informação sobre o tema da Segunda Guerra Mundial em dois momentos: o primeiro, distinto pela neutralidade do governo brasileiro diante do conflito europeu, e o segundo quando em agosto de 1942 há o rompimento de relações e, por conseguinte a declaração de guerra à Alemanha, à Itália e ao Japão.

²⁹ Idem, Ibidem

³⁰Disponível em < www.cpdoc.fgv.br > acesso em 20 Agos 2007.

No primeiro momento, o governo determinava que a imprensa e o rádio permanecessem neutros ao divulgar notícias sobre a guerra o que percebemos ao analisar as publicações dos jornais anteriores ao posicionamento de Vargas contra a Alemanha. A censura era então exercida com rigor, uma vez que era proibida a publicação de notícias, correspondências e artigos nos quais se pregasse ou insinuasse a necessidade de uma tomada de posição do governo brasileiro diante do conflito.

Diante disso, chama atenção o episódio do torpedeamento do navio brasileiro “Pedrinhas” em junho de 1942 o qual praticamente não foi noticiado na imprensa pernambucana³¹. Esse torpedeamento foi abordado de forma bem superficial e sempre voltado para o fato de não ter havido vítimas fatais e os 48 tripulantes a bordo terem sido salvos. No entanto, quando os jornais notificam o afundamento do navio “Pedrinhas”, não o abordam criticamente como um atentado contra a soberania nacional. O discurso de grande parte da imprensa nacional só passa a tratar como “absurdo” esses ataques quando duas situações se modificam: eles fazem vítimas civis fatais e após o posicionamento de Getúlio a favor dos Estados Unidos.

Contudo, anteriormente a esses dois acontecimentos, os jornais não valorizam muito os torpedeamentos. Assim, numa nota pequena e quase imperceptível no final da página o afundamento do “Pedrinhas” no dia 26 de junho é notificado, mas sempre abordado pela perspectiva do salvamento realizado aos tripulantes.

Ao que tudo indica, a censura proibia a publicação de "telegramas, comunicados, fotografias ou gravuras" que atribuíssem a qualquer dos beligerantes "atos reprováveis. Durante a pesquisa que antecedeu essa dissertação não encontramos em nenhum dos principais jornais de Pernambuco qualquer matéria a favor ou contra algum dos lados envolvidos. Do mesmo modo, não foram divulgadas, naquele momento, nenhum tipo de caricatura, anedota ou fotografia ofensiva a qualquer homem público ou a qualquer exército das nações em guerra.

A partir do novo posicionamento do governo brasileiro no contexto internacional, e em virtude do estreitamento das relações com os Estados Unidos, essa situação interna se modifica. A influência norte-americana sobre todos os meios de comunicação fica cada vez mais forte e, ao mesmo tempo, é deflagrada uma propaganda sistemática contra a ideologia e os países que compunham o chamado “Eixo” – Alemanha, Itália e Japão.

³¹ APEJE/PE - Folha da Manhã e JC da semana de 26de jun 1942.

A imprensa, o cinema, o rádio e outros veículos de comunicação brasileiros eram "abastecidos" com propaganda norte-americana, apresentando desde temas como o sacrifício dos soldados na guerra e o poderio militar dos Estados Unidos, até os hábitos e o estilo de vida que constituíam o *american way of life*³². Por isso foi possível falar na chegada de Tio Sam ao Brasil³³. Esse esforço tinha um propósito: afastar a influência alemã e italiana exercida pelas comunidades imigrantes ou por simples simpatizantes e apoiadores dos países pertencentes ao Eixo, suspeitos de formar o que passou a ser denominado no país como quinta coluna, ou seja, aqueles considerados traidores da pátria.

O historiador Gerson Moura(1985) afirma que o Brasil também produzia sua própria propaganda de guerra. O DIP se dedicava a isso organizando cerimônias e concentrações populares cujo objetivo era a mobilização moral e material para o esforço de guerra. Toda a propaganda era feita no sentido de enaltecer as Forças Armadas do país, mostrando-as aparelhadas e aptas a enfrentar o desafio, salvaguardando assim a ordem e integridade da nação. Através dos cine-jornais e documentários de curta metragem, então de exibição obrigatória nos cinemas, eram mostrados o embarque dos pracinhas, sua atuação no front, as batalhas vencidas, o estado de espírito da população brasileira diante do desenrolar dos acontecimentos na Europa. Eram ainda produzidos cartazes sobre os mais variados temas, geralmente ligados a produtos vendidos por empresas privadas, mas que na intenção de mostrar seu nacionalismo vinculavam sua propaganda à compra de obrigações de Guerra, o que pode ser facilmente encontrado nos jornais Folha de Manhã e Jornal do Comércio.

³² O **American way of life** é uma expressão referente a um suposto "estilo de vida" praticado pelos habitantes dos Estados Unidos da América. É um exemplo de uma modalidade comportamental desenvolvida no século XVII e praticada até hoje. Se refere a um *ethos* nacionalista que se propõe aderir aos princípios de "vida, liberdade e a procura da felicidade" (direitos não-alienáveis de todos estadunidenses de acordo com a Declaração de Independência).disponível em < www.wikipedia.gov > acesso em 10 Out 2008.

³³ MOURA, Gerson. **TIO SAM CHEGA AO BRASIL**. Rio de Janeiro: Editora brasiliense, 1985.



Figura 3 – Propaganda incentivando a população a comprar obrigações de guerra como forma de dar a sua contribuição ao país, uma vez que não estavam na linha de frente.

Fonte : Arquivo Público Jordão Emerenciano - APEJE/PE - Folha da Manhã, 07 Mai 1944, Informações Telegráficas.



Figura 4 – Apelo à população para que se economizassem produtos que tinham grande demanda na guerra, como gasolina, óleo e borracha.

Fonte : Arquivo Público Jordão Emerenciano - APEJE/PE - Jornal do Comércio, 16 Ago 1942, Informações Telegráficas.

**Vencendo todas
AS DIFICULDADES**

NÓS que formamos o exército da retaguarda, temos uma dívida de honra contraída com aqueles que na primeira linha expõem a vida em defesa da Liberdade! Nós temos a obrigação de cooperar com nossos irmãos! Nós temos o dever de tudo fazer para apressar a vitória, produzindo mais e melhor! As Lavouras das Nações Unidas estão requisitadas nesta Guerra total. E o seu papel é dos mais importantes: alimentar os homens que lutam e abastecer os celeiros amigos. Por isso nós não poupamos sacrifícios e *vencendo todas as dificuldades*, oferecemos aos lavradores do Brasil o *Superfosfato Davco*, para que as próximas colheitas sejam maiores. Exija do seu fornecedor a garantia de que na composição do adubo comprado, entra o *Superfosfato Davco*

THE DAVISON CHEMICAL CORPORATION
BALTIMORE - U. S. A.

Distribuidores exclusivos no Brasil

SOCIEDADE MERCANTIL DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA:
Matriz: Rua de São Bento, 308 — 11.º andar — Caixa Postal 507 — São Paulo
Rua Almirante Barroso, 54 - 19.º andar — Caixa Postal 1199 — Rio de Janeiro
Palácio do Comércio: Brásillanes, Ltda. — Porto Alegre
Sambra - Soc. Algodões do Nordeste Brasileiro S. A. - Caixa Postal 187 - Recife



Figura 5 – Discurso patriótico utilizado por empresa de produtos químicos explorando a participação do Brasil na guerra, para incentivar o consumidor a exigir seus produtos que segundo eles, colaboram para que o Brasil vença as suas dificuldades além mar.

Fonte: Arquivo Público Jordão Emerenciano - APEJE/PE - Jornal do Comércio, 15 jun 1944, Informações Telegráficas.

A primeira figura traz uma persistente exaltação ao sacrifício e aos esforços “de toda sorte” como pilares fundamentais ao êxito da operação de guerra instaurada para o bem, não só do Brasil, como de toda a humanidade. Assim, insuflar a população ao sacrifício aparece nos jornais como a principal forma de incitar a população a ajudar efetivamente os esforços de guerra, fosse pela compra de obrigações de guerra como indica a figura 3 ou através da economia de produtos importantes como propõe a figura 5 ao solicitar aos que estão aqui na retaguarda que façam economia de energia de toda sorte, como petróleo e óleo.

Já a última figura vem conclamar ufanicamente o Exército da Retaguarda, no caso a população civil que permaneceu no país, a assumir uma dívida de cooperação com aqueles que estão no teatro de operações lutando, segundo eles, para proteger a liberdade. Segundo a propaganda, ao exigirmos que se use o produto químico dos anunciantes em nossa lavoura, estaríamos colaborando para a produção de alimentos fortes aos nossos soldados. Assim, as propagandas nacionalistas e patrióticas que clamam pela colaboração civil aos soldados que lutam além-mar, via de regra, são uma oportuna propaganda dos seus produtos e empresas.

O DIP editou também a coleção “O Brasil na Guerra”, reunindo dados sobre a participação brasileira no conflito, enquanto os grandes jornais constantemente eram abastecidos com matérias sobre questões as mais diversas relativas à Segunda Guerra Mundial.

Na área de comunicação e informação, a agência norte-americana procurava veicular na imprensa brasileira notícias favoráveis aos Estados Unidos e, nos Estados Unidos, divulgar o Brasil. Procurava também difundir as técnicas mais modernas do jornalismo norte-americano, como a recepção e transmissão de radiofotos. Mas nada se comparava, em termos de ressonância e apelo popular, aos programas radiofônicos e, principalmente, às produções cinematográficas sob sua coordenação, os quais ainda hoje são lembrados pela memória popular dos veteranos de guerra³⁴.

Segundo o ex-combatente Manoel do Nascimento³⁵, o rádio era um dos mais importantes instrumentos de propaganda da guerra. Eram apresentados, além dos programas das estações locais, que visavam informar os brasileiros sobre a situação das tropas do Brasil na Itália andamento da guerra, programas transmitidos diretamente dos Estados Unidos para o Brasil. Além de fazer a cobertura dos fatos relacionados ao andamento da guerra, as transmissões procuravam divulgar a cultura norte-americana e se contrapor à propaganda de guerra dos adversários. Encontramos ainda nos jornais propagandas convocando a população a acompanhar o desenrolar dos acontecimentos da guerra em programas de rádio elaborados especificamente para essa situação. Essas propagandas, via de regra, prometiam um “vivo relato” diário da guerra, acompanhado das observações de técnicos militares, sociólogos e jornalistas especialistas no assunto, conforme sugere a figura 6 a seguir:

³⁴ Ao entrevistarmos distintos grupos que participaram da Guerra percebemos que ainda hoje esses homens se referem com entusiasmo aos discursos proferidos por Vargas antes deles embarcarem para Itália.

³⁵Entrevista realizada com Manoel do Nascimento Silvano em 11 fev 2008 na cidade de Olinda/PE.



Figura 6 – Propaganda da Rádio difusora prometendo ao público um acompanhamento total de todos os passos das tropas brasileiras na Itália.

Fonte: Arquivo Público Jordão Emerenciano - APEJE/PE - Jornal do Comércio, 7 jun 1944, Informações Telegráficas.

O Jornal do Comércio e a Folha da manhã do estado de Pernambuco no dia 30 de junho de 1942 trazem como reportagem de capa o grande comício realizado pelos estudantes fluminenses e presidido pelo interventor Amaral Peixoto³⁶. As manifestações públicas contra a Alemanha e Itália ocorrida no dia 30 de Agosto de 1942, na cidade de Niterói, foram noticiadas pelos principais jornais do país e do Estado de Pernambuco. Esses folhetins as tratavam como reivindicações “revestidas de grande vibração para reafirmar o

³⁶ Nascido na cidade do Rio de Janeiro, Amaral Peixoto era interventor Federal quando se casou com Alzira Vargas, filha do Presidente Getúlio Vargas. Licenciado de seu cargo transferiu-se com sua esposa para os Estados Unidos, onde passou a cumprir informalmente o papel de ligação entre Vargas e o presidente norte-americano Franklin Roosevelt. Passou a defender, juntamente com o ministro Oswaldo Aranha e outros membros do governo, a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado das forças aliadas. De volta ao Brasil em 1942 deu aval para que um comício convocado pela União Nacional dos Estudantes (UNE) em apoio aos Aliados, proibido pelas autoridades policiais da capital federal, fosse realizado em Niterói. Amaral Peixoto compareceu pessoalmente ao comício, bem como a uma marcha pró-Aliados convocada dias depois para o Rio de Janeiro. Além disso, promoveu campanha de subscrição popular no Estado do Rio com o objetivo de arrecadar fundos para a doação de um navio à Marinha de Guerra brasileira, resultando tempos depois no financiamento para a construção de um caça-submarino. Disponível em < www.cpdoc.fgv.br > acessado em 20 agos 2008.

apoio da mocidade escolar à política pan-americana e à posição do governo brasileiro em face da situação mundial”. Essa é a primeira de uma série de manifestações que passam a ser noticiados pelo jornalismo brasileiro. Todavia, subsequente à intensificação dos torpedeamentos de navios brasileiros na costa do território, essas manifestações passam a ocorrer com maior frequência e força.

Em março de 1941, um avião com insígnias alemãs já havia metralhado e canhoneado “por engano” o vapor brasileiro “Taubaté”,³⁷ mas sob a desculpa alemã de ter errado o alvo, nada foi feito pelo governo brasileiro, que demonstrava demasiada tolerância com os “enganos” alemães. Contudo, em agosto de 1942, os torpedeamentos ocorreram de forma incisiva e declarada, provocando, segundo a imprensa, “a indignação da população”. Ao observarmos as fotos estampadas nas muitas capas de jornais como “O Globo” e “Jornal do Comércio”, percebemos uma supervalorização dos jornais da época, sobretudo através de imagens, das efusivas manifestações em favor da entrada efetiva do Brasil na guerra. Segundo a imprensa, essas manifestações envolviam, sobretudo, os ligados à União Nacional dos Estudantes (UNE),³⁸ sem informar qualquer posição dos militares a esse respeito.

Um dos pontos polêmicos da memória disseminada muitas vezes pelos próprios ex-combatentes sobre a entrada do Brasil na guerra foi alimentado pela contra-propaganda de simpatizantes nazistas no país que afirmavam terem sido os americanos quem afundaram navios brasileiros como forma de pressionar a entrada do Brasil na guerra.³⁹ Contudo, a entrada no conflito trazia mais benefícios ao próprio Brasil do que efetivamente aos EUA. Em 1941, já haviam sido assinados acordos entre esses dois países prevendo a instalação no Rio de Janeiro de duas missões militares norte-americanas e facilidades para a sua Marinha em operações na costa brasileira. Os EUA, àquela época, também já havia atingido seu principal objetivo com relação ao Brasil, posto que já tinha autorização brasileira para utilizar bases navais e aéreas no Nordeste⁴⁰.

³⁷ Arquivo da Casa da FEB. ANVFEB –RJ / jornal “O GLOBO” 26 março 1941.

³⁸Essas manifestações foram amplamente documentadas pelos jornais e há um acervo considerável de imagens desse período no Centro de Pesquisas Documental de História Contemporânea (CPDOC).

³⁹Esse tipo de especulação sempre é feita durante as mais diversas apresentações de nosso trabalho e se tornou tão comum quando se aborda o tema dos torpedeamentos que Francisco Ferraz escreveu um livro onde se propõe inclusive a tratar dessas questões que são especuladas quanto à participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial. FERRAZ, Francisco César Alves. **OS BRASILEIROS E A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL**. Rio de Janeiro: Jorge Zaar Ed., 2005

⁴⁰Várias edições do “Jornal do Comercio” do ano de 1943 tratam com veemência dos benefícios que a presença militar no nordeste pode trazer para a região, com artigos contínuos que exaltam a presença militar. Esse aspecto nos faz pensar que era um discurso que certamente procurava responder a alguém ou algum grupo que certamente se posicionava contrariamente a concessão de bases a americanos.

Além disso, toda a produção brasileira de materiais estratégicos, como bauxita, ferro-níquel, diamantes industriais, minério de manganês, mica, cristais de quartzo, titânio e principalmente a borracha, seria fornecida aos americanos. A borracha, inclusive, teve ênfase especial nas negociações, pois o acordo de Washington visava “intensificar a produção de borracha, a ponto de suprir a necessidade bélica dos aliados”, desencadeando na época a "batalha da borracha"⁴¹. Deste modo, antes mesmo da declaração de guerra do Brasil à Alemanha e à Itália em agosto de 1942, o comprometimento brasileiro com os Estados Unidos já era indiscutível. Mesmo que secretamente como mostra a figura número 7 o diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil atende à solicitação do Ministro das Relações Exteriores com base no pedido dos próprios americanos de não ostentar os acordos comerciais existentes entre eles e o Brasil sem, no entanto, suspendê-los.

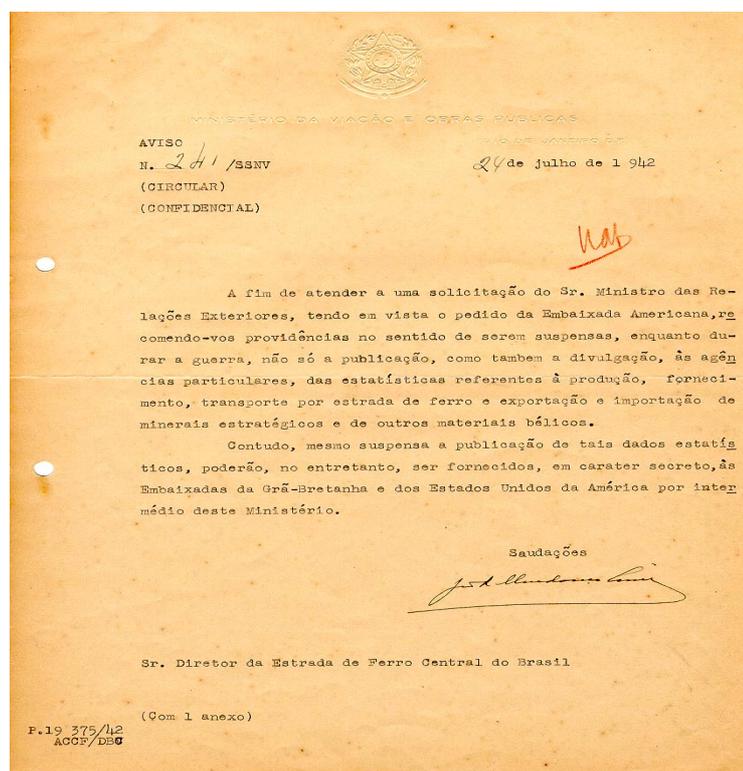


Figura 7- Carta do ministério da viação e Obras públicas à diretoria da Central do Brasil sobre materiais estratégicos

Fonte : CPDOC/ NAG efab 1941.11.21. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/>

⁴¹Para saber mais sobre a migração nordestina para a Amazônia durante o Estado Novo para aumentar a produção de borracha ou ainda sobre a própria “batalha da borracha” consultar GUILLEN, Isabel Cristina Martins. ERRANTES DA SELVA: Historia da migração nordestina para a Amazônia. Recife:Ed. Universitária da UFPE, 2006. P108

Nessa circular confidencial do Ministério da Viação e Obras Públicas assinada pelo então diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil recomenda-se

Providências no sentido de serem suspensas enquanto durar a guerra, não só a publicação como também a divulgação as agencias particulares, das estatísticas referentes a produção, fornecimento e transporte por estrada de ferro, exportação e importação de minerais estratégicos e de outros materiais bélicos.⁴²

Assim, nesse quadro de oscilação política entre o apoio de uns e o descontentamento de outros, a política do governo Vargas acabou por caracterizar-se pelo jogo pendular entre as pressões contrárias e a favor da Alemanha quanto ao fornecimento de produtos e apoio estratégico⁴³.

Destarte, mesmo suspensa a publicação de dados estatísticos, o fornecimento de minerais estratégicos e outros materiais bélicos as embaixadas da Grã-Bretanha e Estados Unidos da América continuavam por meio do Ministério da Viação e Obras Públicas.

Frank McCan acredita que o Brasil pôde jogar com os Estados Unidos e a Alemanha, pois gozava de máxima flexibilidade. Assim como Roberto Sander⁴⁴, Luiz Felipe Neves também atribui a Osvaldo Aranha, ministro das relações exteriores, o papel de juiz no jogo duplo varguista. Conhecido por seu americanofilismo, Aranha foi um incansável defensor do alinhamento do Brasil com os anglo-americanos. Sua influência junto a Getúlio, pautada, sobretudo, pela amizade pessoal que cultivavam desde tempos remotos, foi decisiva no alinhamento brasileiro.⁴⁵

Além disso, Luiz Felipe Neves afirma que o sentimento popular era, mormente, hostil contra o eixo, excetuando-se os lugares de colonização alemã e italiana como no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. Segundo o autor, “diversas pessoas choravam durante os noticiários exibidos nos cinemas quando apareciam os alemães marchando pelas ruas de Paris.” Com os afundamentos, a comoção popular cresceu ainda mais e as fervorosas manifestações públicas contra o nazi-fascismo desembocaram em depredações de estabelecimentos comerciais alemães e italianos.⁴⁶

⁴². Circular do Ministério da Viação e Obras Públicas. 24 jul 1942. Disponível em < www.cpdoc.fgv.br > acesso em 30 set 2006.

⁴³ McCANN, Frank. **Aliança Brasil-Estados Unidos** (1937-1945). Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército., 1995.

⁴⁴ SANDER, Roberto. **O Brasil na Mira de Hitler: a história do afundamento de navios brasileiros pelos nazistas**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007

⁴⁵ Mc Can. *ibidem*.

⁴⁶NEVES, L. F. da S. **A Força Expedicionária Brasileira: uma perspectiva histórica**. Rio de Janeiro, 1992. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Rio de Janeiro. p.66

Apesar de Neves afirma em sua dissertação que pesquisas pregressas realizadas nos arquivos alemães por outros estudiosos encontraram, por escrito, as ordens dadas pelos oficiais alemães para que se torpedeassem navios brasileiros, há no arquivo do Dops da cidade de Pernambuco documentos que nos permitem questionar essas ordens. Assim, apesar de algumas fontes históricas demonstrarem que foram os submarinos alemães os responsáveis pela grande maioria dos afundamentos, depoimentos de um ex-duplo espião da Alemanha e dos EUA radicado no Brasil nos permite colocar em dúvida a autoria dos primeiros afundamentos de embarcações brasileiras.⁴⁷ Independente da disseminação do conteúdo desse documento a contrapropaganda alemã no Brasil tem se mostrado de longa duração, eficácia e abrangência, posto que permanece sólida, ainda hoje na memória coletiva popular a versão de que os americanos foram os verdadeiros autores dos ataques aos navios do Brasil.

1.4 - Mecanismos de memória

Constantemente lembrados pelos ex-combatentes, os afundamentos a navios brasileiros que levaram à morte de centenas de civis e crianças estão cristalizados na memória coletiva daqueles que participaram da guerra como uma importante e legítima justificativa para a entrada do país no conflito. As imagens chocantes de cadáveres infantis desmembrados nos torpedeamentos parecem ter atingido em cheio a sensibilidade da opinião pública e refletido diretamente sobre a representação que grande parte das pessoas tem das manifestações de violência como legítima ou não.

O veterano, atualmente capitão da reserva, Ari Roberto de Abreu, enfatiza “indignadamente” os torpedeamentos no período anterior à sua partida para Itália, ao afirmar que:

já havia uma provocação da Alemanha porque nos primeiros dias de março, se não me falha a memória, em 1º de março de 1941, um navio brasileiro “Taubaté”, com bandeira hasteada, entrando no mediterrâneo, a caminho da Alexandria na Itália, foi metralhado por um avião alemão. E já começaram por aqui também a essa altura, no ano de 1942, já tinham afundado vários navios nossos, cargueiros, de passageiros, da marinha mercante e da marinha de guerra. Indiscriminadamente. Começaram a torpedear os nossos navios, e esses torpedeamentos continuaram e isso tudo antes do Brasil declarar guerra.⁴⁸

⁴⁷ APEJE/DOPS – PE , Recife 1942/1946.

⁴⁸ Entrevista realizada com Ari Roberto de Abreu em 04 abr 2005 na cidade de São João del Rei/MG

Do mesmo modo, Oswaldo Gudolle Aranha (2001), que foi soldado-intérprete da comitiva do então Ministro da Guerra General Gaspar Dutra, e era filho do Ministro das Relações Exteriores, numa espécie de justificativa de como foi “justa” a entrada do Brasil na guerra afirma ao comentar os ataques a navios brasileiros:

Foram atos tão brutais, tão vis, que muitas vezes um navio pequeno, de cabotagem, transportando famílias, era atacado a canhão, o que destroçava o navio e matava todos a bordo. Foi uma monstruosidade. Esses acontecimentos uniram o povo brasileiro como nunca se tinha visto. Como se diz, do Oiapoque ao Chuí. (...) Criou-se um estado de espírito tal, que apenas com a nossa participação na contenda a alma brasileira ficaria satisfeita.⁴⁹

Podemos inferir que além do transtorno psicológico causado na sociedade pelos torpedeamentos, houve também um impacto social significativo no que diz respeito à economia do país. Nesse sentido, dois aspectos importantes nos permitem conjecturar quanto a esse impacto.

O primeiro deles se relaciona diretamente à grande perda de mercadorias e materiais estratégicos, os quais, via de regra, eram transportados nesses vapores, como minérios e borracha. O segundo, e igualmente importante aspecto, se relaciona com a alteração psicológica dos usuários desse meio de transporte devido aos seguidos ataques ocorridos.

Com um considerável abalo na confiança da opinião pública sobre a segurança desse tipo de transporte, prejudicando grandes empresas marítimas. Em contrapartida, abalo na confiança daquele que durante muito tempo foi utilizado como principal meio de movimentação humano e escoamento de mercadorias entre as longínquas regiões litorâneas brasileiras, alavancou uma outra área de transporte conforme nos sugere a figura 8: o ferroviário..⁵⁰

⁴⁹ARANHA, Oswaldo Gudolle. Depoimento *in* **História oral do Exército na Segunda Guerra Mundial** / Coordenação Geral de Aricildes de Moraes Motta. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército editora, 2001. T. 6. p.199-215.

⁵⁰

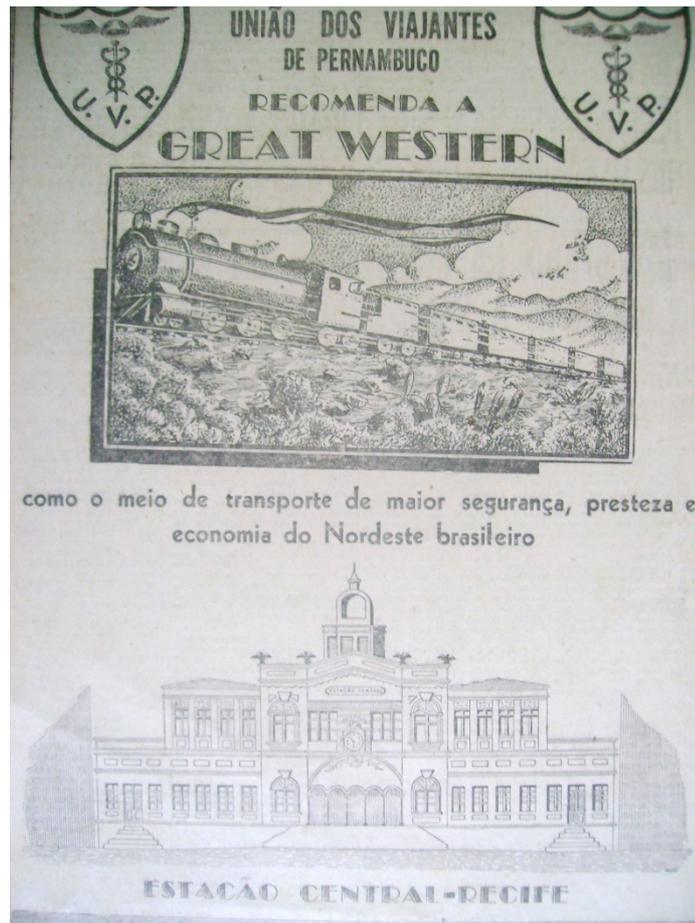


Figura 8- Propaganda da empresa Great Western enaltecendo a segurança do transporte ferroviário.

Fonte: Arquivo Público Jordão Emerenciano - APEJE/PE - Jornal do Comércio, 10 jan 1943, Informações Telegráficas.

É comum, a partir de janeiro de 1943, encontrarmos anúncios nos jornais de maior circulação no Nordeste explorando como principal vantagem da ferrovia a segurança no transporte de passageiros e cargas⁵¹.

O Jornal do Comércio do primeiro dia do ano de 1943 traz aos leitores de Pernambuco o discurso pronunciado pelo então Presidente da República, Getúlio Vargas em que ele diz:

Encontra-nos o ano de 43 em estado de beligerância com as nações que não respeitaram vidas e bens brasileiros. Fomos levados a essa situação em desagravo da honra nacional, injusta e brutalmente ofendida. Lutamos e lutaremos para defender a nossa liberdade, as tradições cristãs da família brasileira, a existência digna que herdamos de nossos maiores. Felizmente esses sentimentos e idéias coincidem com os que lançaram a guerra as nações unidas que assim recebem o preito da nossa simpatia e da nossa solidariedade moral e material. Com essas nações correremos

⁵¹ APEJE/PE - Jornal do Comércio 08 jan 1943

todos os riscos, irmanados na causa da liberdade dos povos que é também a nossa causa⁵².

Com esse discurso proferido no limiar do ano novo pelos microfones do Departamento de Imprensa e Propaganda, no intuito de atingir a todos os brasileiros, Getúlio explicita sua preocupação com as tradições cristãs e reafirma, de alguma forma, a legitimidade dessa guerra. Além disso, pesam em seu discurso grandes contradições na luta que o país embarca pela liberdade dos povos, uma vez que internamente não se tinha uma população livre, e sim vivendo sob uma ditadura⁵³.

Nesse sentido, a constante lembrança do porquê da entrada do Brasil na guerra, é naquele momento, utilizada como uma justificativa moral construída e constantemente reapropriada ao longo dos anos pelo governo, pelo senso comum e pelos próprios expedicionários como legitimador da quebra de certas “tradições cristãs” como a passividade “inata ao povo brasileiro”.

Os homens e mulheres que compuseram a Força Expedicionária eram oriundos de um país onde o Estado é laico, mas que tem o cristianismo como base de sua formação moral e religiosa. Posto que, as religiões cristãs condenam veementemente a guerra e as barbáries dela decorrentes, podemos compreender a necessidade de possuírem então, um discurso que, ao mesmo tempo os estimulasse e legitimasse. Em especial aos homens, que se dirigiam às frentes de batalha impelidos “a matar” em defesa da pátria era necessário recorrer a algum tipo de argumento que lhes parecesse legítimo e diminuísse sua culpa cristã se fazia e ainda hoje se mostra necessário⁵⁴.

Apesar da entrada do Brasil na guerra ao lado dos Estados Unidos oferecer vários privilégios ao governo, sobretudo quanto à ajuda econômica, houve, por parte de Vargas, relutância em se posicionar contra a Alemanha. Havia, entre os dois regimes - nazi-fascismo e o Estado Novo - várias afinidades, como a figura do ditador e, principalmente, suspensão das liberdades políticas individuais.⁵⁵

A primeira semana de Setembro, conhecida como “semana da pátria” devido às efusivas comemorações de exaltação da nacionalidade, assume em 1942 o caráter de um

⁵² APEJE/PE - Jornal do Comércio/Informações Telegráficas 01 jan 1943.

⁵³ Para saber mais sobre o período consultar PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

⁵⁴ Esses sentimentos de culpa podem ser percebidos através dos relatos orais de alguns veteranos que se silenciavam diante da palavra morte.

⁵⁵ Para saber mais sobre o período consultar PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007

movimento de mobilização geral das “forças morais e materiais da Nação”⁵⁶ em prol da entrada do país na guerra ao lado dos Estados Unidos. A comemoração do dia da Independência, que tivera nos anos anteriores aos ataques apenas um cunho cívico, é utilizada, em 1942, para conclamar brasileiros ao cumprimento das “penosas” obrigações patrióticas, impostas por “circunstâncias incontroláveis”, como o risco da própria vida no serviço militar. Deste modo, Getúlio Vargas oportunamente responde às pressões da sociedade e firma mais acertos políticos e econômicos com os norte-americanos, decretando estado de guerra contra as nações inimigas dos aliados.

Nos sete meses seguintes ao rompimento de relações diplomáticas do Brasil com os países do Eixo, formado por Alemanha, Itália e Japão, cerca de 19 navios mercantes brasileiros foram torpedeados na costa do país, causando centenas de perdas humanas. Nesse momento, é dada grande importância à ação de patrulhamento do Atlântico Sul realizada pela Força Aérea Brasileira (FAB) - que mais tarde também iria atuar no front italiano - e por militares convocados ao serviço militar devido ao estado de guerra em que o país se encontrava.⁵⁷

1.5 - O Brasil antes e durante a guerra

Antes da entrada “oficial” do Brasil na guerra na década de 40, ao que tudo indica no campo e na cidade a maioria das pessoas desconhecia ou sabia muito pouco sobre o conflito mundial e a iminência da participação brasileira nele. Ainda que os jornais da época dediquem 80% das suas reportagens a assuntos referentes à guerra da Europa⁵⁸ não podemos olvidar que o Brasil possui nessa época uma população em sua maior parte rural e analfabeta. Além disso, as notícias publicadas nos jornais não tem ressonância direta nesse grupo social, que acaba tendo sua memória coletiva formada pelo senso comum ou pelos programas de rádio.

⁵⁶ **AGRESSÃO**: documentário dos fatos que levaram o Brasil à guerra. RJ, Imprensa Nacional, 1943

⁵⁷ Mais adiante serão abordadas de forma mais específica as funções e aplicações desses militares .

⁵⁸ De acordo com um levantamento que fizemos nos exemplares do “jornal do comércio” do ano de 1941 de cada 10 paginas do folhetim, uma média de 7 se referem a guerra, incluindo os filmes a serem exibidos nos cinemas.

Luis Felipe Neves⁵⁹ afirma em sua dissertação que na primeira metade dos anos quarenta o Brasil ainda era um país agrário, exportador de produtos de sobremesa, em que 70% correspondiam a exportação de café. Segundo o autor, dos pouco mais de quarenta milhões de habitantes, 60% vivia em áreas rurais onde as comunicações eram péssimas e as estradas pavimentadas quase inexistentes. A navegação costeira era o mais eficaz, como também o mais dispendioso meio de ligação entre o sul, sudeste, norte, nordeste do país. Nesses últimos, o analfabetismo, a miséria e as doenças, como tuberculose e desnutrição, assolavam de maneira ainda mais rigorosa.

Deste modo, não podemos afirmar que a maioria da população tinha conhecimento dos acontecimentos ultramar. Para grande parte dos brasileiros, a guerra era mais sentida nas dificuldades e privações cotidianas, como nos sugerem os anúncios de jornais que trazem recomendações de economia de energia, de gasolina e até de gêneros alimentícios. Assim, os jornais nos indicam um forte apelo do governo e de algumas empresas privadas que, ao mesmo tempo em que divulgam seu produto, transmitem uma imagem de colaboradores da conscientização popular, conforme sugere a figura 9.

⁵⁹ Neves, Luis Felipe da Silva. **A Força Expedicionária Brasileira: uma perspectiva histórica**. 1992. Dissertação (Mestrado em História) – IFCS da Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.



Figura 9 – propaganda destinada aos leitores do jornal sobre a importância de se poupar variados bens, como forma efetiva de contribuição para a vitória, seguindo a idéia de que a economia feita pela população em casa se converteria em mais navios, caminhões, armamentos e munições para as tropas brasileiras.

Fonte: Arquivo Público Jordão Emerenciano - APEJE/PE - Jornal do Comércio, 15 jun 1944, Informações Telegráficas.

Segundo Roney Cytrynowicz(2000), que pesquisou o impacto da guerra no cotidiano da cidade de São Paulo, o racionamento e a escassez do dia-a-dia chamava mais a atenção da maioria da população paulista do que propriamente o envio de soldados para lutar pelo país.⁶⁰

Nelson Werneck Sodré (1967), afirma que ao fim de 1942 o Brasil estava de sobremaneira engajado na luta contra o eixo e já havia no país racionamento de combustível,

⁶⁰CYTRYNOWICZ, Roney. **Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial.** São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo/Geração Editorial, 2000.

“black-out” nas zonas costeiras, ação da espionagem alemã e da contra-espionagem aliada e campanhas diversas alertando a população sobre o comportamento adequado em caso de ataque aéreo. Além disso, “o Rio de Janeiro do primeiro semestre de 1942 refletia nitidamente a deterioração do Estado Novo: escasseavam-se os gêneros de 1ª- necessidade”⁶¹ Ao mesmo tempo, a inflação avançava tenazmente, desvalorizando cada vez mais depressa o trabalho.

Além de enfrentar restrições ao consumo, a população se exercitava no uso de máscaras contra gases e era orientada sobre como proceder em casos de bombardeios aéreos. Por precaução, começou-se a praticar o blackout total em toda a orla marítima do país. Em setembro de 1942, por segurança, o bairro de Copacabana, no Rio de Janeiro, ficou três noites na mais completa escuridão⁶²

Apesar do pré-guerra ser um período cheio de mudanças econômicas, políticas e sociais, não há praticamente nada do ponto de vista historiográfico e mesmo literário escrito acerca do Brasil durante a guerra que, de uma forma ou de outra, acabou chegando até o território nacional - como nos esclarece Roney Cytrynowicz⁶³. O jornal o Globo⁶⁴, noticia em sua página principal a continuidade da venda de carnes nos açougues apenas três vezes na semana sendo no máximo duzentos gramas por cota. Mesmo tendo sido impostas diversas restrições alimentares a população, conforme noticiam os jornais, modificando de sobremaneira o cotidiano de diversas cidades do país, esse continua sendo um tema ainda muito pouco pesquisado.

Além das modificações alimentares, outras mudanças permearam a rotina principalmente das cidades litorâneas do país. Nesse sentido, orientações confeccionadas pela Secretaria de Defesa Passiva sobre como deveria se comportar a população em circunstâncias peculiares ao estado de beligerância eram distribuídos à população por meio de folhetos divulgados através do rádio e jornais

⁶¹SODRÉ, Nelson Werneck. **Memórias de um Soldado**. Civilização brasileira: Rio de Janeiro: 1967, p200.

⁶² Disponível em < WWW.cpdoc.fgv.br > acesso em 18 out 2008

⁶³CYTRYNOWICZ, Roney. **Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo/Geração Editorial, 2000

⁶⁴ Arquivo do Monumento aos brasileiros Mortos na Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro, RJ. O Globo 7 Out 1944.



Figura 10 - Normas de conduta familiar distribuídas à população civil para Defesa Passiva do litoral no RN em caso de Black-out

Fonte: CPDOC/ VLC s 1941.03.25 - Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/>

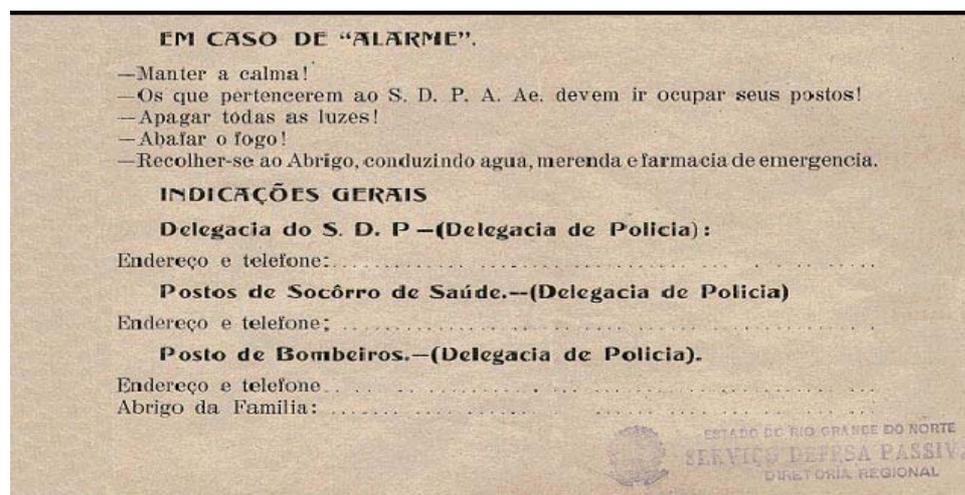


Figura 11 - Instruções do Serviço de Defesa Passiva do Rio Grande do Norte à população civil em caso de alarme.

Fonte: CPDOC/ VLC s 1941.03.25 - Disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm>

Com a definição do seu posicionamento na guerra e o rompimento das relações com os países do eixo, o Brasil entra numa nova fase - em que há uma verdadeira mobilização militar⁶⁵ para guerra - e este quadro de “desinformação” se modifica consideravelmente. Assim, em 29 de agosto de 1942, o Presidente Getúlio Vargas, de próprio punho, deu o seguinte despacho:

⁶⁵ Segundo o Manual Escolar Vocabulário da ECEME (ME 320-5), Mobilização Militar é a parte integrante da Mobilização Nacional que consiste na execução das medidas destinadas a assegurar a passagem da organização militar da situação de paz à situação de guerra, o que, em outras palavras, significará, além da arrecadação de meios materiais necessários às organizações militares, a convocação dos reservistas, militares da reserva e cidadãos necessários para o serviço ativo nas Forças Armadas, com a finalidade de aumentar os efetivos das referidas organizações militares para a Nação fazer face a uma guerra ou a uma situação de emergência.

Autorizo a mobilização gradual do Exército, de acordo com as necessidades mínimas da defesa nacional e as nossas possibilidades, estabelecendo-se uma ordem de preferência nas prováveis zonas de guerra. Lavre-se o decreto de mobilização. Decorrentes deste, virão, depois, os outros atos que forem necessários.

Em 29-VIII-942
(Ass.) G. Vargas.⁶⁶

A partir daí, a máquina de propaganda oficial do governo passou a mostrar em cine jornais, programas de rádio, cartazes e quaisquer outros meios de comunicação de massa a necessidade da mobilização nacional, de sacrifícios e as missões de cada cidadão brasileiro em torno da guerra, conforme nos indica a figura 12.



Figura 12 – Apelo à população para que se poupe energia elétrica em função da situação mundial de guerra.

Fonte: Arquivo Público Jordão Emerenciano - APEJE/PE - Jornal do Comércio. 25 nov 1944, Informações telegráficas.

Os reflexos do conflito europeu já podiam ser sentidos no Brasil por meio da dificuldade na importação de vários itens e pela possibilidade de oferecer matérias primas e

⁶⁶ VARGAS, Getúlio *apud* MUSSALÉM, Josué. **II Guerra Mundial**: Sessenta anos depois. Comunigraf Editora, 2005. p. 82

produtos estratégicos para as nações beligerantes. Geograficamente distante do conflito o Brasil possuía, comparado a outros países em desenvolvimento, grande atraso nos mais diversos setores. Economicamente era exportador de produtos primários e não possuía uma industrialização significativa, salientando carências econômicas, tecnológicas, educacionais e sanitárias.

Encontramos nos jornais discursos de que deficiências estruturais, sobretudo no Nordeste do país, seriam amenizadas pela transferência de quartéis oriundos do Sudeste para essa região. Deste modo, com a criação de novas unidades e bases militares, em grande parte financiadas pelos Estados Unidos, alguns dos principais problemas da região seriam sanados. Numa tentativa de transmitir a idéia de que a presença estrangeira em solo nacional é positiva o “Jornal do Comércio”⁶⁷ exalta entre suas reportagens os “grandes benefícios” trazidos ao Nordeste pelo aumento do número de organizações militares e, conseqüentemente, dos efetivos humanos, o que ocasionou uma significativa alteração na economia e na infraestrutura da região.

As modificações ocorridas eram entendidas pelo periódico como “inúmeras vantagens” resultantes dessa nova distribuição das forças. Segundo ele, os quartéis estavam absorvendo grande parte dos homens em idade conveniente ao serviço militar, em sua maior parte analfabetos e oriundos do interior, que recebiam do Exército “mais do que a caderneta de reservista e adestramento nas armas”. Dentro dessa instituição, esses homens receberiam uma educação em geral, que incluiria “alfabetização e princípios sadios de moral individual e cívica.”⁶⁸

Num aspecto ainda mais amplo socialmente, o circular exalta que a presença do Exército na região forneceria assistência sanitária completa, um dos principais problemas nos núcleos populosos e zonas pobres, onde estavam se instalando as novas unidades. Assim, os benefícios ultrapassariam o âmbito do quartel e atingiriam as regiões próximas às unidades no que se refere à realização de serviços de saneamento das áreas adjacentes. Tamanho empenho na exaltação das positivities do Exército na região parece responder a críticas existentes, feitas por grupos contrários ao alinhamento do Brasil com os Estados Unidos e às concessões a eles feitas no nordeste do país⁶⁹.

⁶⁷ APEJE/PE - Jornal do Comércio/Sessão última hora 03 jan 1943.

⁶⁸ APEJE/PE - Jornal do Comércio/Sessão última hora 03 jan 1943

⁶⁹ REZENDE, Antônio Paulo. O Recife: histórias de uma cidade. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2002. Coleção Malungo. O historiador Antônio Paulo aborda em seu trabalho o crescimento da cidade do Recife nos trazendo um cenário rico das transformações ocorridas no período aqui tratado. Rezende comenta sobre o expressivo crescimento populacional vivido por Recife, entre as décadas de 1940 e 1950, acarretou sua expansão territorial, cuja forma urbana atual foi adquirida nesse período. “Assim a cidade ganhava,

A alta hierarquia militar brasileira foi ambivalente quanto à criação da Força Expedicionária Brasileira desde o começo. Líderes poderosos dentro do Exército como o General Pedro Aurélio de Góes Monteiro, Eurico Gaspar Dutra e Euclides Zenóbio da Costa se opuseram à aliança brasileira com os EUA e Inglaterra na Segunda Guerra Mundial por considerá-los potências imperialistas que, indubitavelmente, ameaçaria a autonomia do Brasil.⁷⁰ Esse grupo se apoiava no argumento da perda da soberania brasileira em prol dos Estados Unidos que segundo eles almejava a dominação do Nordeste do país a partir da instalação de bases americanas ali.

McCann(1995), comenta em seu texto sobre a campanha anti-britânica na imprensa, em 1940, feita tanto por Dutra quanto por Góes Monteiro os quais passaram a defender a idéia de que uma vitória alemã sobre a Inglaterra beneficiaria Brasil.⁷¹ Como o General Nelson de Mello afirmou muitos anos depois: “A alta hierarquia do Exército era germanófila. Não há discussão quanto a isso.”⁷² Ainda em 1941, Dutra continuou a advertir Vargas contra conceder aos Estados Unidos bases no nordeste brasileiro: “Eles querem, sob a fachada da aliança, a dominação.”⁷³

Todavia, o presidente Vargas permaneceu firme no seu projeto de trocar o apoio brasileiro pelo auxílio econômico norte-americano e estava decidido de que o Brasil tinha que entrar no conflito do lado dos Aliados,⁷⁴ iniciando-se conversações sobre o envio de um contingente brasileiro à frente de combate. A formação de uma força expedicionária corresponderia a um duplo projeto político de Vargas. De um lado, fortaleceria as Forças Armadas brasileiras internamente e aos olhos dos vizinhos do Cone Sul, o que garantiria continuação do apoio militar ao regime do Estado Novo. Por outro lado, o envio de uma tropa para a Itália asseguraria uma posição de significativa importância para o Brasil no cenário internacional, na qualidade de aliado especial dos Estados Unidos.

efetivamente, outros contornos, alargava-se, deixando o seu centro de ser área residencial importante, para ser invadido pelo comércio e pelo setor de serviços”. Esse refluxo, provindo, principalmente da zona rural, favoreceu o crescimento de aglomerações urbanas e principalmente de Recife, que se tornou uma grande metrópole industrial e comercial. A paisagem da cidade assumia uma nova face. Segundo o autor nos anos 30 e 40 o Recife vivia o conflito entre a cidade moderna e que lutava por níveis mais convincentes de desenvolvimento e a proliferação de mocambos que lutavam pela sobrevivência.

⁷⁰ Nelson de Melo, entrevista, CPDOC/FGV – História Oral; Mc Cann, Exército Brasileiro e Neto, Nossa Segunda Guerra.

⁷¹ McCANN, Frank. **Aliança Brasil-Estados Unidos** (1937-1945). Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército., 1995.

⁷² MELLO, entrevista *apud* Idem, *ibidem*.

⁷³ DUTRA, Dever da verdade *apud* Idem, *ibidem*.

⁷⁴ Para as razões de Vargas em criar a FEB, veja Gerson Moura, **Sucessos e Ilusões: relações do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial**.

Mais importante que isso, em 1942, Vargas compeliu um exército relutante pelas discordâncias internas a aderir ao envio de tropas para a Europa, ganhando dessa forma prestígio para a Nação e capital para seu projeto desenvolvimentista. Nesse momento, como Frank Mc Cann argumenta, Dutra e Góes Monteiro chegaram à conclusão de que a Alemanha perderia a guerra e que seria proveitoso estar do lado vencedor, assim como também adquirir armas dos Estados Unidos.⁷⁵ O Ministro da Guerra - Dutra - teve então que organizar a FEB com o pequeno apoio do Estado-Maior do Exército, cujo Comandante, General Góes Monteiro continuara ferrenhamente se opondo em criar essa força. Dutra demonstrou entusiasmo pelo projeto e inclusive atrasou a criação da FEB, talvez esperando que a guerra acabasse antes mesmo dos soldados brasileiros partirem. Ao final de 1943, parecia que as tropas brasileiras nunca serviriam além-mar.⁷⁶

Ao lado das hostilidades destes comandantes de alto nível hierárquico, houve muitos outros fatores que levaram ao longo atraso na criação da FEB. Tanto Vargas como o exército estavam preocupados quanto às implicações políticas dessa nova organização, e muitos oficiais não quiseram se juntar a essa nova força⁷⁷. Um número significativo de convocados oriundos das classes médias e da elite usaram todos os expedientes possíveis para escapar da seleção das tropas combatentes e foi relativamente pequena a quantidade de voluntários. Muitos recorriam diretamente ao presidente Vargas, por meio de cartas, para tentar se eximir da convocação. No entanto, a grande maioria não tinha sucesso em seu intento, a menos que possuísse contatos políticos ou militares importantes dentro do governo⁷⁸.

Em contraposição às tentativas de se evadir da FEB, a leitura de alguns depoimentos de veteranos de guerra sobre o “estado de ânimo” dos conscritos selecionados e sobre o resto da população não permitem afirmar categoricamente que a criação da FEB resultou na luta pela democracia no país. Segundo o veterano Boris Schnaiderman⁷⁹, mesmo

⁷⁵ MCCANN, Frank D. **A nação armada**: ensaios sobre a história do Exército brasileiro. Recife: Guararapes, 1982.

⁷⁶ Oposição de Góes Monteiro à criação da FEB e o atraso de Dutra à sua preparação; veja Aspásia Camargo e Walder de Góes, *Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias*. Dentro do Brasil os atrasos eram geralmente colocados como culpa da quinta coluna nazista. Desta perspectiva, o mero fato da FEB ter partido para a Europa foi, no final vista como vitória por muitos brasileiros, Mc Cann, Exército Brasileiro.

⁷⁷ BONALUME NETO, Ricardo. **A nossa segunda guerra**: os brasileiros em combate, 1942-1945. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1995..

⁷⁸ Um trabalho de mestrado está realizando uma pesquisa sobre os pedidos de exoneração da FEB e as concessões feitas pelo presidente aos pedidos formais que lhe eram enviados. Todavia, a pesquisa ainda esta sendo realizada pelo capitão do Exército Ferreira um dos historiadores do Arquivo Histórico do Exército na cidade do Rio de Janeiro pela Universidade Federal Fluminense.

⁷⁹ SCHNAIDERMAN, Boris. **Guerra em surdina: historias do Brasil na segunda Guerra Mundial**. 3ed., São Paulo: Brasiliense, 1995, p.11,22,89.

no seio da tropa expedicionária, ninguém se empolgava com o discurso padrão de “vontade de lutar pelas liberdades”, “ódio ao inimigo” ou “cumprimento do dever”⁸⁰. Ao contrário disso, o que mais se via, segundo o depoente, era uma passividade contagiante, uma aceitação conformada com o destino reservado aqueles que não conseguiram de forma alguma escapar da convocação.

Uma das principais dificuldades na formação da FEB, como se percebe, foi a questão dos seus efetivos, que diariamente se via reduzido, conforme nos afirma Almeida⁸¹ em relação ao ocorrido no 1º Batalhão do 11º RI:

... diariamente eram abertos novos claros, mesmo entre oficiais e graduados, pois além dos julgados incapazes, eram retirados os que tinham encargos de família – os casados, os pais mesmo que solteiros, os que já tinham um irmão incorporado ou que concorressem, de algum modo, para auxiliar o sustento da família e, entre vários outros motivos, o de ser portador de doença venérea, facilmente adquirível. A tudo isso se somava a rejeição aos ‘má-conduta’ (...), mas as que causavam mais revolta eram as exclusões determinadas por apadrinhamentos políticos ou afetivos. Bastava, muitas vezes, um simples apelo a um familiar de alta autoridade para que o suplicante fosse de imediato excluído da Força Expedicionária Brasileira.⁸²

Incapazes, encargos de família, má conduta. Caracterizações abstratas como essas deram margem a toda sorte de apelos às autoridades para que seus filhos não fossem levados à guerra. O Coronel José Tancredo Ramos Jubé⁸³, ao falar sobre a diversidade de problemas encontrada na formação da FEB, afirma que “chegava grande quantidade de elementos de má conduta, que não poderia, de forma alguma, ser levada a guerra”. Segundo o coronel, os convocados eram dados a bebedeiras, brigas e, nas mais diversas confusões que eclodiam nas cidades do alistamento, geralmente havia recrutas envolvidos.

Em contrapartida, encontramos casos de jovens que tentaram se alistar e foram, inúmeras vezes, rejeitados pelos comandantes da Força Expedicionária. Oswaldo Gudolle Aranha, filho do então ministro das relações exteriores, Oswaldo Aranha, afirma ter se apresentado três vezes e por três vezes não ter sido aceito⁸⁴. Houve alguns oficiais, que se voluntariaram com interesses profissionais ambiciosos como ele mesmo declara.⁸⁵

⁸⁰ Ainda que no pós guerra esse seja um discurso comumente encontrado em alguns depoimentos dos veteranos

⁸¹ AILMEIDA, Cel. Adhemar Rivermar de. **Montese: Marco Glorioso de uma trajetória**. 1ª Ed., BIBLIEX, 1985.p.31.

⁸² AILMEIDA, Cel. Adhemar Rivermar de. **Montese: Marco Glorioso de uma trajetória**. 1ª Ed., BIBLIEX, 1985

⁸³ JUBÉ, José Tancredo Ramos in **Historia Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial**/ coordenação Geral

⁸⁴ ARANHA, Oswaldo Gudolle. Depoimento in **História oral do Exército na Segunda Guerra Mundial** / Coordenação Geral de Aricildes de Moraes Motta. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército editora, 2001. T. 6. p.199-215

⁸⁵ FARIAS, Oswaldo Cordeiro de. **Meio século de combate. Diálogo com Cordeiro de Farias**, Aspásia Camargo, Walder de Goes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981

É possível também encontrarmos relatos de pessoas que, logo após a declaração da guerra, foram prontamente se alistar ao serviço militar por entender esse ato como o cumprimento de uma responsabilidade cívica. Destarte, o senhor Ari nos admite que:

Nós brasileiros fomos pra guerra, não tanto por patriotismo, a gente estava imbuído de responsabilidade que tinha diante do Brasil e perante o compromisso prestado diante da bandeira nacional. O soldado brasileiro foi imbuído dessa preparação, desse compromisso que ele tinha perante a pátria. Alguns foram obrigados, uma boa parte foi espontaneamente, não foi forçado a ferro e fogo a ir.⁸⁶

A partir do trecho citado, percebemos dois pontos importantes na fala do militar. O primeiro diz respeito ao que ele considera ou não como prática de patriotismo, uma vez que “estar imbuído de responsabilidade diante do Brasil” e perante a bandeira não é entendido por ele como componente de um exercício patriótico. Possivelmente, o patriotismo é entendido por ele como práticas que não se vinculam à responsabilidade, compromisso ou racionalidade. O segundo ponto seria quando ele afirma não terem sido forçados “a ferro e fogo” a seguirem para a guerra. Ao fazer tal colocação ele aloca a possibilidade de escolha àqueles que compuseram a Força Expedicionária. Entretanto, o que percebemos pelos depoimentos é que não havia facilidade em escapar da convocação para a guerra.

O código penal militar brasileiro, criado em 1944, foi instituído especificamente para a situação de guerra enfrentada pelo país e listava em seu capítulo VII, entre os crimes militares, um item específico sobre a “inobservância do dever militar” em tempos de guerra. Dentre as atitudes consideradas crime de guerra, o capítulo se detém de sobremaneira à falta de cumprimento de ordem diante de uma ação militar do inimigo, o que poderia lhes conferir até oito anos de prisão. Já no capítulo IX, que aborda as conseqüências da deserção, o código prevê, no seu artigo 300, a detenção de até seis anos aos “convocados que, no caso de mobilização total ou parcial, deixarem de apresentar-se, dentro do prazo marcado, no centro de mobilização ou ponto de concentração”

Além disso, há outros fatores, além da eminência da prisão, que influenciam o recrutado a aceitar seu “destino” e desistir de lutar contra a convocação, o que nos possibilita compreender o veterano José Ribeiro ao narrar sua história de guerra e de vida.

Nascido no interior do estado de Pernambuco em 1927, o ainda “pixote” José Ribeiro⁸⁷, que mal completara dezesseis anos, se deslumbrava cada vez que ia à vila militar

⁸⁶ Entrevista realizada com Ari Roberto de Abreu em 12 de março de 2008 na cidade de São João del Rei/ M.G

⁸⁷ Entrevista realizada com José Ribeiro da Silva em 28 de novembro de 2007 na cidade de Olinda/PE.

entregar as compras feitas pelo tenente Rocha no armazém onde ele trabalhava. Fascinado com a movimentação estabelecida em sua, até então pacata, cidade de Garanhuns, José fazia questão de sempre entregar as compras que se destinavam ao quartel e assim ter oportunidade de fazer parte daquela mobilização de guerra que ocorria diante de seus olhos. Todavia, “Zé” queria mais, ele almejava vestir farda, desfilar em fileira e poder ostentar para sua família a posição tão desejada: a de militar do Exército Brasileiro, de servidor da pátria. Naquela época, “já estava todo mundo entrando para o Exército” e a rotina da cidade estava toda alterada com a chegada de novos efetivos militares que com suas “fardas impecáveis e posturas imponentes”, seduziam e atiçavam ainda mais o desejo de Zé.

Numa dessas entregas, o jovem tomou coragem e apesar da pouca idade manifestou ao tenente Rocha sua “vontade em servir à pátria e vingar os mortos do Brasil”. Como não havia sido registrado em cartório, Zé possuía apenas a certidão de batismo, que facilmente fora alterada pelo tenente a fim de dar-lhe idade suficiente para pertencer às fileiras do Exército. Assim, com três anos a mais na certidão conseguida pelo tenente no cartório da cidade, o franzino de 1,55 m, que tinha que embainhar todas as fardas para que não arrastassem pelo chão, compôs as fileiras do Exército, antes mesmo de completar dezessete. Sua atitude de se alistar antes do tempo e em tempos de guerra foi recebida com incredulidade pela sua família e, sobretudo, com desalento por sua mãe, que tentava lhe convencer que ele não podia entrar para o Exército, pois iria para guerra e lá morreria. Mas não havia como retroceder, o alistamento já fora feito⁸⁸.

Passados seis meses no curso de formação para cabos, houve no quartel uma visita de um general às instalações para verificar como estavam transcorrendo os treinamentos e a formação do novo efetivo militar. Antes de partir, o general discursou à tropa esclarecendo-lhes a situação de guerra em que o país se encontrava e solicitando ali, diante de todo o batalhão, voluntários para compor a Força Expedicionária Brasileira. Após presenciar seu comandante de companhia – além do tenente que havia lhe colocado no Exército e um sargento, por quem “Zé” tinha grande estima, - se voluntariarem, ele tomou coragem e deu um passo à frente, completando o ínfimo número de 12 voluntários num batalhão que possuía quase 1200 homens. Decepcionado com o número de voluntários, e na intenção de angariar mais alguns, seguiu-se um novo discurso do general, falando sobre a necessidade dos brasileiros defenderem sua pátria e honrarem com os compromissos prestados à bandeira,

⁸⁸ Entrevista realizada com José Ribeiro da Silva em 28 de novembro de 2007 na cidade de Olinda/PE.

sobre o valor da coragem e o caráter de um homem. Dessa forma, duas horas depois, 150 voluntários embarcavam para a cidade de Recife para fazer a “rigorosa” inspeção de saúde.

Ao nos contar suas experiências de ingresso nas Forças Armadas e, sobretudo a forma como ingressou na Força Expedicionária, José Ribeiro nos esclarece alguns pontos importantes e muitas vezes obscuros sobre o recrutamento e o embarque dos pracinhas brasileiros. O discurso do general nos exemplifica uma das práticas de convencimento do Estado Maior do Exército para que aqueles soldados, espontaneamente, compusessem a FEB. Além disso, ele nos permite perceber uma significativa falta de voluntários, o que se contrapõe aos relatos de grande parte dos ex-combatentes que afirmam terem se prontificado de imediato a ir para guerra.

Além disso, observamos que, em momento algum, Sr. José Ribeiro se atém a algum tipo de promessa financeira ou política a quem quer que participasse da guerra. Por último, chamam-nos a atenção os meios de convencimento adotados pelo Estado Maior para induzir praças e oficiais a se alistarem a guerra. Em nenhum momento é citado o uso da força para obrigá-los a se alistar, mas é exercida uma forte pressão nos brios daqueles homens quando o general supervaloriza a atitude dos voluntários e insinua a fraqueza daqueles que se acovardam diante da guerra.

Assim, não encontramos registros que nos indiquem outros incentivos, que não o discurso patriótico, como por exemplo, incentivo financeiro ofertado pelo governo para o alistamento. As dificuldades em se atingir o efetivo desejado para formação de uma Força Expedicionária satisfazia aqueles que se opunham a entrada do Brasil na guerra. Todavia, o potencial benefício da participação da FEB era tanto que apesar da oposição inicial à sua criação, Dutra finalmente fez campanha para aumentar e assegurar sua autoridade liderando pessoalmente a FEB. Seus camaradas oficiais, entretanto, tentaram persuadi-lo de que Vargas estava organizando um complô para removê-lo do país.⁸⁹ Este argumento pode ter influenciado Dutra a permanecer no Brasil, mas o fato de que a FEB seria menor que o inicialmente planejado (tendo apenas uma divisão de infantaria reforçada, ao invés de três) provavelmente foi uma consideração mais importante para que ele se posicionasse em favor da FEB.

Em Agosto de 1943, o então Ministro da Defesa, concordou em indicar o General João Batista Mascarenhas de Moraes para liderar a FEB. Mascarenhas foi selecionado porque, além de ser amigo de Vargas, era um oficial competente e, segundo alguns, um “terrível

⁸⁹ Veja Alzira Vargas do Amaral Peixoto, entrevista disponível em < www.cpdoc.fgv.br > acesso em 25 abr 2008.

político”. Devido à sua falta de ambição política e carisma, nem o presidente nem líderes militares temeram sua influência futura.⁹⁰ Apesar disso, Dutra atuou cuidadosamente para cortar o poder de Mascarenhas garantindo que ele não selecionasse os homens que iria levar consigo. Deste modo, o Ministro escolheu os oficiais componentes da FEB pela lealdade que demonstravam a ele e ao governo, não pelas suas habilidades. Em consequência dessa atitude anos mais tarde o chefe da comitiva de assessores militares de Vargas alegou que “os oficiais mais capazes não haviam feito parte da FEB”.⁹¹ Verdadeira ou falsa, essa assertiva indica a importância dada à lealdade política na seleção das tropas que iriam para a Europa, ainda que em detrimento da melhor condição de formação e comando.

Ricardo Bonalume Neto argumentou que o governo Vargas forçou alguns oponentes a fazer parte da FEB.⁹² Em contrapartida, o presidente também manteve oponentes militares sem poder deixar o país, impedindo que eles ganhassem prestígio em combate. Essas manobras políticas e o conflito de interesses dos homens responsáveis por criar a Força Expedicionária acabaram por influenciar significativamente suas características e contribuíram para a tensão que se desenvolveu entre os ideais que seus soldados professavam e as políticas que seus comandantes defendiam.⁹³

Dutra e Góes Monteiro examinaram minuciosamente todos os oficiais selecionados para garantir que nenhum comunista se juntasse à expedição e que nenhum rival se aproveitasse de um cargo dentro da nova força.⁹⁴

Apesar das muitas contradições do governo Vargas, o presidente parece ter sido muito bem sucedido, uma vez que conseguiu conciliar o aparentemente inconciliável: a defesa do Estado novo e a luta contra o nazi-fascismo⁹⁵. Para ele a superexploração do trabalhador com a valorização do “soldado da produção” constituiu a formação de um *front* interno disciplinado em nome de uma participação efetiva em um distante *front* externo.

⁹⁰ Para as razões por trás da seleção de Mascarenhas para liderar a FEB, veja Idem, *ibidem*.

⁹¹ FARIAS, Osvaldo Cordeiro de. *Meio século de combate*. Diálogo com Cordeiro de Farias, Aspásia Camargo, Walder de Goes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981

⁹² NETO, Ricardo B. *A Nossa Guerra: os Brasileiros em combate 1942-1945*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1995.

⁹³ Alzira Vargas argumentou que seu pai não interferiu na seleção dos febianos, Alzira Vargas, entrevista. Mas Juracy Magalhães alegou ter visto provas escritas que Vargas impediu sua partida com Vargas; Juracy Magalhães, entrevista. ver Silveira, *Dois Guerras*.

⁹⁴ Para como Góes Monteiro e Dutra rigorosamente eliminaram comunistas da FEB, veja MELLO, entrevista *apud* McCANN, Frank. **Aliança Brasil-Estados Unidos (1937-1945)**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército., 1995.

⁹⁵ CYTRYNOWICZ, Roney. *apud* FERRAZ, César A. **A guerra que não acabou: A reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945 – 2000)**. USP, 2003(Tese de Doutorado). p. 68

A multidão era disciplinada na rua, cooptada pela máquina previdenciária dos sindicatos oficiais, organizada nos desfiles das escolas de samba evocando temas nacionais, submetida a disciplina militar no interior das fábricas, educada para usar sapatos e marchar, tomando vitaminas e ter saúde eugênica, adestrada nos quartéis preparados para lutar na Europa. A percepção da multidão era sentida como uma ameaça, mas também era o que possibilitava a imposição de uma certa ordem – econômica – e de um certo modelo político em que a mobilização, a fila, a apologia do trabalho militarizado, o desfile organizado e o alinhamento foram impostos, criando o que pode se considerar um “front interno” paulistano na Segunda Guerra Mundial.⁹⁶

Entre acordos externos e desacordos internos, a Força Expedicionária Brasileira foi formada e enviada à Itália para compor o V Exército norte americano. Ainda que nomes fortes dentro do governo Vargas e, sobretudo, dentro das próprias forças armadas se opusessem ao embarque de tropas Brasileiras para o “Teatro de Operações” o fato é que elas embarcaram.⁹⁷

Da criação da FEB até o embarque do 1º Escalão para a Itália transcorreu quase um ano. Nesse período percebemos três momentos distintos referentes à entrada do Brasil no conflito. O primeiro é dado pela declaração de Guerra às ditas forças do eixo, o segundo se pauta pelo início da formação da Força Expedicionária; e, finalmente, o terceiro é quando se efetiva o envio de tropas à Itália. A fim de tornar este segundo momento possível, o Exército Brasileiro teve que enfrentar uma série de dificuldades, que variavam desde as condições dos armamentos e dos equipamentos especializados até a falta de contingente que satisfizesse quanto à disciplina. Politicamente, o Brasil era uma nação que vivenciava o autoritarismo do Estado Novo ao mesmo tempo em que realizava uma integração das massas urbanas à política. Entre todas as forças políticas de então era o Exército a mais presente e influente.⁹⁸

Nesse período, dedicado à preparação e treinamento das tropas, inúmeros foram os desencontros entre Brasil e Estados Unidos, desde os relativos à liberação do equipamento militar necessário para a atuação das forças brasileiras, até os decorrentes da ausência de uma definição quanto à área de atuação da FEB. Finalmente liberados os armamentos norte-americanos de que o Brasil necessitava no início de 1944, e superada a resistência britânica à

⁹⁶ I CYTRYNOWICZ, Roney. *apud* FERRAZ, César A. **A guerra que não acabou: A reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945 – 2000)**. USP, 2003 (Tese de Doutorado). p. 87

⁹⁷ O historiador Americano McCan trabalha detidamente as negociações ocorridas entre os dois países para a entrada efetiva do Brasil na Guerra a partir do apoio dos Estados Unidos no capítulo XII de seu livro. McCAN, Frank D. **A Aliança Brasil Estados Unidos, 1937-1945**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995. p. 271

⁹⁸ CARVALHO, José Murilo. **Os Bestializados**. O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987

presença de uma força brasileira no Mediterrâneo, o primeiro contingente de tropas brasileiras embarcou em 02 de julho de 1944 rumo à Itália⁹⁹.

Ao longo dos oito meses subsequentes a julho de 1944, outros quatro escalões seguiram para o teatro de operações italiano. Também a FAB se fez representar com um grupo de aviação de caça e uma esquadrilha de ligação e observação. O envio da Força Expedicionária Brasileira e da Força Aérea Brasileira à Europa veio coroar um processo iniciado quase quatro anos antes, mas constituiu também o ponto de partida de uma nova etapa do governo brasileiro de busca por uma participação política e econômica nos arranjos do pós-guerra.

A maior parte da imprensa, que até o posicionamento de Vargas contra a Alemanha se mantivera seguindo as exigências do DIP de não manifestar-se politicamente contra as nações em guerra, passa, a partir da formação da FEB, não só a abordar excessivamente a guerra, como é criado um jornal especificamente para a ocasião, chamado “O Globo Expedicionário”.

⁹⁹Para saber mais sobre as negociações Brasil-EUA consultar MCCAN, Frank D. **A Aliança Brasil Estados Unidos, 1937-1945**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.

CAPÍTULO 2

2.1 - Entre a Memória e a História - Conflitos no Brasil

Documentários, museus, associações, memórias, bibliografias, autobiografias e arquivos. Quando se trata da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, encontramos abordagens que a reduzem apenas ao grupo de brasileiros que constituíram a Força Expedicionária Brasileira (FEB). Essa noção é comum nas mais diversas documentações sobre o tema e nos mais distintos “lugares de memória”¹⁰⁰ que pretendem o culto e a lembrança deste evento.

Todavia, além dos 25 mil homens que compuseram a 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária da FEB enviada à Itália, aqui no Brasil, um grupo aproximadamente 5 vezes maior foi mobilizado para concretizar um rigoroso plano de defesa do litoral brasileiro, elaborado pelo Comando do Exército ainda no ano de 1941.

O Relatório do Ministério da Guerra, no ano de 1939, informa que quando eclodiu a Segunda Guerra Mundial, o Exército Brasileiro contava com um efetivo total de 60 mil homens; porém, em 1942, quando o Brasil declarou guerra contra a Alemanha, iniciou uma corrida de recrutamento para aumentar o efetivo. Deste modo, em 1943, a Força contava com aproximadamente 174 mil homens¹⁰¹. Assim, a presença do Brasil na guerra não se refere apenas aos 25.334 brasileiros que compuseram a FEB, e sim a um significativo número de brasileiros que participaram, de formas distintas, das operações de guerra dentro e fora do território brasileiro.

¹⁰⁰ Para entender mais sobre o conceito consultar NORA, Pierre. Entre a História e a Memória: a Problemática dos lugares. **Revista Projeto História No- 10**. São Paulo: Educ/PUC-SP, 1981.

¹⁰¹ **AHEX** -Arquivo Histórico do Exército. Rio de Janeiro/RJ. **Relatório do Ministério da Guerra**. 1945, p84.

Segundo apontam esses relatórios, o Brasil na guerra teve como principal consequência um significativo crescimento, modernização e mudança doutrinária das Forças Armadas. Além disso, houve uma maior valorização da integração entre as mais distantes regiões do país. Destaca-se nesse período a valorização política, econômica e militar da região Nordeste pelo governo federal, que a entendeu como ponto estratégico para a segurança nacional.

2.2 - A Força de Vigilância do litoral

Pouco ou quase nada aparece na imprensa da época sobre a situação dos militares responsáveis pela vigilância do litoral, os quais integrariam futuras Divisões Expedicionárias, mas que tinham como missão principal cooperar naquele momento com o plano de vigilância que enfocava, sobretudo, a região Nordeste.

O aspecto principal do plano relacionava-se à defesa das praias brasileiras por militares, os quais impediriam que tropas extracontinentais desembarcassem em solo brasileiro. Deste modo, o número de envolvidos no conflito era crescente, devido à amplitude do litoral, o que exigia um grande número de homens.

Esses homens foram recrutados e treinados da mesma forma que os componentes da 1ª Divisão da FEB. Num primeiro momento, se deteriam à vigilância no litoral e, posteriormente, se dirigiram para os campos de batalha europeus.¹⁰²

¹⁰² Um exemplo disso percebe-se no caso do efetivo do 7º Grupo de Artilharia de Dorso (7º - GADorso) da cidade de Olinda que comporia a 3ª Divisão a embarcar para Itália. Atualmente 7º Grupo de Artilharia de Campanha (7º - GAC), fundado em 1942, essa organização tem sua história absolutamente imbricada à história da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial. A partir de análises de seus arquivos históricos obtivemos importantes e, até aquele momento, inéditas informações, como a citada acima sobre a formação de uma terceira Divisão para ser posteriormente enviada à Itália. Idealizado pelo futuro comandante da FEB, General Mascarenhas de Moraes, o grupo seria inicialmente formado por homens pertencentes a outra unidade militar, localizada no estado do Rio de Janeiro, que seria transferida para o novo quartel. Durante a transferência desse efetivo, juntamente com seus familiares para a cidade de Olinda a bordo do navio Baependi e Itagiba, a história daqueles que comporiam o primeiro efetivo do 7º - GAC conflui tragicamente com a história da Segunda Guerra Mundial, ao serem torpedeados por submarinos alemães.

Ainda que precariamente armazenado e conservado, o 7º - GAC possui um acervo de fontes relevantes à pesquisa de aspectos políticos e sociais do desenvolvimento do Exército na região. O grupo possui um livro histórico, o qual se pretende um registro de todos os acontecimentos históricos da referida organização militar, abarcando uma grande variedade de informações julgadas dignas de nota pelo responsável em atualizar anualmente este livro. Devido ao seu caráter abstruso, essa função é atribuída, geralmente, a um aspirante recém chegado à tropa. Os assuntos que constarão no livro são coletados nos boletins internos do ano que se pretende atualizar e têm sua importância julgada pelo próprio aspirante, que seleciona, segundo seus próprios referenciais, aquilo que deve ou

Esses militares não chegaram a embarcar para a Itália, posto que a guerra terminou antes mesmo que a partida da tropa se efetivasse. Todavia, o treinamento de guerra, o patrulhamento e a expectativa da iminência do combate foram experimentadas por esses de forma muito intensa¹⁰³. Deste modo, a única missão efetivamente realizada pela maioria dos integrantes das futuras Divisões foi o patrulhamento dos principais pontos e praias do Brasil, o que lhes conferiu o apelido de “praieiros” por parte daqueles que combateram no Teatro de Operações italiano.¹⁰⁴ Infelizmente a documentação que tivemos acesso não nos possibilita mapear com precisão os pontos julgados estratégicos onde se instalaram bases de controle, todavia as cidades que mais aparecem na documentação são Recife, Natal, João Pessoa e Cabedelo.

Documentos secretos do Comando do Exército, datados de setembro de 1941, já previam a necessidade de maior valorização da defesa do litoral do Brasil. Apesar de o governo Vargas ter declarado estado de beligerância contra a Alemanha apenas em agosto de 1942, o Comando do Exército, quase com um ano de antecedência, formulara um “Plano de Defesa do Exército no Nordeste”¹⁰⁵, indicando-nos a dimensão do receio militar sobre uma possível invasão alemã em território brasileiro.

A possibilidade de invasão levou o Exército a traçar detalhadamente um plano de defesa no Nordeste, prevendo a possibilidade de um inimigo extra-continental desembarcar principalmente nas cidades litorâneas de Natal, Macéio, Cabedelo e Recife, onde o Exército já estaria prontamente apto a repelir uma possível ocupação. Há, por parte dos militares, uma

não constar no livro Histórico do Grupo. Por isso classificamos a função como abstrusa, posto que a relevância de um ou outro assunto é relativamente variável.

Deste modo, o livro histórico nos interessou especialmente devido às informações do ano de 1942 sobre os torpedeamentos de navios na costa brasileira com nomes e patentes das vítimas militares, fatais ou não, as quais se dirigiam à sede definitiva do 7º G.A.D, que se instalava em Olinda. Outra fonte analisada neste arquivo foram os Boletins do 7º Grupo de Artilharia de Campanha, que são publicações diárias a respeito dos mais diversos assuntos relativos à Organização Militar. Nesses documentos são encontrados os assuntos administrativos, como consumo de energia elétrica, marcação do medidor, descarga de fardamento, alterações de cabos e soldados, serviço de saúde, serviço de veterinária. Além disso, identificamos assuntos relativos a justiça e disciplina, como aprovação ou não de castigos que eram sugeridos pelos comandantes, bem como os motivos para aplicação dos mesmos. Todas as etapas dos processos administrativos são relatadas, inclusive o resultado das apelações de sentença – tudo sempre constando o nome e a assinatura do castigado ou recorrente. Deste modo, com base nessas informações diárias e “teoricamente” sem importância, podemos acompanhar as cotidianidades do grupo e perceber as rupturas e continuidades existentes na Organização Militar em função da entrada do Brasil na guerra, como a preparação, o recrutamento e aumento de efetivo para compor a 3ª Divisão. No entanto, tais informações não nos permitem uma associação com o tema especificamente tratado neste capítulo, podendo constituir-se em fonte para futuras pesquisas.

¹⁰³ Ao analisar os relatos de alguns desses homens percebemos o impacto que esse momento teve em sua vida e memória de vida.

¹⁰⁴ Grande parte daqueles que lutaram na Europa falam com sarcasmo dos homens que ficaram no litoral e possuem os mesmos direitos que os militares que pertenceram à FEB, pois segundo os veteranos, o outro grupo teria ficado no litoral “tomando água de côco”, enquanto eles arriscavam suas vidas na Europa. Como forma de diferenciação para o leitor, nos referiremos desta forma a este grupo: ex-combatentes praiheiros.

¹⁰⁵ **Plano de Defesa da Região Nordeste**, 01 set 1941. Recife (PE) disponível em <WWW.cpdoc.fgv.br>.

excessiva atenção a essas cidades, por serem geograficamente privilegiadas. A atenção era redobrada em relação à Recife, devido à sua proximidade com a ilha de Fernando de Noronha – principal rota de abastecimento dos mais diversos transportes rumo a Europa e África.

O plano era baseado em estratégias que impedissem que tropas inimigas se fixassem nesses pontos. Além disso, acreditava-se que a intenção dos alemães era neutralizar as resistências ou se apoderar de Fernando de Noronha e Roca, almejando desembarcar em toda a costa e atacar as cidades de Natal e Recife, simultânea ou sucessivamente. Ao efetuar o desembarque de tropas em alguma dessas regiões, eles se dirigiriam para tomar Campina Grande e Garanhuns, principais pontos de apoio logístico e estratégico das resistências brasileiras.

Para se opor ao desembarque inimigo, o primeiro passo sugerido no plano seria a forte defesa nas cidades citadas acima, para que num curto espaço de tempo as tropas do Exército estivessem em condições de repelir ou expulsar qualquer tentativa de desembarque em regiões próximas. Assim, o documento sugere a criação imediata de dois Corpos de Exército¹⁰⁶, que se posicionariam ao sul e outro ao norte da região, além da criação de efetivos de reserva em Campina Grande e Caruaru – para contra-atacar ou repelir o inimigo que poderia vir de Natal, Recife, Cabedelo ou Maceió.

Além disso, eram tratadas com ordem de urgência algumas mudanças estruturais quanto à comunicação, destruição e fortificação de cidades. Assim, se fazia urgente e imprescindível, segundo o Exército, a construção de uma estrada para Garanhuns e Correntes, além da conservação e reparação das estradas existentes. Isso seria feito sempre priorizando, nesse processo, a manutenção e o melhoramento das que ligam a cidade de Garanhuns a Maceió e Recife, e das que ligam Campina Grande às cidades de Natal e João Pessoa.

Garanhuns e Campina Grande eram as maiores e mais bem estruturadas cidades do interior e por isso teriam grande importância como base para as operações no litoral. No que diz respeito a suprimentos e logística para defesa, as cidades-base não poderiam estar muito próximas ao litoral, para evitar possíveis ataques da artilharia naval inimiga. Por outro lado, não poderiam estar muito distantes, já que facilitariam o escoamento o mais rápido possível de tropas, alimentos e armas para as cidades sensíveis a ataques. Assim, as autoridades militares demonstravam a todo momento em seus relatórios uma excessiva preocupação com a segurança dessas cidades do interior.

¹⁰⁶ Um Corpo de Exército é formado pelo conjunto de Divisões de Exército, o que corresponde a um total aproximado de quase 100 mil homens. As Divisões são formadas por diferentes armas como infantaria, engenharia e artilharia, sendo discricionário ao comandante da Divisão decidir quantos batalhões e grupos de cada arma compõem a sua tropa.

Ponta da Pedra. Sempre cooperando na proteção de navegações amigas e neutras – através dos campos minados e dos obstáculos por ela própria implantados –, ela também coadjuvava com as Forças terrestres e aéreas nas possíveis tentativas de ataque inimigo.

Ao que tudo indica, o plano de defesa foi, em sua maior parte, efetivado. Isso porque, diante dos torpedeamentos ocorridos, o posicionamento brasileiro ante a guerra na Europa se modifica e muitas das medidas sugeridas são implantadas. A Marinha passa a ser fundamental para a proteção de navios cargueiros e o transporte de pessoas pelo litoral do Brasil. Mas é na força terrestre que notamos a maior parte das medidas implementadas: há um significativo aumento de construções de novas unidades militares no Nordeste (com prioridade para as cidades vulneráveis a ataques), aumento no efetivo militar e melhorias estruturais (como saneamento básico), noticiadas com frequência no *Jornal do Comércio*.¹⁰⁷

2.3 - Lembranças do mar - A praia dos praieiros

Quem não conhece, não pode imaginar realmente o que sejam as praias do litoral sul do Nordeste. Um ambiente das ilhas dos mares do sul, um encanto pra quem vai veraneiar. Outra coisa, porém, é manter aí uma tropa, em missão de vigilância pronta para participar de possíveis embates, abastecida e em boas condições sanitárias durante o ano todo -inverno e verão.¹⁰⁸

Às amenidades do clima de verão se sucediam as grandes chuvas e ventanias constantes do inverno, ambiente propício para o surgimento de gripes, resfriados e impaludismo¹⁰⁹. Se no início eram casos esporádicos, acabavam tomando proporção de epidemia, devido às precárias condições de instalação, alimentação e higiene dos militares “praieiros”. Toda a tropa era obrigada a ingerir comprimidos de Atebrina, tendo em vista os numerosos casos de malária, doença que tantos soldados vitimou.

¹⁰⁷ Mais uma vez o 7º- GAC aparece como referência, posto que sua idealização na cidade de Olinda data do início de 1942, ou seja, antecede a entrada do Brasil na guerra.

¹⁰⁸ COLLIER, Eduardo. *In* ARRUDA, Demócrito, et alii, Depoimento de Oficiais de Reserva sobre a FEB. São Paulo: 2ª-ed., 1949. Segundo tenente da Reserva na arma de infantaria, Eduardo é descendente de franceses e nasceu em Pernambuco, onde cursou o Curso Preparatório de Oficiais da Reserva em 1941. Convocado em 1942, ele serviu como comandante do pelotão de fuzileiros e comandante de companhia em unidades que deveriam formar a 2ª- Divisão Expedicionária. No pós-guerra, atuou como advogado na vida civil.

¹⁰⁹ Mais conhecida como malária, o impaludismo é doença freqüente em regiões tropicais. E é uma das maiores causas de mortalidade nos países com baixa infra-estrutura, uma vez que não pode ser curada sem tratamento adequado.

Segundo Eduardo Collier(1949)¹¹⁰, o 22º- Batalhão Campanha, que tinha sede em Tamandaré, litoral sul de Pernambuco, teve que ser transferido para Maceió. Isso teria acontecido porque o Comando se confessou impotente frente às condições médicas da tropa, em sua maioria abatida por uma espécie de gripe que afetou veementemente os militares com a chegada das chuvas. O ex-militar aponta em seu depoimento, como o principal fator de disseminação de doenças no seio da tropa, as condições precárias de instalação, que iam desde galpões de palha de coqueiro – bastião abandonado – até barracas de campanha. O conforto e higiene não eram determinantes definidores dos locais de estacionamento da tropa, e, não havendo estrutura que suportasse o número de homens ali destacados, o acantonamento¹¹¹ era a prática mais comum.

A alimentação desses homens seguia uma dieta uniforme e deficiente, baseada principalmente em farinha, feijão e charque, o que contribuiria sobremaneira para a baixa imunidade dos mesmos – se não houvesse a considerável colaboração dos moradores locais. Além disso, as refeições eram mal preparadas - com água sempre salobra e precárias condições de higiene nas barracas - por soldados sem nenhuma orientação sobre o assunto. São comuns, em relatos dos ex-combatentes praieiros, referências sobre a presteza e o bom relacionamento desses com pescadores e moradores locais mais velhos, que geralmente lhes cediam peixes para complementar-lhes a dieta. O veterano Ari Abreu que, antes de embarcar para Itália, permaneceu 10 meses fazendo a vigilância do litoral na região sul da Bahia comenta que:

A comida era impossível consumir, porque além de mal preparada o material era horrível! Nosso pessoal era muito ruim de serviço. O soldado malandro chegava no quartel e a primeira coisa que dizia era que sabia cozinhar – isso sem nunca ter feito um feijão na vida dele, ou um angu e ele vai fazer a comida, fala que sabe pra fugir da instrução, isso ai é malandragem de soldado. ai não tem higiene, e Deus me livre, fazia uma comida que ninguém agüentava comer.[...]

Quando fui mandado pro destacamento melhorou, porque lá eu botava meu dedo né? Porque o arroz e o feijão de cd dia eu sei fazer! Com higiene, limpeza, apesar da dificuldade de água lá. Agua potável lá em Itaquema era coisa de rico, a gente furava poço a 2 km de distância da praia e a água ainda era saloba. Tinha uma mina na serra onde levávamos os cantis pra encher, mas era difícil demais... os soldados tinham que levar vara e fuzil pra se defender da onça que rondava a região e andava pegando os bezerros e a gente tinha medo daquela onça porque ela é traíçoeira¹¹²

¹¹⁰ ARRUDA, Demócrito, et alii, Depoimento de Oficiais de Reserva sobre a FEB. São Paulo: 2ª-.ed., 1949.

¹¹¹ O acantonamento é em tudo semelhante a um acampamento, com exceção para o local de pernoite.

Quando as condições climáticas são instáveis, isto é, quando a probabilidade de chuva repetida e prolongada é grande, o pernoite é feito normalmente num edifício já existente no local onde a atividade militar esta sendo efetuada, ao invés da habitual tenda ou barraca. Além disto, o edifício serve também de abrigo rápido para os momentos de chuva e são feitos normalmente em casas de habitação, escolas, garagens, pavilhões, Sedes de Agrupamentos, etc.

¹¹²Entrevista realizada com Ari Roberto de Abreu em 12 de março de 2008 na cidade de São João del Rei/ M.G

Os grandes usineiros e proprietários de terra também são lembrados pelos vigilantes do litoral como benfeitores, uma vez que, segundo esses militares, faziam as mais diversas concessões aos militares quanto à alimentação, cuidados médicos e assistência mecânica a viaturas militares. Certamente, no caso de uma invasão, quem mais possuía mais perderia; deste modo, eles se empenhavam em prover algumas das muitas necessidades da tropa destacada nas circunvizinhanças de suas propriedades.

Além disso, outra grande dificuldade para este grupo de militares era quanto a evacuação dos doentes e acidentados, uma vez que os transportes eram difíceis. Os veículos motorizados eram poucos e, mesmo quando estavam disponíveis, a gasolina era severamente racionada. Apenas se dispunha com facilidade de canoas, barcaças ou viaturas de traço animal.

Canhões, militares, treinamentos, toque de recolher, patrulha, medo, privação. Ao contrário do que nos ocorre quando pensamos em lembranças da praia, as abordadas aqui nem sempre são doces e divertidas como o título pode sugerir. As memórias dos ex-combatentes incumbidos de proteger o litoral brasileiro, no caso de um possível ataque nazista, geralmente se enfocam num cotidiano inebriado de responsabilidade, tensão e medo. Deste modo, o veterano Sangenis relembra a vida nos postos:

Eram momentos de expectativa quando se avistava algum navio ou avião, anotando-se hora, tipo, tamanho e direção para transmitir nos relatórios enviados ao Escalão Superior, pelo meio mais rápido disponível.

Eram as longas e escuras noites, onde nenhuma luz brilhava, quando os olhos tinham de ser substituídos por ouvidos, e onde, entre o estertorar das vagas, procurávamos perceber quaisquer ruídos estranhos, levando sempre em conta o inimigo que não víamos, mas, que pela sua ação predatória constante e pelas numerosas vidas sacrificadas, sabíamos existir na nossa frente, no mar, além.

Eram noites frias e chuvosas onde, encharcados e açoitados pelas rajadas de vento frio, quando os canos gelados dos fuzis queimavam como fogo, tínhamos que fazer um grande esforço para permanecermos firmes e atentos nos postos de guarda, lembrando que os companheiros repousavam confiantes no sentimento de cumprimento de dever.

Eram noites de luar, lindas e suaves, nas quais absortos ficávamos deitados na areia, olhando o firmamento, o céu tão calmo e estrelado, pensamento longe dali, lembrando nossas famílias, nossa casa... mas, voltando a realidade, ao ver lampejos prateados da lua, refletindo na baioneta de nossa sentinela.

Era permanecer longas horas, de dia e de noite, à beira das estradas próximas da costa que bloqueávamos com um tronco de árvore, controlando o tráfego, para verificar cargas ou pessoas, embargar os transportes de combustíveis, principalmente gasolina, óleo diesel e álcool – motor, sem a necessária autorização em guia, evitar o livre trânsito de pessoas suspeitas.

Era, enfim, zelar em toda a orla marítima pela manutenção do rigoroso “Black - out”, impedindo qualquer comunicação terra/mar e vice-versa, bem assim qualquer transgressão das medidas de segurança determinadas pelo Comando Militar.

Eram, ainda, quando de folga nas vilas ou cidadezinhas, as prontidões repentinas, muitas vezes altas horas da noite, que nos faziam rodar rapidamente, em caminhões requisitados na emergência, par reforçar os Postos ou a faixa costeira para qual fora dada ordem de alerta especial. Tais emergências causadas pela ação indireta do inimigo, a urgência e a rápida movimentação que as mesmas ensejavam, causaram baixas de mortos e feridos no cumprimento do dever.

Era, finalmente, enterrar nossos mortos, vendo o pranto sentido de centenas de pessoas que assistiam” a última homenagem prestada pelo Exército aos seus jovens soldados que, tão moços, pereceram no desempenho de seu dever militar.¹¹³

Embora Sangenis não tenha embarcado para o Teatro de Operações no mediterrâneo, a expectativa, a saudade e a morte permeiam todo o discurso do ex-militar sobre sua experiência na vigilância do litoral. O medo de um ataque inimigo a qualquer momento, disseminado em grande parte pelos jornais da época,¹¹⁴ aparece como o grande causador dos sentimentos semelhantes aos dos soldados que lutavam além-mar. Além disso, a expectativa das noites longas, frias e chuvosas; a distância e a saudade da família; e a convivência com a morte de jovens soldados, são dimensionadas pelo ex-combatente, de uma forma tão poética, que chega a diminuir ou extinguir a diferenciação das suas experiências de guerra e a dos veteranos da FEB. Se na Itália haviam tiros, nas praias as rajadas eram de “vento frio” que gelavam os fuzis e “queimavam como fogo” a pele impondo-lhes grande esforço para ficarem firmes e atentos zelando pelos companheiros que repousavam.

O ex-combatente Ari nos afirma que seu dia-a-dia como militar na costa litorânea do Brasil era pautada quase exclusivamente pela observação atenta, fosse de navios, aeronaves ou pessoas diferentes no local.

Durante o dia tinha observação de mar e ar. Tinha uma árvore copada perto da praia e nós aproveitávamos os recursos da própria natureza para trabalhar: usávamos o próprio cipó para subir na árvore e ficávamos lá com binóculo observando o mar e o ar.

Ficávamos vendo se aparecia algum submarino ou, naquela época usava muito dirigível, aí no fim do mês, eu, como comandante, fazia um relatório dizendo: “as tantas horas... surgiu um bote tal... uma embarcação tal... e fazia a descrição dela, dizendo a hora que apareceu e desapareceu. Ou o avião, qual o sentido dele, essas coisas.

A noite fazíamos 24 km de vigilância, com o grupo de combate. Uma esquadra fazia de 6 a meia noite e, no dia seguinte entrava a meia noite e sai a seis, a pé pela praia. Só que fazia isso de short e calção, mas sempre com o fuzil carregado, a gente tapava a boca do fuzil com pano pra não pegar maresia, mas era assim.¹¹⁵

¹¹³Disponível em < www.mauxhomepage.com.> acesso em 10 de mar de 2009.

¹¹⁴ Verificar Arquivo da Casa da FEB- Rio de Janeiro. Exemplares do jornal “O Globo” 1944

¹¹⁵ Entrevista realizada com Ari Roberto de Abreu em 12 de março de 2008 na cidade de São João del Rei/ M.G

A ausência do tradicional fardamento, treinamento, instruções e formaturas militares parecem ter contribuído bastante para o argumento de alguns veteranos de que os militares responsáveis pela vigilância do litoral haviam ficado na praia apenas tomando água de coco. O argumento insinuando a “vida boa” dos militares em solo nacional nunca contou com alguma espécie de contra-argumento, dando-lhe cada vez mais legitimidade dentro da memória coletiva existente sobre esse período.

Nascido em Natal (RN) e hoje com 87 anos, o senhor Manoel do Nascimento Silvano é um raro exemplo de ex-combatente praieiro que valoriza e faz questão de transmitir sua história e experiências vivenciadas no período da guerra¹¹⁶. Convocado ao serviço militar em 1943, iniciou de imediato um curso para formação de cabos do Exército. Uma vez formado, o então Cabo Nascimento assumiu a função de motorista, tendo como tarefa conduzir armas, munições, alimentos e, sobretudo, transportar os oficiais americanos para onde quer que eles fossem. O Sr. Manoel não se enfastia de falar cheio de orgulho de suas experiências com os militares norte-americanos, que “prestaram todo o apoio ao nosso Exército”. Seu depoimento é, via de regra, repleto de sorrisos e teimosas lágrimas que enfeitam e dão vida aos “causos” que ele demonstra prazer em contar, ainda que de forma desordenada.

Os exercícios de guerra, como as manobras e as simulações de ataques que os militares praieiros fizeram e treinaram com a população civil na costa litorânea do Nordeste, são recorrentes em seu discurso. Todavia, as experiências mais marcantes na memória coletiva desse grupo são cotidianidades que nos mostram algumas das práticas sociais comuns àqueles homens. Ainda que de maneira simples e diluída nas histórias dos ex-combatentes elas, inevitavelmente, estão presentes no discurso desse grupo - seja sob a carapaça de métodos “condenáveis” aos olhos da instituição hoje, embora comuns na época, seja com a ingenuidade das “coisas de soldado”.

Estar ligado ao Exército foi a forma que Manoel Nascimento encontrou de manter viva a memória das lembranças mais importantes de sua juventude. Todavia, a partir de suas “doces” lembranças, podemos conhecer alguns aspectos dessa memória praieira, uma memória coletiva por anos silenciada. Na figura de Manoel compreendemos melhor o que é

¹¹⁶ Conhecemos o caso do Senhor Manoel Nascimento por meio de relato de memória escrito e enviado pelo próprio soldado a biblioteca e ao comandante do 7º Grupo de Artilharia de Campanha. O cabo Nascimento Silvano construiu de forma rudimentar um livro relatando a sua experiência nas praias nordestinas. O folheto apresenta muitos erros de português além de frases incoerentes, mas demonstra entre outras coisas um forte desejo do ex-combatente em continuar ligado à instituição militar, além de uma orgulhosa identidade castrense.

ser um agente de memória, posto que ele desempenha um constante esforço de rememoração e valorização permanente de suas ações do passado. Esse papel é assumido não apenas com o objetivo de rememoração dos feitos, mas também como condição de sobrevivência concreta de sua identidade social.

Para Michel Pollak, há tantas memórias coletivas quantos grupos que possuem os mesmos pontos de referência. Assim, ao utilizarmos relatos do grupo de militares praieiros, percebemos uma memória coletiva diferente da dos veteranos da FEB sobre o Brasil na Segunda Guerra Mundial. Uma vez que há conjunção de experiências e valorizações entre os membros desse outro grupo de militares, é visível a concretização de uma nova memória coletiva, constituída a partir de outros pontos de referência, mas não arbitrariamente.¹¹⁷

Segundo o autor, a sociedade civil ou a complexidade de grupos que fazem parte da mesma podem, assim como a memória nacional, produzir silenciamentos em relação a certas experiências do passado, os quais aparecem nos relatos desse grupo de militares. Ao que nos indicam os relatos, tais silenciamentos decorrem, principalmente, de lembranças entendidas como comprometedoras, que expressam sentimentos como irresponsabilidade, violência, medo ou vergonha. Podemos perceber no relato de Manoel uma ponta deste silenciamento quando, num momento de descontração, ele relembra as “brincadeiras” comuns ao comportamento dos soldados que habitaram durante algum período as praias do Nordeste.

Alguns paisanos tinham medo da gente porque um soldado do Exército “foi num foi”: dava uma alteração! Dava alteração em dança e tudo mais... Quando não estavam gostando da dança aí... Teve um cavaleiro que cortou um soldado. Eu mesmo dizia: “eu vou atirar na lâmpada e quando eu atirar vocês corram pro canto da parede”. Era aquela gritaiada e com tiro todo mundo corria! Uma vez meteram uma cadeira no meu ombro eu caí e fui parar no pronto socorro. Não sei quem foi e nem porque, estávamos no escuro.

O comandante dizia, o meu comandante dizia, hoje não, hoje é diferente, hoje soldado não pode alterar não. Mas o comandante dizia: “Soldado meu que chegar aqui apanhado eu dou trinta dias de cadeia. E se eu me zangar eu dou mais trinta. Eu quero ver é tudo aqui homem.”

Então a gente não chegava apanhado lá no quartel não, era assim a vida. A gente dava era porque tinha alguma coisa! O paisano desconsiderava o soldado. Tinha uns que chamavam a gente de abacate do governo. Por que, quando eles faziam isso, né? Tinha um grupinho, aí pronto, saía até faca. Naquele tempo saía até faca, eu levantava a perna e saía na cara do cara, e saía com o punhal. Ficava eu com o

¹¹⁷ POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989. p. 3-15. O sentido de memória apresentado por Michael Pollak problematiza aquela visão maniqueísta de uma memória do Estado, a oficial, a opressora e a memória da sociedade ou dos grupos, a dominada. Apesar de o autor utilizar os termos citados, faz uma releitura dos mesmos em que a memória opressora pode estar dentro da própria sociedade civil ou dentro de um determinado grupo que tenha instrumentos fortes de legitimação. Podemos identificar tal opressão no caso das memórias dos praieiros, quase que totalmente subjugada pela memória dos veteranos da FEB.

punhal e o outro que virava, aí pegou aqui, aqui mesmo tem corte de faca. Briga né? Raiva de soldado. Mas não era a população, eram uns, eu chamo de sem terra.¹¹⁸

Entre risos e lágrimas, Manoel nos permite conhecer um pouco mais das práticas de convivência social mais comuns entre os soldados e população local - nem sempre harmônicas. Designados pelo Estado a proteger população e território contra ataques inimigos, os militares possuíam o monopólio legítimo da violência, ainda que com pouco e questionável treinamento¹¹⁹. Segundo os relatos de alguns desses militares, eles não eram muito bem aceitos pela maioria dos homens da cidade – os quais demonstravam desconforto com a presença dos “abacates do governo.” Esse desconforto parece refletir uma constante disputa de poder e prestígio entre soldados e moradores, mais ou menos da mesma idade, que tentam reforçar uma identidade e poder local. Essa disputa se materializa nas brigas por mulheres, nas danças, no tiro na lâmpada como forma de demonstração de poder e, sobretudo, no discurso do próprio comandante, que reforça a superioridade exigida de seus soldados. Ao ameaçar seus comandados com 30 dias de cadeia para o caso de chegarem na unidade militar “apanhados”, ele reforça o comportamento arbitrário daqueles jovens que possuíam poder de polícia e legitimidade do Estado.

As atitudes dos militares aparecem freqüentemente nos relatos de experiência dos praieiros como algo que parece incomodar sobremaneira alguns moradores locais, levando-os a diversas demonstrações de insatisfação, seja oralmente ou efetivamente. Segundo Capitão Ari, a população local na área patrulhada por ele e seu batalhão era muito pequena, não ultrapassando “uma meia dúzia de famílias”. Ainda assim, o relacionamento nem sempre era fácil, uma vez que os “menos esclarecidos” demonstravam medo dos militares, ao contrário dos “mais esclarecidos”, que segundo ele “sabiam que o batalhão estar lá era uma garantia pra eles próprios”.

O ex-combatente comenta acerca de um episódio ocorrido com ele durante o período em que fazia a vigilância do litoral sul da Bahia, próximo à Cidade de Arraial da Ajuda no ano de 1943:

Uma noite soldado meu teve que dar uns tapas num civil lá, que estava conversando borracha ai um soldado meu, com ordem minha, eu dei a ordem! O sujeito

¹¹⁸ Entrevista realizada com Manoel do Nascimento Silvano em 11 fev 2008 na cidade de Olinda/PE.

¹¹⁹ Alguns dos trabalhos feitos sobre a Força Expedicionária brasileira nos trazem muitos aspectos falhos do treinamento direcionado aos militares da FEB e aos que a comporiam futuramente. Mário Amaral, Capitão de infantaria da Reserva, aborda detidamente cada um dos fatores que segundo ele, preponderaram para a falibilidade das tropas como a burocracia desordenada, a movimentação indiscriminada de efetivos, a falta de material e campos de instrução adequados etc. Para saber mais ver em ARRUDA, Demócrito et alii **DEPOIMENTOS DE OFICIAIS DA RESERVA**. São Paulo: 2ª.-ed., 1949.

namorava uma menina lá e tinha ciúmes dos soldados, de mim e de quem mais conversava com essa moça. Aí ele ficava que uma hora e pegar um soldado e ia fazer e acontecer, ai chegou ao nosso conhecimento que esse fulano andava conversando borracha lá. Ai eu conversei com um soldado meu e disse pra ele dar uns cascudos nesse cara pra ele calar a boca porque senão nos vamos dar um sumiço nele. Ai o Soldado meu ficou lá perto da casa da namorada dele e quando ele saiu beirando o soldado foi e deu-lhes umas boas chicotadas com cinto né? Sem tirar sangue nem nada, mas deu-lhe um coro! Aí ele gritou e começou acender umas luzinhas aqui e outra ali, e foi quando eu gritei “apaguem as luzes” porque não podia acender luz. Aí o cara lá queria sair com espingarda , quando ele botou o pé pra fora com a arma um outro soldado deu uns tapas nele tomou a espingarda dele , pegou ele e deu umas bordoadas. Eu mandei apagar as luzes e como não apagavam eu mandei dar uma rajada de festim pra assustar eles mesmo. Levamos tudo ao conhecimento do comandante, mas ficou por isso mesmo.¹²⁰

As fontes nos indicam pelo menos três práticas recorrentes em diversos pontos do litoral do país: a arbitrariedade de alguns militares, o incômodo de alguns moradores locais com a presença dos soldados e a modificação em alguns hábitos cotidianos dos nativos como, por exemplo, acender a luz durante o período da noite – como nos indica o trecho abaixo

Nunca tivemos problema , com exceção de ter que dar um tiro numa lâmpada de um pequeno barco de pesca português que aportou por lá. Eu pedi a eles que não acendessem luzes a noite, porque não podia ter luzes acesas durante a noite. Mas eles começaram a jogar cartas e de cá da praia a gente ouvia o falatório deles. Eu falei com o comandante que não podia acender luzes e ele disse sim senhor, mas a noite começaram jogar cartas. Eu de cá da praia gritava: “apaga a luz”! mas eu gritei, não apagaram, esperei escurecer mais, botei o fuzil em posição e mandei um tiro lá. Consegui acertar porque de fuzil eu atirava bem e apaguei a luz deles. No dia seguinte veio o comandante de bote reclamar que eu podia ter matado um deles. Ai eu disse “não tem importância nenhuma, o senhor não cumpriu a minha ordem, ou seja , a minha solicitação, então se eu matasse não teria problema nenhum.”¹²¹

Do mesmo modo, o também ex-combatente praieiro Odemir Gomes Dechampe aponta mais algumas demonstrações de poder de seus companheiros no cotidiano de patrulhamento e vigilância do litoral.

Naquele tempo soldado dava quebra, quebra, soldado fazia e acontecia... Queria água de coco: serrava o coqueiro, era um absurdo o que acontecia, mas acontecia! E quando levavam ao coronel, ele não tinha o que fazer, porque ele precisava daqueles homens e não podia prendê-los.¹²²

A partir desses relatos, podemos compreender a dimensão do poder que o Estado colocou nas mãos dessas pessoas que deveriam aprender a lidar diariamente com uma nova

¹²⁰Entrevista realizada com Ari Roberto de Abreu em 12 de março de 2008 na cidade de São João del Rei/ M.G

¹²¹Idem, ibidem

¹²²Entrevista realizada com Odemir Gomes Deschampe em 13 de fev 2008 na cidade de Olinda/PE.

experiência: a do poder. Afinal quem eram esses soldados? O que eles faziam antes? Por que não foram selecionados para a Força Expedicionária?

Conforme dissemos no capítulo anterior, na primeira metade dos anos quarenta, o Brasil ainda era um país agrário, exportador de produtos de sobremesa. Dos pouco mais de quarenta milhões de habitantes, 60% vivia em áreas rurais onde as comunicações eram péssimas e as estradas pavimentadas quase inexistentes. No norte e nordeste do país, o analfabetismo, a miséria e as doenças, como tuberculose e desnutrição, assolavam de maneira ainda mais rigorosa.

Deste modo, podemos inferir que a grande maioria dos soldados praieiros possuíam baixa escolaridade e eram oriundos do campo, ou seja, não estavam acostumados a lidar com o poder institucional e seu maior contato com as conseqüências da guerra se dava pelo sentimento das dificuldades e privações cotidianas.

Uma expressão muito comum no relato de Manoel, ao nos explicar o porquê de gostar tanto de presenciar formaturas e cerimônias militares, mesmo que elas sejam claramente direcionadas aos veteranos da FEB, é sentir-se “cheio de direito”. Ao falar sobre sua experiência como motorista de oficiais americanos, ele afirma ter ficado “cheio de direito”. Quando participa de cerimônias militares e, ao desfilar o Sete de Setembro, fica “todo cheio de direito com medalha”. Essa expressão aparece dez vezes ao longo da nossa curta entrevista, o que nos permite inferir a dimensão do poder que esses soldados possuíam naquele momento. Além disso, a maior e única autoridade que poderia lhes conferir alguma punição parecia reforçar ainda mais o comportamento violento e arbitrário dos soldados, a quem eram confiadas armas para segurança e proteção da cidade e da população litorânea. Com a certeza da impunidade, o abuso de poder parece ter sido uma prática comum entre os militares, que seriam mandados para a cadeia uma vez que se apresentassem “apanhados” ao comandante da unidade.

A partir dos depoimentos, podemos perceber a nuance de um cenário regional de algumas cidades do litoral, onde aparecem práticas e relações sociais entre a população comum e aqueles que esperavam a sua hora de embarcar para a guerra. O impacto social dessas tropas ocupando as principais cidades do litoral do Nordeste, como Recife e Natal, era visualizado desde o comportamento social dos grupos envolvidos até a configuração urbana que se desenhou a partir daquele momento.¹²³

¹²³CORDEIRO, Philonila Maria Nogueira. **ASCENSÃO DAS IDÉIAS NAZISTAS EM PERNAMBUCO: A QUINTA COLUNA EM AÇÃO (1937-1945)**. UFPE. Recife, 2005. (Dissertação de Mestrado)

Mudanças na configuração dos bairros e, portanto, da cidade, passaram a ocorrer. Durante a Segunda Guerra Mundial, as famílias começaram a sair do bairro do Recife, já que o espaço havia sido tomado pelas casas do baixo meretrício. *Rendez Vous* e *Night and Day* foram duas conhecidas casas de prostituição a se instalar no conjunto Chantecler¹²⁴ nessa época. Após a reforma, o bairro do Recife passou a exibir uma paisagem como que decalcada do estilo moderno europeu, adquirindo aspectos imponentes das metrópoles burguesas do Velho Mundo. A partir do ano de 1942, o bairro sofreu mudanças não apenas ligadas ao aspecto urbano-paisagístico, mas também nos modos sociais e costumes da vida noturna. Essa mudança estava relacionada à II Guerra Mundial e, sobretudo, à presença de tropas americanas na cidade¹²⁵.

Odemir Gomes Deschampe¹²⁶, faltando pouco mais de um mês e alguns dias para completar 88 anos, ainda se ressentia por não ter ido à Itália devido ao seu porte físico “miúdo”. E aponta, com pesar, o fato da junta de seleção querer sempre os mais “parrudos”, e por isso tê-lo deixado no Brasil para atuar na vigilância do litoral.

Quando houve a guerra, eu quis entrar como voluntário, em 1941, no antigo 14 RI, que ficava em Socorro. Fiz tudo pra entrar, mas não pude porque ainda era de menor (*sic*). Quando finalmente consegui entrar, foi porque meu tio era chefe aqui da região. Mas fiquei aqui na guarnição levando presos pra Noronha e patrulhando aqui a praia do forte até o de Tamandaré, guarnição, manutenção. No campo de instrução em Aldeia, todos fomos aprender as técnicas americanas de armamento que seriam aplicadas lá na Itália. Só depois é que fizeram a triagem e eu fiquei de fora; foi gente banguela só porque era grande e eu fiquei de fora. Eu queria ir, eu fui voluntário porque eu queria ir. Fiquei fazendo guarnição. Apanhávamos destroços dos navios e materiais dos navios afundados no litoral, nós bivacávamos, bebia água contaminada e nem ia pra casa, ficava ali mesmo.¹²⁷

¹²⁴ Construídos no início do século, os sete estabelecimentos que formam o Conjunto Chantecler, localizado no Bairro do Recife, somente receberam essa denominação na metade dos anos 40, quando começou a funcionar no local uma boate que tinha esse nome. Aportuguesamento da expressão francesa Chant Claire, que significa Canto Claro, a casa noturna foi uma das mais badaladas da capital pernambucana e possuía atrações como música ao vivo e desfiles, tudo com uma iluminação vanguardista para a época, com luzes piscando e em profusão. Até o início da década de 40, o conjunto tinha ocupação mista. Enquanto o térreo era destinado aos armazéns de açúcar, o primeiro e o segundo pavimentos eram residências. *Jornal do Comércio*. Recife. 24/11/2000

¹²⁵ GOMES, Edvânia Tôres Aguiar. **Um passeio temático pela cidade do Recife: O processo de revitalização, êxitos e fracassos**. Memórias, Año 3, Nº 6. Uninorte. Barranquilla. Colombia. Noviembre, 2006.

¹²⁶ Mesmo não possuindo o diploma “Medalha de Campanha”, atributo único pra pertencer a ANVFEB, associou-se a esta e foi além: exerceu o cargo de vice-presidência na regional de Pernambuco. Apesar de ser uma associação apenas de veteranos da FEB, o ex-combatente Odemir está sempre presente nas reuniões mensais e nos entretenimentos semanais. Porém, desde nosso primeiro contato, quando fomos pedir autorização dos pracinhas para frequentar todas as suas reuniões para conhecer o cotidiano daquela associação e seus membros, ele logo pediu a palavra para formalizar sua posição. Seguiu-se então um longo esclarecimento por parte dele sobre sua condição de ser “apenas um ex-combatente”, que contribuía para o patrulhamento do litoral, mas que não tinha tido “o prazer de representar seu país em solo italiano”. Sua explicação era observada e interrompida pelos seus companheiros que faziam as mais diversas brincadeiras sobre ele ter ficado na praia tomando água de coco.

¹²⁷.Entrevista realizada com Odemir Gomes Deschampe em 13 de fev 2008 na cidade de Olinda/PE.

Não resta dúvida acerca do silenciamento da memória desses militares que ficaram no litoral; porém, o que lateja sobremaneira nos depoimentos é a força, o alcance e a influência que a memória dos veteranos da FEB têm sobre esse silêncio. Este grupo parece ter tido tanto sucesso no silenciamento das memórias dos praieiros que é impossível encontrarmos depoimentos nos quais eles não afirmem sua decepção em não ter embarcado para a Itália. Na grande maioria destes depoimentos, é possível percebermos o ressentimento por não terem participado efetivamente dos eventos mais valorizados pela memória militar, como as batalhas da tomada de Montese, Monte Castello e Castelnuevo.

Pollak identifica como estruturas de comunicação informais que compartilham as memórias silenciadas a família, as redes de amizade, os partidos, as associações de ex-combatentes etc. Isso não quer dizer que essas memórias marginalizadas não passem também por enquadramentos. Neste enquadramento da memória nacional, são os historiadores profissionais, muitas vezes, os responsáveis por reforçar um tipo de memória mais abrangente, dependendo de seu lugar social¹²⁸. Todavia, também podemos encontrar nos grupos marginalizados, como o dos praieiros, que têm mais responsabilidade sobre a forma da memória a ser transmitida, sempre priorizando um tipo de história que dê coesão aos participantes do grupo. Este é autorizado pelo grupo a ser uma testemunha que desenvolverá o papel de dar um sentido coerente ao todo, silenciando experiências pessoais e contraditórias que comprometeriam a identidade e o sentido de pertencimento. Destarte, compreendemos a resistência do cabo Nascimento em falar de desentendimentos e brigas com a população local, uma vez que ele se porta como representante fiel de seu grupo. Por outro lado, o soldado Odemir não demonstra o mesmo pudor em apontar os “abusos” cometidos no litoral, tampouco em não se identificar com o grupo ao qual ele verdadeiramente pertence - o dos praieiros - quando ele afirma:

Os ex-combatentes segundo eu me informei na lei tem os mesmo direitos, os mesmos vencimentos. Mas, eu vou para formaturas, tenho quadros de condecoração concedidas pelos comandantes da Região, do CPOR e muitas coisas com medalha. Eu tenho um monte de coisas, mas tenho porque eu fiquei aliado com os febianos. Ninguém nunca olhou para os ex-combatentes, ninguém. O exercito mesmo nunca olhou.¹²⁹

O caso de Odemir nos permite compreender que a identidade social de cada um dos ex-combatentes guarda muito mais relação com o sentido individual de pertencimento do

¹²⁸CERTEAU, Michel de. *A operação histórica*. In: LE GOFF, Jacques(org). **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979. p. 17-48.

¹²⁹ Entrevista realizada com Odemir Gomes Deschampe em 13 de fev 2008 na cidade de Olinda/PE.

que propriamente pela função desempenhada no período da guerra. Assim, quando Pollak chama a atenção para os suportes materiais e imateriais através dos quais a memória se constitui, ele está nos conduzindo a pensar nos pontos de referência de uma sociedade, organização ou grupo que consolidam a memória desses. Nessa visão, os objetos materiais, como as associações, monumentos, bibliotecas e textos, podem construir um forte sentimento de filiação com o passado, assim como os suportes sensoriais (como o cheiro, o barulho e a cor)¹³⁰. O sentimento de pertencimento desenvolvido por Odemir quanto ao grupo dos Veteranos se deu a partir de objetos materiais, no caso a associação, onde lhe foi consentido atuar como um associado normal. Deste modo, ele cumpria todos os deveres de associado, como o pagamento de mensalidade e presença nas reuniões, como também desfrutava dos direitos de desfilar no sete de Setembro junto com os Veteranos e, inclusive, de participar da diretoria da associação.

Em relação às constituições e enquadramentos das memórias, Michael Pollak acrescenta:

Observou-se a existência numa sociedade de memórias coletivas tão numerosas quanto as unidades que compõem a sociedade [grifo meu]. Quando elas se integram bem na memória nacional dominante, sua coexistência não coloca problemas, ao contrário das memórias subterrâneas [...]. Fora dos momentos de crise, estas últimas são difíceis de localizar e exigem que se recorra ao instrumento da história oral. e certos grupos podem teimar em venerar justamente aquilo que os enquadramentos de uma memória coletiva em um nível mais global se esforçam por minimizar ou eliminar [grifo meu]. Se a análise do trabalho de enquadramento de seus agentes e seus traços materiais é uma chave para estudar, de cima para baixo, como as memórias coletivas são construídas, desconstruídas e reconstruídas, o procedimento inverso, aquele que, com os instrumentos da história oral, parte das memórias individuais faz aparecer os limites desse trabalho de enquadramento [grifo meu] e, ao mesmo tempo, revela um trabalho psicológico do indivíduo que tende a controlar as feridas, as tensões e contradições entre a imagem oficial do passado e suas lembranças pessoais [grifo nosso]¹³¹.

Ao relacionar as contradições entre as diversas memórias coletivas, o enquadramento dessas memórias e a possibilidade de se encontrar outras entre sujeitos que ainda não foram ouvidos, seja por silenciamentos ou esquecimentos, como a dos praiheiros, Pollak nos incentiva a perceber a memória coletiva em sua variedade.

¹³⁰ Ao longo de nossa pesquisa acompanhamos e filmamos grande parte das cerimônias militares realizadas em homenagem a Força Expedicionária e a partir da observação dessas filmagens percebemos como esses suportes sensoriais são acionados, quando a emoção dos veteranos se extravasa pelas lágrimas ao ouvirem a canção dos expedicionários e os toques militares.

¹³¹POLLAK, Michel. “*Memória, esquecimento e silêncio*”. In: **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, Vol.2, n.3,1989. p. 12

O autor nos permite entender o enquadramento sofrido tanto pela memória nacional, “opressora”, quanto pela memória de grupos e associações coletivas, uma vez que todas elas são limitadas e elegem pontos de referência para sua legitimação. Nesse processo, as memórias proibidas são marginalizadas tanto pelos produtores de conhecimento quanto pelas pessoas comuns que compõem um determinado grupo, como a memória praieira de Odemir, que foi quase absolutamente submersa pela convivência com os veteranos.

Ao contrário dos veteranos da FEB, que sobejam relatos e livros de memórias de suas experiências de guerra, dentro deste grupo de praieiros não há sequer uma obra publicada pela Biblioteca do Exército(BIBLIEX). Há uma grande dificuldade em encontrarmos relatos ou autobiografias escritas e publicadas por estes ex-combatentes, o que dificulta nossa compreensão sobre as experiências vivenciadas e práticas sociais e de conduta durante o período de vigiância. Tal escassez nos permite inferir uma desvalorização dessas memórias por parte do próprio Exército, uma vez que a BIBLIEX, principal publicadora dos livros sobre a experiência brasileira na Segunda Guerra Mundial, não possui em seu acervo nenhuma obra escrita por este segmento dos ex-combatentes. Assim, voltamos ao enquadramento e à força da memória nacional sobre o Brasil na Segunda Guerra Mundial, a qual gerou um sentimento de ilegitimidade do próprio grupo, inibido-lhe de compartilhar a sua representação da guerra através da escrita de suas memórias¹³².

Ainda que legalmente só haja um grupo de “ex-combatentes”, as práticas sociais dos que pertenceram à FEB são realizadas sempre de forma distintiva, de modo a evidenciar a heterogeneidade do grupo quanto às experiências de guerra. Mas, afinal, quem são os ex-combatentes? O leitor mais ousado dirá que são aqueles que combateram na guerra. Sim e não. Sim, se entendermos que aqueles que patrulharam nosso litoral combateram deste modo na guerra. E não, se por ex-combatentes entendermos apenas aqueles que embarcaram para lutar nos campos de guerra italianos.

Desde a década de 1960, por força da legislação federal, todos aqueles que, de alguma forma, serviram à pátria na chamada zona de guerra, foram equiparados legalmente aos que estiveram efetivamente na guerra e se tornaram beneficiários das vantagens

¹³² Ao freqüentar Associações de Veteranos da FEB, é comum nos depararmos com obras custeadas, na maioria das vezes, pelos próprios veteranos, divulgando as suas experiências individuais e de grupo. Na ANVFEB do Rio de Janeiro e de São João Del-Rei percebemos, além da publicação de obras com recursos próprios, há uma significativa valorização de seu museu e de sua história, além de um constante movimento de reativação da memória de guerra por meio de cerimônias comemorativas e encontros mensais. Em contrapartida, nas associações de ex-combatentes, essas práticas não foram observadas. Esta associação não parece se preocupar com a divulgação de nenhum tipo de memória, mas sim em garantir os direitos legais daqueles que patrulharam o litoral, uma vez que os principais serviços existentes nela e a assistência jurídica aos ex-combatentes e familiares.

destinadas, a princípio, apenas a estes. Deste modo, o termo “ex-combatente” passou a designar todos aqueles que estavam à disposição das Forças Armadas durante o período da guerra. Ao utilizarmos esta denominação, devemos ter em mente que tratamos de um grupo de militares heterogêneo nas experiências sociais e de guerra, mas que se vinculam pelo mesmo discurso de que cada qual ao seu modo, contribuiu para a garantia da soberania nacional.

Assim, dentro da classe “ex-combatente”, emergiu um segmento diferenciado que se auto-intitula “veteranos da FEB”. Todo veterano é um ex-combatente, mas nem todo ex-combatente pode ser chamado de veterano. Esta denominação refere-se aos que participaram efetivamente da Campanha da Itália, adquirindo a experiência de guerra. Em contrapartida, todos aqueles que desempenharam atividades consideradas serviços de guerra em território nacional, como o patrulhamento do litoral brasileiro e segurança das unidades militares em zonas consideradas de guerra, ganharam o “título” de ex-combatentes.

Compreendendo essa distinção entre os grupos, podemos ter um melhor entendimento das tensões e acomodações ocorridas entre eles, assim como perceber o porquê de serem tratados como grupo homogêneo pela memória militar.

2.4 - Práticas de Distinção

2.4.1 - As Associações

Francisco Ferraz(2005) afirma que quando os expedicionários brasileiros na Itália começaram a cogitar a formação de uma associação de ex-combatentes no Brasil, estas já eram uma grande força social e política em países como França, Alemanha, Estados Unidos, Austrália e Inglaterra.

Este poder era decorrente de um processo histórico em que se aglutinavam os movimentos por direitos sociais e o recrutamento, através dos Estados nacionais, de milhões de jovens para tornarem-se cidadãos-soldados, para a defesa da pátria, desde a segunda metade do século XVIII. Quando estes jovens retornavam dos campos de batalha, requereram seus direitos e cobraram as promessas de benefícios e amparo feitas antes de pegar em armas pela Nação. As associações de ex-combatentes ficaram em evidência maior ainda no período entre-guerras, do século XX. Seu impacto nas nações que os enviaram para a guerra foi imenso, tanto do ponto de visto econômico (pressão por empregos e pensões), social (difícil reintegração às rotinas sociais cotidianas) e político (pressão por maior participação nos destinos das nações as quais defenderam com o próprio sangue; formação de grupos de veteranos

com finalidades político-partidárias). Seus membros contavam-se aos milhões de homens.¹³³

Segundo o historiador, essas dimensões de importância nunca poderiam ser alcançadas pelas associações brasileiras de veteranos, uma vez que o número de homens envolvidos diretamente no conflito representava pouco mais de 0.06% da população brasileira em 1945. Embora o recrutamento para a guerra tenha sido nacional, e a convocação tenha afetado um número bem maior de homens que se mobilizaram para a situação de guerra, na Itália havia pouco mais de 25 mil, em sua grande maioria oriundos dos campos e com baixa escolaridade.

Os militares que conjecturavam uma associação quando retornassem ao Brasil se preocupavam muito mais em perpetuar a lembrança e os laços criados a partir de suas experiências na Itália do que em desempenhar algum papel político. Assim, a associação seria uma maneira de propagar uma memória social da participação brasileira na guerra e manter o vínculo construído na Itália, a camaradagem surgida no front e reforçar os mais diversos laços de solidariedade.¹³⁴

Passada a efusividade e comemorações do retorno, crescia entre os militares a vontade de retomar as relações de amizade e fraternidade de combate. Além disso, as queixas quanto aos problemas surgidos na reinserção social e profissional dos veteranos começaram a surgir amiúde.¹³⁵

Segundo o Estatuto da Associação de Ex-Combatentes, ela foi fundada em 01 de outubro de 1945, quando foi registrada a primeira das muitas seções existentes ainda hoje no país.¹³⁶ Unificada em 15 de novembro de 1946, na convenção nacional ocorrida na cidade do Rio de Janeiro, ela foi, a partir daí, centralizando gradualmente a organização associativa dos veteranos de guerra, fossem seções municipais ou estaduais – agregando os combatentes pela região que moravam.

Na Associação da cidade de Olinda, pudemos encontrar militares que pertenceram a regimentos expedicionários distintos, mas que, naquele momento, residiam em Pernambuco e por isso ali eram vinculados. Mesmo sem terem combatido juntos, esses entendiam ter

¹³³FERRAZ, Francisco César Alves. **A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da força expedicionária brasileira (1945-2000)**. 2003. Tese (Doutorado História Social) – FFLCH/USP, São Paulo, 2003 p.243

¹³⁴ Esses laços podiam inclusive ser políticos uma vez que Ferraz assegura, a partir da entrevista de Jacob Gorender, que “a idéia de criar organismos de reunião social e defesas de interesses dos expedicionários agregava expedicionários de toda natureza, inclusive os (poucos) comunistas, que se organizavam informalmente em células nas unidades combatentes”. p.243

¹³⁵ Abordaremos mais detidamente esses problemas de reinserção dos veteranos no próximo capítulo quando nos determos especificamente a este grupo.

¹³⁶ Estatuto da AECB. Disponível em < www.assocexcomdbf.xpg.com.br > acesso em 12 mar 2009.

passado por experiências parecidas, o que enfatiza ainda mais o caráter nacional que a FEB assumiu em sua formação, reunindo em seus regimentos expedicionários de todo o país.

Ainda segundo seus estatutos, a criação e funcionamento das associações tiveram como objetivo principal o de manter e estreitar entre os ex-combatentes os laços de “fraternidade, camaradagem e união”. Assim, promovendo a integração social entre os veteranos de guerra, a associação garantiria a unidade e proximidade do grupo, facilitando a representação de seus interesses coletivos perante as autoridades.

Além disso, a associação visava comemorar as datas históricas dos eventos mais importantes das Forças Brasileiras em conflitos externos, dando maior visibilidade à Segunda Guerra Mundial. Destarte, concomitante ao culto da memória daqueles que tombaram em solo italiano, os membros da associação estariam preservando e promovendo a memória dos “feitos” dos brasileiros na Segunda Guerra Mundial. A associação deveria oferecer assistência social e jurídica àqueles companheiros em dificuldades e lutar pela valorização da paz nas relações sociais nacionais e internacionais, sem, no entanto, assumir políticas de cunho partidário¹³⁷

Não se tem uma estatística unificada sobre a quantidade de expedicionários associados em relação ao total do contingente que foi à Itália. Todavia, o trabalho de Ferraz nos possibilita perceber que o número de associados, em algumas seções, foi bastante expressivo, como no caso do Rio de Janeiro, Curitiba, Belo Horizonte, São João de Rei e São Paulo. Ele se detém de forma especial à análise da associação da cidade de São Paulo onde, entre 1946 e 2001, 3245 ex-combatentes se associaram.

Ferraz(2003) afirma que, a princípio, eram aceitos na associação apenas aqueles que eram considerados, do ponto de vista legal, ex-combatentes brasileiros, ou seja, aqueles que tivessem tomado parte, concretamente, em operações de guerra na Campanha da Itália e no patrulhamento do litoral do país. À medida que o conceito legal de “ex-combatente” foi estendido a outras categorias, as afiliações passaram a incorporá-las também. Do mesmo modo, anos depois, os ex-combatentes estrangeiros, radicados no Brasil, também foram aceitos como sócios.

O historiador acentua que a partir de meados da década de 50, em algumas seções da AECEB, o número de não-expedicionários começou a crescer de tal maneira que havia

¹³⁷ O primeiro Estatuto foi elaborado e aprovado na I Convenção Nacional da AECEB, em novembro de 1946. O Estatuto foi reformado três vezes: em 1954, na V Convenção, sediada em Recife-PE, em 1960, na VIII Convenção, em São Paulo-SP, e em 1972, na I Convenção Nacional Extraordinária, realizada em Niterói-RJ. Cf. **Estatuto da Associação dos Ex- Combatentes do Brasil**. Rio de Janeiro, s.ed., 1984.

seções em que a maioria já era composta de “ex-combatentes” e não de veteranos expedicionários. Embora não seja possível dimensionar a importância dessa nova presença, nas decisões e pronunciamentos públicos das associações, pode-se dizer que em geral as seções acolheram-nos de bom grado, e seus dirigentes os têm defendido do escárnio e ironia de alguns veteranos inconformados. Na verdade, esse problema não atingia a todos os não expedicionários, mas somente àqueles que, na opinião dos veteranos da FEB, não correram riscos de vida e morte durante a guerra. É praticamente impossível determinar a proporção de expedicionários que se afiliaram às seções da AECB. Além da inexistência de estatísticas sistematizadas nas seções, no Conselho Nacional, ou mesmo no Arquivo Histórico do Exército, não há dados disponíveis, com separação estatística entre expedicionários e outras categorias de ex-combatentes.

O autor defende a idéia de que o problema nunca foi a relação dos veteranos da FEB com os praieiros e sim com pessoal que nunca esteve em perigo e passou a ser considerado ex-combatente. Segundo ele não houve cisão, mas sim colaboração mútua nas políticas das associações (ANVFEB ou AECB)¹³⁸. Em contrapartida, o que percebemos ao analisar as práticas desses grupos é uma sistemática disputa de poder seja ele simbólico ou econômico – buscado por meio de indenizações e aferimento de pensões.

Não seria correto afirmar que todos os veteranos possuem rixa com os ex-combatentes, posto que, alguns dos enviados a Itália, fizeram anteriormente a vigilância do litoral e conheceram de perto as dificuldades dessa posição. Mais uma vez, o ex-combatente/veterano Ari afirma que não há demérito algum em ter servido no litoral e nos explica o significado do termo

Por ex-combatente subentende-se aquele que participou da guerra litorânea, inclusive a marinha de guerra - que deu combate a submarino e teve uma atuação muito admirável botando a pique vários... Inclusive a nossa aviação, que na época era bem modesta, também participou disso aí no oceano atlântico.

Então as missões são tão importantes e dignas quanto a nossa de combatente lá na Itália. Não há nenhum demérito em ser ex-combatente ou veterano. Eu os julgo completamente úteis e necessários para o país, tiveram um desempenho muito atuante; muito relevante no qual inclusive eu estive. Fiquei dez meses no litoral, numa região de Porto Seguro que tinha 3 ou 4 casinhas só. Nós ocupamos, um batalhão que foi de Ouro preto em maio de 1943. Tem até um fato marcante de que nós recebemos nosso primeiro vencimento em cruzeiro, lá em Porto Seguro. E lá eu tive oportunidade de comandar um destacamento de arraial da Ajuda [...]. .fiquei 10 meses no litoral e quando voltei a Belo Horizonte fui promovido a Sargento e fui para Itália em janeiro de 44. A função do litoral era guarnecer as praias para um possível desembarque de tropas inimigas. No local que eu estava chamado Itapema, a cerca de 60 km abaixo de porto seguro, já bem próximo do Monte Pascoal, no

¹³⁸ FERRAZ, Francisco César Alves. **A guerra que não acabou**: a reintegração social dos veteranos da força expedicionária brasileira (1945-2000). 2003. Tese (Doutorado História Social) – FFLCH/USP, São Paulo, 2003.

flanco direito era o ultimo batalhão de caçadores que estava em Porto Seguro e lá, apareceu um submarino duas vezes , antes de eu chegar lá com o destacamento do grupo de combate.¹³⁹

Criado em 1963 por um grupo de veteranos da FEB na cidade do Rio de Janeiro, o Clube dos Veteranos da Campanha da Itália foi fundado a partir da congruência de interesses e objetivos de expedicionários, civis e militares. Com base nesse clube, nasceu a Associação Nacional de Veteranos da FEB (ANVFEB), cuja única exigência para filiação era portar o diploma de Medalha de Campanha. Todavia, eram diplomados com essa distinção apenas aqueles que participaram da campanha na Itália e, sendo o diploma a única condição para o pertencimento ao quadro social, “praieiros” não podiam pertencer à nova instituição. Embora não houvesse protestos públicos pela “ampliação” do número de ex-combatentes contemplados pelas novas leis, muitos dos expedicionários sentiam-se desconfortáveis num quadro associativo em que eram minoria ou apenas uma tênue maioria.

Desde então, a nova associação teve sua sede localizada no centro do Rio de Janeiro e o prédio de cinco andares dispunha de secretaria, museu com fardas, equipamentos e fotos da guerra, biblioteca com livros e jornais relativos ao período, arquivos audiovisuais e documentais. Porém, em 1969, o nome de “Clube dos Veteranos” foi substituído por “Associação dos Veteranos da FEB (AVFEB)”, e em 1972, para Associação Nacional dos Veteranos da FEB (ANVFEB), nome que ainda hoje é utilizado pela instituição.

Durante os quarenta e seis anos de funcionamento dessa instituição, os próprios veteranos estiveram constantemente envolvidos com a administração e os problemas da associação. Mantida com recursos arrecadados a partir de doações e pagamento de mensalidades dos associados e simpatizantes, a ANVFEB pôde manter-se com tranquilidade apenas durante o tempo em que a maioria deles participava ativamente do cotidiano da associação. Contudo, com o passar dos anos e o envelhecimento dos militares, muitos se afastaram para cuidar de problemas de saúde, outros faleceram, enfim, houve uma diminuição considerável dos recursos para manutenção de um prédio daquele porte. Em 2008, houve uma última tentativa de manter a associação aberta ao menos duas vezes por semana com a ajuda de voluntários e soldados cedidos pelo Exército para os serviços gerais. Concomitante a isso, os veteranos recorreram aos mais diversos meios de comunicação e autoridades, na intenção

¹³⁹ Entrevista realizada com Ari Roberto de Abreu em 12 de março de 2008 na cidade de São João del Rei/ M.G

de conseguir recursos. Porém, a iniciativa não obteve os resultados esperados e a primeira e maior associação de veteranos da FEB foi fechada definitivamente no início de 2009¹⁴⁰.

Segundo o ex-presidente da seção do Rio de Janeiro da ANVFEB, Luiz Paulino Bonfim, a nova associação “foi uma entidade criada mais pelos oficiais da ativa e por uns poucos elementos que haviam voltado à vida civil. (...) O que levou à criação da ANVFEB foi a procura de uma entidade em que os que haviam ido para a Itália se sentissem “mais em casa””¹⁴¹.

Seus objetivos e funções eram praticamente os mesmos da AECB: tornar-se um ponto de encontro de veteranos, uma entidade de expressão pública de suas posições e reivindicações, um órgão de auxílio e orientação dos direitos dos veteranos e um centro cultural dedicado à preservação e ao estímulo da memória da FEB.

No que diz respeito à formação dessas associações, o historiador Francisco Ferraz afirma que

Apesar de congregar apenas os efetivos veteranos da FEB, não houve cisão, mas colaboração mútua nas políticas da AECB e da ANVFEB. Esta última, contudo, reúne menos membros e tem menos sedes que a AECB. Participam das mesmas solenidades, em clima cordial e solidário, e convidam-se entre si, nas cerimônias e eventos que promovem. Nestes momentos, é possível diferenciar os membros de uma e de outra pelas boinas de cores diferentes, verdes para a AECB e azuis para a ANVFEB.¹⁴²

No entanto, a experiência vivenciada durante nossas pesquisas na cidade de Recife e Brasília nos direciona a percepções opostas às do pesquisador. Conforme já foi dito anteriormente, grande parte dos eventos militares comemorativos da participação do Brasil na Segunda Mundial foram documentados e a partir dessas filmagens algumas observações podem ser ressaltadas.

A primeira delas se refere ao que é comemorado. No intuito de promover a memória das vitórias brasileiras no combate europeu, as datas escolhidas para relembra-las são, via de regra, a data em que os lugares foram dominados por tropas do Brasil. Assim, as

¹⁴⁰ No dia 07 de janeiro de 2009 o ex-combatente, veteranos da FEB, Hélio Mendes, atual presidente da ANVFEB escreveu uma carta ao jornal “o Globo” na qualidade de Presidente da Associação Nacional dos Veteranos da FEB, agradecendo o interesse e as diversas manifestações de solidariedade que tem recebido. Na carta, ele aproveita para esclarecer que da nação e do povo Brasileiro os Febianos sempre receberam demonstrações de apreço e consideração. No entanto, afirma que o pior inimigo que os Febianos tiveram e continuaram tendo, desde a criação da FEB, foi a indiferença dos Poderes Públicos Brasileiros. Assim, ele finaliza frisando a esperança de reerguer, até abril, a vanguardeira Casa da FEB.

¹⁴¹ Luiz Paulino Bonfim. Correspondência eletrônica. Rio de Janeiro, 4 mai. 2002, *apud* FERRAZ, Francisco César Alves. **A guerra que não acabou**: a reintegração social dos veteranos da força expedicionária brasileira (1945-2000). 2003. Tese (Doutorado História Social) – FFLCH/USP, São Paulo, 2003

¹⁴² FERRAZ, Francisco César Alves. *Ibidem*.

principais comemorações existentes sobre o Brasil na guerra se detêm única e exclusivamente à FEB na Itália.

As formaturas comemorativas contam com um elevado número de militares de distintas Organizações Militares da Região - entre soldados, sargentos e oficiais - , os quais se posicionam em frente ao palanque das autoridades militares e à tenda dos ex-combatentes, conforme nos mostra a figura abaixo



Figura 14 – Formatura ocorrida em comemoração ao Dia da Vitória na 7ª- R M/ PE no dia 04 de Maio de 2008

Fonte: Acervo de imagens pessoais de Virgínia Guimarães Carvalho sobre a Força Expedicionária Brasileira com fotografias adquiridas entre 2005/2009.

Durante a cerimônia analisada em nossa pesquisa, o General de Exército, autoridade máxima dentro da instituição, profere um discurso à tropa sobre a importância militar, econômica e social do envolvimento do país naquele conflito. Sempre se referindo à bravura e sucesso daqueles homens presentes, os veteranos, sequer cita as tropas de vigilância do litoral ou faz qualquer alusão à sua importância. Ainda que em menor número, alguns dos ex-combatentes praiheiros fazem questão de comparecer as comemorações da Tomada de Monte Castello e de Montese, celebradas nos meses de fevereiro e abril respectivamente. Quando estão presentes nessas cerimônias, eles são tratados como heróis pela maior parte dos militares e civis, que desconhecem a distinção. Em contrapartida, aqueles que conhecem a diferença dos grupos e os identificam pela cor diferenciada da boina, os dispensa menos consideração.



Figura 15 - Diretoria da Associação dos Ex-Combatentes do Brasil no Distrito Federal

Fonte: Acervo de imagens pessoais de Virgínia Guimarães Carvalho sobre a Força Expedicionária Brasileira com fotografias adquiridas entre 2005/2009



Figura 16 - Membros da Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira em desfile no Sete de Setembro / DF

Fonte: Acervo de imagens pessoais de Virgínia Guimarães Carvalho sobre a Força Expedicionária Brasileira com fotografias adquiridas entre 2005/2009

2.4.2 - Veteranos *versus* Ex-combatentes

A heterogeneidade do grupo “ex-combatente” transcende a formalidade das denominações e abarca uma disputa interna de poder, em que cada grupo assume práticas próprias a fim de enaltecer sua importância e garantir a sobrevivência de suas memórias. Essa disputa se materializou de várias formas ao longo dos anos. No entanto, as mais perceptíveis

se referem à formação de diferentes associações e à prática de variados métodos de distinção que o grupo, sobretudo dos veteranos, adota para com os ex-combatentes praieiros e a sociedade.

Detivemos nossa pesquisa ao estado de Pernambuco, onde encontramos algumas práticas bastante peculiares de reafirmação da identidade e de garantia de um espaço na memória coletiva. Durante a Segunda Guerra, Pernambuco desenvolveu importante papel, tanto por ser um estado litorâneo, com um dos portos mais importantes do país, quanto por contribuir com grande efetivo para o patrulhamento e vigilância do litoral.

Nesse sentido, observamos em Recife, assim como em outras cidades do país, a existência de duas associações: Associação de Ex-Combatentes e Associação Nacional de Veteranos da FEB. A coexistência dessas instituições num mesmo espaço urbano nos possibilita acompanhar, sobretudo em datas comemorativas, como o dia Sete de Setembro, uma intensa materialização dessa disputa.

Devido à idade já avançada desses militares, ex-militares e civis ex-combatentes, eles desfilam em caminhões do Exército disponibilizados especialmente para este fim. No momento de assumirem seus lugares para o desfile, a separação é visível no heterogêneo grupo dos outrora combatentes. Assim, durante o desfile, eles se utilizam de dois caminhões distintos nos quais se lê “Veterano da FEB” em um e “Ex-Combatentes” no outro. No primeiro caminhão, que não possui mais do que 12 , todos os senhores vão sentados, levantando-se vez por outra para acenar à população civil que presencia o desfile e os aplaude, indistintamente, sem compreender que não se trata de um mesmo grupo. No segundo, incomparavelmente mais cheio, os senhores já idosos se amontoam de pé por não haver assento disponível para todos.



Figura 17 – no caminhão da esquerda veteranos da FEB e no da direita ex-combatentes se preparando para o início do desfile de 07 de Setembro em 2007 na cidade de Recife /PE

Fonte: Acervo de imagens pessoais de Virgínia Guimarães Carvalho sobre a Força Expedicionária Brasileira com fotografias adquiridas entre 2005/2009

Analisando a imagem acima, percebemos uma recusa dos expedicionários em desfilar junto com os chamados “praieiros”, pois não presenciamos nenhum tipo de cobrança dos veteranos. Por outro lado, notamos uma acomodação destes outros em não contestar a situação apresentada, seja por não se perceberem meritoriamente iguais, seja por não se sentirem parte do grupo.

Além disso, o toque de presença foi obrigatoriamente instituído em janeiro de 2005 e, a partir de então, todas as formaturas militares dos dias 21 de fevereiro (Monte Castelo), 5 de março (Castelnuovo), 14 de abril (Montese), 28 de abril (Fornovo) e 8 de maio (Dia da Vitória) deveriam ser precedidas do anúncio da presença dos ex-combatentes, caso houvesse algum presente. Com a finalidade exclusiva de assinalar a presença de ex-combatentes em solenidades comemorativas das datas significativas da FEB, o toque não faz distinção direta entre veteranos e “praieiros”. Todavia, as datas comemorativas são sempre referentes à Força Expedicionária Brasileira. Há ainda dois outros aspectos que não podemos ignorar no tocante ao papel direto do Exército em consolidar a memória da FEB e de seus representantes.

O primeiro deles se relaciona ao número de museus mantidos dentro de algumas Organizações Militares (O.M.), ou ainda, mantido por elas, para exaltar a memória da FEB através da exibição de força e poder. São João Del-Rei, Caçapava, Rio de Janeiro e Olinda são algumas cidades brasileiras onde os quartéis possuem um museu que resguarda,

concomitantemente, a história da O.M. e a memória da FEB. Medalhas, canhões, metralhadoras e incontáveis fotografias dos combatentes da FEB na Itália enfeitam as paredes desses museus. Dificilmente encontramos nesses espaços alguma referência ao patrulhamento do litoral, treinamento ou expectativa dos militares que ficaram no Brasil.

O segundo motivo relaciona-se à inexistência de obras publicadas, como dissemos anteriormente, por ex-combatentes pela Biblioteca do Exército Editora – em contrapartida ao grande número de publicações de memórias e autobiografias de veteranos de guerra. A história da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial conta com um grande número de obras não-acadêmicas a seu respeito. Se, por um lado, somente com muita dificuldade conseguimos encontrar alguns trabalhos historiográficos sobre este tema, por outro, percebemos muitas publicações de militares e ex-militares, geralmente autobiográficas, que abordam a experiência brasileira na guerra. Grande parte dessas obras foi produzida por ex-combatentes e editadas, em sua grande maioria, pela Biblioteca do Exército Editora, demonstrando um maior empenho dessa Força e seus respectivos segmentos, em zelarem pela sobrevivência, construção e até mesmo unificação de uma memória a respeito deste evento histórico.

Contudo, o Exército não parece ter tido muito sucesso nesse intento, uma vez que pouco ou nenhum conhecimento sobre este assunto pode ser percebido mesmo entre militares e, sobretudo, entre civis. Apesar da contribuição da Marinha e da Aeronáutica no conflito, referimo-nos ao Exército: a identidade entre essa instituição militar e os ex-combatentes foi tão intensa e pública, que se tornou comum referir-se aos “pracinhas” e ao Exército como se fossem uma coisa só. De qualquer modo, o desconhecimento das pessoas sobre o assunto sobeja os aspectos técnicos e envolve desde o número de brasileiros que compuseram a FEB – pois grande parte das pessoas se surpreende com o número superior a 25 mil – até o desamparo a que foram submetidos muitos desses ex-combatentes, uma vez passada a efusividade do retorno.

Assim, se por um lado temos os ex-combatentes exaltando sua importância devido à vivência de um tenso cotidiano no litoral durante a guerra, por outro lado temos os veteranos descrevendo os aspectos diversos de sua experiência de guerra – as tristezas, alegrias e responsabilidades ultramar. É importante ressaltar que, mesmo dentro de cada segmento, o que existe é uma homogeneidade relativa, pois ambos se constituem de pessoas com experiências próximas, mas que foram sentidas e vivenciadas de forma única.

Deste modo, grande parte das obras dos veteranos comenta as dificuldades de preparação da Força Expedicionária Brasileira, o embarque da tropa, a disciplina do soldado

alemão. E, invariavelmente, discorre sobre as batalhas em que a FEB teve participação importante, como as ofensivas em Monte Castelo e Montese. Essas memórias militares geralmente tratam as mesmas questões, as mesmas temáticas; todavia, são diferenciadas pelo lugar social de onde falam seus autores, emitindo diferentes tipos de signos e estabelecendo diferentes relações de poder com o leitor.

Uma guerra pode ter visões diferentes de acordo com o prisma do qual se a observa e se experimenta uma determinada situação. No grupo dos ex-combatentes não foi diferente. Há distinções relacionadas à forma como enxergam a questão. Certamente, para o praça, as situações foram sentidas e vivenciadas de maneiras diferentes das dos seus comandantes. Nesse ponto, podemos notar uma quebra na homogeneidade do grupo dos veteranos. Esse tipo de situação fica bem notável à medida em que nos debruçamos mais detidamente sobre as memórias criadas por um e por outro.

Em contrapartida, as memórias dos ex-combatentes “praieiros” a que tivemos acesso geralmente se detêm ao relato de um cotidiano inebriado de responsabilidade, tensão e medo. Há uma inegável dificuldade em localizar relatos escritos por este segmento de ex-combatentes, o que tem sido um obstáculo a análises mais detidas acerca deste grupo. Ainda assim, percebemos essa dificuldade como um possível indício de desvalorização dessas memórias por parte do próprio Exército, uma vez que, na Biblioteca do Exército, principal publicadora dos livros sobre a experiência brasileira na Segunda Guerra Mundial, não constam obras escritas pelos ex-combatentes. Por outro lado, podemos entender essa lacuna pela existência de um sentimento de ilegitimidade desse grupo – sentimento que os embarçou a ponto de coibir-lhes de compartilhar com o leitor a sua representação da guerra através da escrita de suas memórias.

Desta forma, podemos afirmar que há na memória oficial do Brasil uma considerável distinção de valor entre as experiências de guerra dos que permaneceram patrulhando o litoral do país, e as experiências dos militares que combateram em solo italiano.

CAPÍTULO 3

3.1 - Do outro lado do oceano

Esperem por mim...

Esperem por mim que voltarei!

Mas é preciso que esperem com fé e de todo o coração!

Esperem por mim na tristeza infindável dos dias de chuva.

Esperem por mim nas horas uivantes em que a neve cai.

Esperem por mim na ânsia sufocante que vem do calor.

Esperem por mim

mesmo que todas as outras

que esperam por outros

já tenham cessado de

esperar...

Esperem por mim.

Esperem, sim,

que hei de enfrentar a morte...

mas voltarei!

*Konstantin Simonov*¹⁴³

Aos 14 dias do mês de dezembro de 1944, grande parte da imprensa nacional publicou em lugar de destaque o comunicado do Gabinete do Ministro da Guerra sobre a chegada de mais tropas do Brasil nos campos de batalha europeu para participar de operações bélicas. O pronunciamento do Ministro afirmava que “o último escalão de forças da FEB que partiu dessa capital sob o comando do coronel Mário Travassos, após excelente viagem chegou a um porto da Itália a 7 dias do corrente.”¹⁴⁴

¹⁴³ Poema do poeta Russo Konstantin Simonov divulgado entre os componentes da FEB. Disponível em <www.mauxhomepage.com> acesso em 02 Mar 2007

¹⁴⁴ Casa da FEB - Arquivo da Associação Nacional de Veteranos da FEB – Seção Rio de Janeiro. **O Globo Expedicionário**, Ano I, No- 15 14 dez 1942.

As informações que chegavam ao Brasil sobre as condições da tropa e o andamento das batalhas eram enviadas aos jornais pelos correspondentes de guerra, dentre os quais se destacam Rubem Braga, Egydio Squeff, Joel Silveira e Thassilo Mitke. Todavia, nada existe além dos relatórios oficiais e dos relatos dos próprios combatentes sobre a primeira chegada deles na Itália, posto que foi vetada a qualquer um da imprensa embarcar no primeiro escalão da FEB, saído do Rio de Janeiro em 2 de Julho de 1944. Ainda assim, nos escalões posteriores, os correspondentes foram liberados e acompanharam o desenvolvimento dos militares do Brasil no conflito ultramar¹⁴⁵.

Rubem Braga declara que, quando foi escolhido como correspondente de guerra do Diário Carioca, sua ambição era fazer uma história da Campanha do Brasil na Itália sem se ater a aspectos técnicos-militares e se voltando a uma narrativa mais popular sobre a vida daquele grupo de homens no cotidiano de guerra. Entretanto, segundo ele, isso nem sempre lhe foi possível devido à censura e imposição que sofria.

Uma vez na Itália, os representantes da imprensa imergiram num ambiente de desconfiança e má vontade dos militares, prejudicando bastante o trabalho dos correspondentes. Ainda que essa situação tenha melhorado com o tempo, os jornalistas tinham seus artigos submetidos de um lado à censura política da ditadura do Estado Novo e de outro à censura militar, justificada pelo cuidado de não se publicar nenhuma informação que fosse útil ao inimigo.

No entanto, parece ter sido uma prática comum que esses jornalistas fizessem anotações de impressões pessoais a respeito do evento - com intuito de publicar ou apenas de recordar as situações vivenciadas. Dessas anotações se originaram algumas obras que contribuem para a compreensão das mais diversas práticas sociais que vigoraram entre um determinado grupo numa atípica situação de guerra. Elas permitiram compreender a diversidade dos grupos existentes, bem como as principais origens e situações práticas em que o melindre, o pudor e alguns dos princípios morais tão caros à sociedade ocidental cristã foram temporariamente deixados de lado para o “propósito maior” do momento, que era única e exclusivamente a sobrevivência.

Após dezessete dias atravessando o oceano Atlântico e carregando mais de seis mil homens, às 8 da manhã do dia 06 de Outubro de 1944, o navio General Meigs iniciou as manobras para atracar no porto próximo à cidade de Nápoles. Os últimos avisos e ordens, algumas em inglês, eram transmitidos aos membros do terceiro escalão da FEB pelos vários

¹⁴⁵ SILVEIRA, Joel; MITKE, Thassilo (orgs.). **A Luta dos Pracinhas. A FEB 50 anos depois** – uma visão crítica. 3ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Record, 1993.

auto-falantes existentes no navio. Todas as ordens apresentavam orientações sobre como os homens, até então a bordo, deveriam proceder para deixar o navio e qual a conduta esperada no cais da cidade.¹⁴⁶

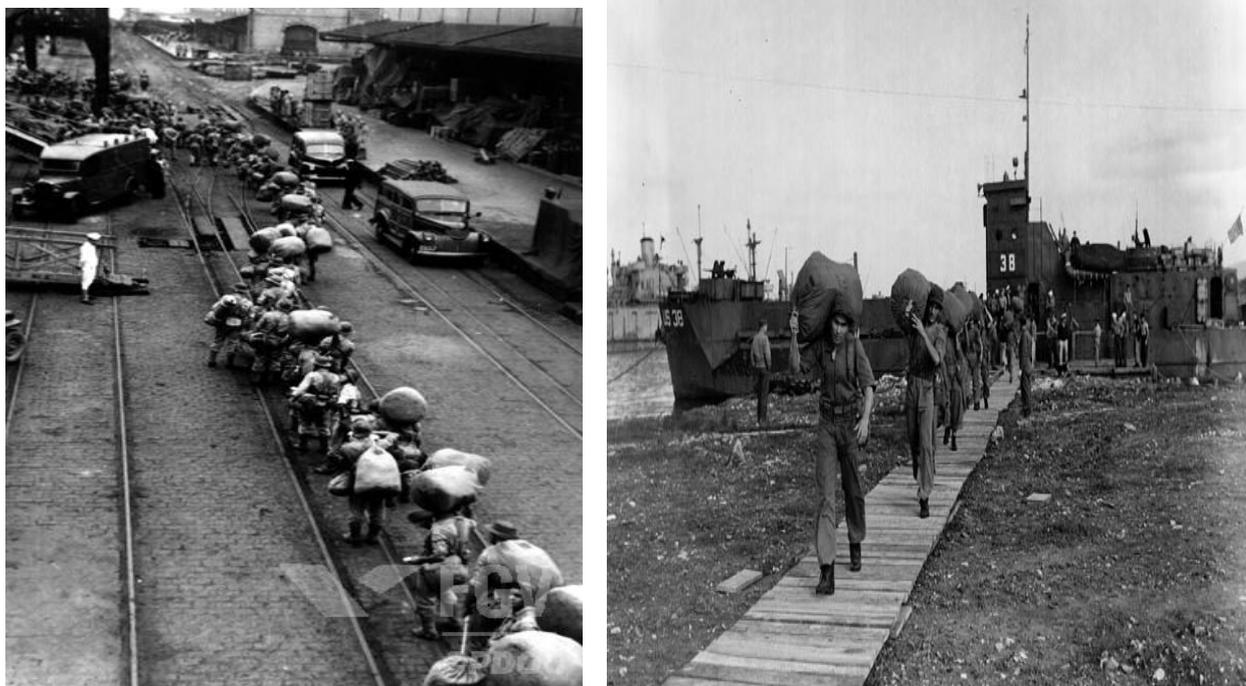


Figura 18 – Embarque das tropas na cidade do Rio de Janeiro/Brasil e em seguida o desembarque na cidade de Nápoles/Itália em 1944

Fonte: Acervo de imagens pessoais de Virgínia Guimarães Carvalho sobre a Força Expedicionária Brasileira com fotografias adquiridas entre 2005/2009 no site <http://www.exercito.gov.br> acessado em 17 jan 2009.

Debaixo de uma chuva fina e uma névoa fechada, os militares a bordo se organizavam com mais de 50 quilos de bagagem às costas para o desembarque rumo ao desconhecido e ao inesperado, conforme notamos nas figuras acima. Toda a tropa envergava os seus uniformes mais densos - juponas, gorros, luvas, botas pesadas e meias de lã - na intenção de amenizar o frio que lhes invadia, fosse pelas baixas temperaturas ou pela ansiedade que lhes dominava a alma.

¹⁴⁶ SILVEIRA, Joel; MITKE, Thassilo (orgs.). **A Luta dos Pracinhas. A FEB 50 anos depois** – uma visão crítica. 3ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Record, 1993.

Desço, me ataranto um pouco, procuro um rumo. Tudo me parece um deslumbramento: as casas partidas ao meio, os meninos andrajosos no porto, que me estendem suas mãos magras e súplicas, o emaranhado de fios telegráficos que se enrolam nos postes como cobras, as mil tabuletas em inglês avisando, ordenando e orientando. Que devo fazer, assim largado com minha bagagem numa cidade que nunca vi, num mundo do qual jamais suspeitei?

Uma folha perdida num torvelinho, um pobre e atarantado jovem de repente, envolto num turbilhão. Nada aqui me pertence, nada tem a ver comigo, e no entanto, aqui me jogaram para que eu cumpra uma missão - e terei que cumpri-la, de qualquer maneira.¹⁴⁷

Joel Silveira seguiu para a guerra designado para ser um correspondente de guerra e fornecer informações diretas do *front* para os “Diários Associados”. Deste modo, a grande missão desempenhada por esses correspondentes acabou sendo a de fazer com que os cidadãos que permaneceram no Brasil pudessem ter notícias e acompanhar o dia-a-dia dos seus filhos, esposos e pais que lutavam além-mar. Desde o embarque, o jornalista iniciou o registro das experiências vivenciadas ao longo dos 15 dias dentro do navio General Meigs, a rotina, as dificuldades, as restrições, as amizades feitas e a expectativa vivida por todos ali dentro.

Ao contrário do que possa parecer, devido ao status diferenciado, os correspondentes de guerra não usufruíam de grandes privilégios dentro da FEB. Apesar de se distinguirem da maioria dos homens ali presentes - em geral analfabetos oriundos do campo e de cidades do interior do país - por sua formação intelectual, os sentimentos e situações experimentados não aparentam terem sido, por isso, mais amenos. Assim, eles realizaram treinamentos de guerra e participaram do rodízio de faxina no navio como qualquer outro soldado.

Ainda que observemos a diferença cultural entre correspondentes e soldados, a afinidade aparece quando Joel confessa-se “uma folha perdida num torvelinho” e um jovem “envolto num turbilhão”, sentimento que se assemelhava ao de grande parte daqueles homens que esperavam pela guerra sem saber como era efetivamente estar em uma.

Abordaremos nesse capítulo as experiências sociais dos homens e mulheres que compuseram a Força Expedicionária Brasileira na Itália, bem como o cotidiano e as memórias formadas por este grupo. Ainda que em menor número de , se comparado ao que permaneceu no Brasil, é este grupo que condiciona a maior parte dos estudos e memórias existentes sobre o tema. É nesse momento de nossa pesquisa, quando analisamos o grupo que valoriza de

¹⁴⁷ SILVEIRA, Joel; MITKE, Thassilo (orgs.). **A Luta dos Pracinhas. A FEB 50 anos depois** – uma visão crítica. 3ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Record, 1993.

forma bastante peculiar suas memórias de guerra, que grande parte das teorizações sobre memória e identidade social assume um aspecto mais claro e sólido.

Utilizamos nesse capítulo as contribuições Michael Pollack(1989), Maurice Halbwachs(1990) e Alistair Thomson(2001) articuladas com alguns relatos de veteranos da FEB disponíveis, para compreender como são estruturadas e selecionadas as memórias coletivas e individuais de um determinado grupo. Os relatos foram escolhidos de acordo com a importância a eles atribuída na memória oficial da Força Expedicionária. Além disso, levamos em consideração os lugares sociais de onde se expressam os ex-combatentes, sejam civis ou militares reformados. Destarte, contamos com a contribuição de veteranos de diferentes Estados do País, numa tentativa de dar visibilidade às cristalizações existentes nessas memórias, independente da região a que pertençam esses veteranos.

3.2 - Quem fez a cobra fumar – os atores da guerra



Quando as tropas brasileiras desembarcaram na Itália é que foi percebida a falta de um emblema que as identificasse da mesma forma que os militares do Exército americano ali presente. No braço esquerdo, algumas vezes também no braço direito, à altura do ombro, os americanos portavam diversos tipos de emblemas coloridos que indicavam a unidade, divisão ou Exército ao qual pertenciam.

Em contraposição, as tropas brasileiras ostentavam no ombro esquerdo um escudo verde-oliva com o bordado em branco onde se lia “Brasil”. A dificuldade de identificação desses militares, pela simplicidade do emblema, levou o ministro da guerra, General Dutra, a autorizar a criação de um símbolo para as tropas do Brasil. O símbolo escolhido para compor o escudo materializou uma gíria comumente ouvida entre os combatentes da FEB em diversas situações: a cobra fumou.

A origem dessa expressão aparece sob diversos aspectos na literatura existente sobre a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Encontramos especulações que variam

desde a alusão a um superior, muito duro com os subordinados, que fumava cachimbo, até ao fato dos soldados, avistando ao longe a fumaça dos bombardeios, afirmarem que a cobra estava fumando.

Todavia, no início da década de 1940, em uma esquina no centro do Rio de Janeiro, havia uma lotérica chamada Esquina da Sorte, cuja propaganda vinculada a jornais e rádios era: “é mais fácil um burro voar do que a Esquina da Sorte falhar”. Como já foi analisada no primeiro capítulo, a criação e a entrada das tropas do Brasil em combate na Itália não era um desejo, tampouco uma crença comum, de todos os membros do governo brasileiro. Os opositores da FEB não acreditavam que fosse possível o país entrar efetivamente na guerra e afirmavam que era mais fácil uma cobra fumar do que o Brasil embarcar para a Itália. Afinal, foram mais de 2 anos entre recrutamento, treinamento e embarque dos militares brasileiros, que tiveram como símbolo da FEB uma cobra fumando cachimbo.

A Força Expedicionária Brasileira, autorizada por uma Portaria Ministerial e publicada em Boletim reservado no dia 13 de agosto de 1943, previa a organização de um Corpo Expedicionário formado por três Divisões de Infantaria Expedicionária (DIE), as quais seguiriam os moldes do Exército americano.¹⁴⁸

Assim, a 1ª- DIE foi uma unidade criada sob esses moldes, adotando inclusive a mesma nomenclatura, pois na Itália iriam compor uma grande unidade americana: o V Exército. Ela foi constituída por uma Divisão de Infantaria Expedicionária que possuía nove subdivisões: Comandante Geral de Divisão, Quartel Geral (Estado-Maior Geral e Especial e Tropa Especial); Infantaria Divisionária, Artilharia Divisionária, Esquadrilha de Aviação, Batalhão de Engenharia, Batalhão de Saúde. Esquadrão de Reconhecimento e Companhia de Transmissão.¹⁴⁹

Além dessas subdivisões militares, a FEB contou com a existência de alguns Órgãos Não-Divisionários que tinham a função de contribuir para o bom funcionamento de estruturas não militares, como os serviços postal, religioso, especial e financeiro. Assim, surgiu a AGEFEB – Agência do Banco do Brasil para a FEB, onde ao gerente geral era atribuído o posto de tenente coronel e aos demais cargos o equivalente na hierarquia militar.¹⁵⁰

Dentro dessa multiplicidade, a Força Expedicionária Brasileira contou com a existência de grupos distintos, que construíram memórias bastante peculiares, mas que, ao

¹⁴⁸ Apesar das expectativas e preparações, as duas últimas Divisões nunca chegaram a embarcar para a Europa.

¹⁴⁹ SILVEIRA, Joaquim Xavier da. **A FEB por um soldado**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 2001.

¹⁵⁰ Para saber mais sobre a finalidade de cada um desses serviços consultar Idem, ibidem, p.112-122

longo dos anos, foram sufocadas pela reificação daquilo que deve ser lembrado e reproduzido. Ainda que Halbwachs ressalte o caráter negociador das memórias coletiva e individual, o que percebemos na heterogeneidade delas é o “caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional”, conforme acentua Pollack.¹⁵¹

Assim, os instrumentos da História Oral “reabilitam a periferia e a marginalidade” das memórias e nos permitem trazer ao cenário histórico alguns aspectos submersos das memórias individuais, que apresentam aspectos senão opostos, distintos daqueles mais valorizados pela memória coletiva oficial.

Esta memória se atém, em grande parte, a exaltar a figura dos principais líderes militares e de alguns seletos praças que, segundo os seus enquadradores, se destacaram em combate. Todavia, outros grupos e personagens compuseram o efetivo da FEB, assumindo funções de pouca visibilidade na memória coletiva, mas por vezes superestimadas pela individual, como o serviço de saúde brasileiro, constituído quase exclusivamente por mulheres enfermeiras.

O serviço de saúde brasileiro, como toda a tropa da FEB, enfrentou dificuldades quanto à sua estruturação e condições de trabalho. As 63 enfermeiras voluntárias tiveram que suplantar duplamente as dificuldades e preconceitos, primeiro por serem mulheres e depois por serem brasileiras, o que lhes conferia distinção quanto às enfermeiras americanas, que gozavam de mais autoridade e compensação financeira.¹⁵²

A Major Elza Cansação relata o despreparo da Força Expedicionária em receber mulheres em seu efetivo uma vez que essa era a primeira experiência das Forças Armadas do Brasil em agregar mulheres as tropas. Contudo, sendo as enfermeiras indispensáveis à completude da tropa pela função que lhes era destinada, as adaptações foram sendo feitas paulatinamente em meio ao conflito, “o que tornava tudo muito sacrificado às aguerridas brasileiras”¹⁵³. Havia também os soldados enfermeiros responsáveis em recolher os feridos e os mortos nos campos de batalha a fim de prestar os primeiros socorros àqueles que ainda vivessem. Desarmados, os padioleiros chegavam à linha de frente protegidos, exclusivamente, pelo braçal da cruz vermelha e pelo capacete, a fim de assistir aos combatentes feridos.¹⁵⁴

¹⁵¹POLLACK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989. p. 04

¹⁵² MEDEIROS, Elza Cansação *In História oral do Exército na Segunda Guerra Mundial* / Coordenação Geral de Aricildes de Moraes Motta. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército editora, 2001

¹⁵³ MEDEIROS, Elza Cansação *In História oral do Exército na Segunda Guerra Mundial* / Coordenação Geral de Aricildes de Moraes Motta. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército editora, 2001.

¹⁵⁴ Ao longo de nossa pesquisa não encontramos nenhuma referência a esse grupo, livro de memória de algum deles que falasse sobre ser um padioleiro e, tampouco algum que pudéssemos entrevistar. Podemos assim

A divisão do trabalho guarda relação com os papéis sociais atribuídos a homens e mulheres, baseado nas idéias de força e fragilidade. Mesmo tendo admitindo mulheres em seus efetivos o papel da mulher é mantido ao deixá-la na retaguarda acolhendo e cuidando dos feridos.¹⁵⁵



Figura 19 – Na foto em preto e branco a major Elza Cansação em 1944 durante a guerra e na imagem seguinte ela nos dias atuais com suas condecorações

Fonte: Acervo de imagens pessoais de Virgínia Guimarães Carvalho sobre a Força Expedicionária Brasileira com fotografias adquiridas entre 2005/2009 no site <http://www.anvfeb.com.br> com acesso em 11 nov 2008

Enfermeira voluntária durante a guerra, Elza Cansação é uma das poucas pessoas que pertenceram ao batalhão de saúde da FEB que atua firmemente como agente de memória. Viajando todo o país, ela visita escolas e organizações militares; participa de cerimônias; concede entrevistas e realiza palestras nas quais ela faz questão de ressaltar a bravura e a coragem dos soldados brasileiros. Assim, ela destaca que:

O soldado brasileiro é fora de série. Só quem esteve lá, só quem esteve em campanha pode aquilatar o que é o homem brasileiro fora daqui, numa situação dessas. Aquele analfabeto, que mal sabia falar português, quanto mais uma língua estrangeira, desdentado (vinte mil dentes foram extraídos entre o Brasil e a Itália) acostumado a comer jabá com farinha agigantou-se. O soldado brasileiro

perceber a marginalização e submersão dessa memória que apesar de imaginarmos não se distinguir nem conflitar muito com a dos combatentes não teve exposta a sua peculiaridade

¹⁵⁵ GONÇALVES, Andréia Lisly. **História e gênero**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 154 p.

amadureceu rapidamente. Transformou-se e renasceu outro homem. Aquele campesino se tornou um gigante.
(...) e o nosso soldado é de uma bravura tremenda, ombreou-se com os chamados maiores soldados do mundo. É ele o maior soldado do mundo, o soldado brasileiro. Tínhamos até dificuldade em segurar o doente no hospital. Quando baixavam queriam logo voltar para a frente e lutar¹⁵⁶

Apesar de pertencer a um grupo de pouca ressonância no que diz respeito à memória coletiva oficial, a enfermeira goza de um inquestionável prestígio em meio aos militares desde o término da guerra. Devido a uma concessão especial, a major Elza Cansação é a única pessoa que pertenceu à Força Expedicionária que, mesmo não sendo mais militar, continua a possuir o direito de usar a farda em solenidades e comemorações militares. Terminada a guerra, a FEB foi desmobilizada ainda na Itália e aqueles homens e mulheres que optaram por retornar à vida civil foram proibidos de utilizar a farda, com risco de serem presos se assim fossem flagrados. Todavia, a major configura uma rara exceção.

Condecorada com um número significativo de medalhas, ela é um típico exemplo da negociação da memória citada por Halbwachs, uma vez que ela forma vários pontos de contato entre as suas memórias e a dos outros combatentes para compor uma base comum de memórias. Mesmo sem ter participado efetivamente de batalhas, ela discursa com fluência acerca das mesmas, justificando seu conhecimento pelo privilégio de ter estado na retaguarda do conflito, uma vez que isso lhe permitiu o contato com vários dos militares feridos em combate.

Muita gente me censura dizendo que eu me meto a falar sobre a guerra e a atuação dos soldados, quando estava na retaguarda. Mas na retaguarda, no hospital, é o ponto mais informado que existe. Tanto que o Joel Silveira e o Rubem Braga, por exemplo, buscavam informações comigo. O soldado quando chega ferido da linha de frente, não tem tempo de inventar história. Ele conta o que realmente aconteceu. E era esse contato que eu tinha com meus pracinhas, que me dava chance de conhecer as histórias, eu podia saber de todas, como se deram na realidade.¹⁵⁷

Apesar das críticas recebidas, desde 1976 ela realiza um trabalho voluntário de preservação da memória através da escrita de livros e organização de acervos fotográficos. Deste modo, ela não se intimida e se auto-intitula como uma das principais agentes de memória.

¹⁵⁶ MEDEIROS, Elza Cansação. Op.cit. 299

¹⁵⁷ MEDEIROS, Elza Cansação *In História oral do Exército na Segunda Guerra Mundial* / Coordenação Geral de Aricildes de Moraes Motta. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército editora, 2001. p.305

Todo o trabalho de preservação histórica foi feito por iniciativa minha com o apoio de algumas pessoas. A história da FEB, contada por aqueles que tomaram parte nos eventos na frente de combate, no apoio aos elementos do primeiro escalão, assim como na retaguarda é bem diferente da história contada nos livros, complementando-a efetivamente, com dados e observações imprescindíveis ao seu pleno e real conhecimento.¹⁵⁸

O esforço em manter viva e cristalizada uma memória da FEB levou a major a criar o que Pierre Nora chamaria de “lugares de memória”, os quais ela materializou com arquivos fotográficos e livros. Assim, podemos compreender que na ânsia de buscar e preservar sua identidade, os atores sociais são movidos na recuperação de memórias particulares de forma material, funcional ou simbólica.¹⁵⁹

Em meio à memória coletiva oficial, feixes de individualismo nos possibilitam atingir peculiaridades de práticas sociais geralmente invisíveis ao coletivo. Assim, além do Batalhão de Saúde, havia também voluntários que se prontificavam a contribuir das mais variadas maneiras para a melhoria de ânimo daqueles combatentes feridos ou mutilados. Nessa situação, surge a figura de Clarice Lispector, que morando na Itália durante a guerra, passara a assumir, voluntariamente, funções de “assistente social” aos feridos. Casada com Maurinho José Valente Lispector, funcionário do consulado, ela passou a exercer o papel de embaixatriz - uma vez que o embaixador era solteiro -, inclusive trabalhando no consulado em Nápoles. Assim, a escritora dedicava seu tempo a escrever cartas aos familiares dos brasileiros debilitados física e emocionalmente, além de “cortar-lhes as unhas e se desdobrar para distraí-los de suas mazelas.” Ainda que ela não seja reconhecida sob qualquer aspecto pela memória coletiva oficial, seu gesto foi essencial para evitar a pusilanimidade de alguns combatentes feridos.¹⁶⁰

3.3 - Lembranças submersas

Descendente direto de portugueses, mas nascido no Brasil, Francisco de Assis Carvalho foi um dos homens que engrossou as fileiras da Força Expedicionária Brasileira.

¹⁵⁸ Idem, *ibidem*

¹⁵⁹ POLLACK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989

¹⁶⁰ MEDEIROS, Elza Cansação *In História oral do Exército na Segunda Guerra Mundial* / Coordenação Geral de Aricildes de Moraes Motta. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército editora, 2001. p.296

Filho de pai alcoólatra, Francisco aprendeu, ainda bem jovem, a tocar instrumentos clássicos, afinizando-se demasiadamente com o violoncelo - “sua paixão para a vida toda”. Francisco encontrou no Exército a emancipação de uma vida de sofrimento devido ao alcoolismo de seu pai e às diversas conseqüências dele na sua estrutura familiar. Assim, aos 21 anos, Francisco tornou-se soldado músico da banda do 11º- Regimento de Infantaria e, cinco anos depois, mesmo casado, ele embarcou com o segundo escalão da FEB, deixando no Brasil esposa e filhos, tendo o mais novo apenas quinze dias de nascido e o mais velho dois anos. Deste modo, em 1944, Francisco completava 28 anos de idade a bordo do navio que rumava à Itália, sendo um dos homens mais velhos a compor a banda de música da FEB.¹⁶¹

A atividade musical sempre esteve ligada às cerimônias e realizações militares diversas, sobretudo ao entoamento de canções e brados dos mais diversos temas, além do hino nacional. Neste sentido, os planejadores da FEB não se esqueceram de incluir na sua tropa uma banda de música e em 1944 ela foi criada - composta por um mestre de música e mais 67 figuras, entre sargentos e soldados. Para a composição dessa banda, o aviso 198, de 18 de fevereiro de 1944, determinou que se aproveitassem as bandas do 1º-, 6º- e 11º- Regimentos de Infantaria.

O 11º Regimento de Infantaria, de Minas Gerais, contribuiu com grande parte do efetivo da guerra, ultrapassando o número de 5000 homens que se deslocaram para os campos de batalha na Itália. Dentre esses homens, constavam 17 membros da sua Banda de Música, que se juntaria às Bandas do 1º RI, do Rio de Janeiro e a do 6º RI, de Caçapava, SP - constituindo assim a Banda da FEB, sob a regência do Ten. Franklin de Carvalho Júnior.¹⁶²

Aquartelada como unidade da tropa especial em Pistóia, a banda comparecia a todas as solenidades e festejos que tivessem a participação da Força Expedicionária Brasileira. Na Itália, além de prestar honras militares, ela atuava em shows de música a fim de elevar o moral da tropa com concertos em dias festivos que incluía a população civil. Um dos integrantes da banda da FEB, Francisco, foi inclusive nomeado para tocar com os americanos no que ele chama de “jazz band”, separando-se definitivamente dos conterrâneos que comporiam o coro sacro.

Segundo o veterano, a função dos mais de 60 militares músicos do Brasil que compunham a banda da FEB era a mesma da banda americana: fazer shows, independente do lugar, que variava de refinados teatros até a caçamba de caminhões militares na linha de

¹⁶¹ Entrevista com Francisco de Assis Carvalho em 24 Mar 2008 na cidade de São João Del-Rei/M.G

¹⁶² Ainda dentro da FEB existia um grupo de soldados que compuseram a banda. Muito pouco foi escrito sobre os músicos, mas em alguns raros documentos e relatos de alguns dos ex-combatentes essas figuras aparecem de uma forma bem peculiar.

frente. Assim, as memórias de Francisco nos revelam que esses espetáculos não eram tão tranquilos quanto as aparências possam sugerir:

A gente tocava pra distrair os soldados lá na linha de frente. Eu fui lá duas vezes... Abaixava aquela madeira do caminhão e ele virava um palco. Aí a gente tinha que tocar pra distrair o capitão. Às vezes caía umas granadas bem próximo, mas nunca atingiu a gente não.¹⁶³

O Regimento ao qual pertenceu o Sr. Francisco adquiriu uma espantosa visibilidade devido à formação e recrutamento de mais de 1/5 do efetivo total de homens que constituíram a Força Expedicionária Brasileira. No pós-guerra essa importância cresceu ainda mais pela atuação dos militares desse regimento nas batalhas de Montese e Monte Castello. Esse prestígio do Regimento comumente atinge aqueles que o integraram durante a guerra, uma vez que grande parte dos veteranos com os quais conversamos fazem questão de firmar seu vínculo com a unidade, o que não parece ocorrer com o músico.

Na qualidade de violoncelista, Sr. Francisco refere-se a si mesmo como alguém sem importância e que em nada poderia contribuir com nossa pesquisa, pois afinal ele não tinha lutado, ele fora “apenas um músico”¹⁶⁴. Ainda que admita ter cumprido o seu dever e entenda os riscos de vida a que foi submetido, ele não se entende como um homem que mereça exaltações heróicas, ao contrário de alguns de seus companheiros febianos que fazem questão de desfrutar de todas as honras que lhe são proporcionadas.

Todo mundo é herói. Porque quando a gente entrou no navio, se a bomba pegasse ia pegar todo mundo! Mas esse pessoal da linha de frente é que é herói. Você já ouviu falar de Arlindo Lúcio da Silveira? Morava aqui na rua de cima. O alemão botou uma placa em cima da sepultura dele e escreveu” eis aqui um herói” e foi ele e mais dois. Eles não te falaram isso lá na associação não? Eu fui, o Cordeiro foi, mas nós cumprimos nossa missão **de músico**, a banda de música é outra coisa, agora eles não!

Essa praça aqui perto do supermercado se chama Praça Três Heróis, esse Arlindo era um. Eu me lembro dele, menino jogando bola aqui, a mãe dele pedia comida aqui.¹⁶⁵

Essa afirmação nos permite discernir a profundidade e o alcance do enquadramento da memória oficial entre os veteranos da FEB. Alguns, que tiveram durante muito tempo suas memórias subjugadas pelos enquadramentos de memória, insistem em valorizar exatamente aquilo que estes se esforçaram para maximizar, ainda que isso signifique

¹⁶³ Entrevista com Francisco de Assis Carvalho em 24 Mar 2008 na cidade de São João Del-Rei/M.G

¹⁶⁴ Desde o ano de 2005 quando iniciamos essa pesquisa ainda como uma monografia havia a tentativa de entrevistar o Senhor Francisco, o qual sempre se desvencilhava afirmando não ter nada a dizer e sugerindo-nos procurar o capitão Ari, afinal, ele tinha sido “ferido em Montese”. Apenas no fim de

¹⁶⁵ Entrevista com Francisco de Assis Carvalho em 24 Mar 2008 na cidade de São João Del-Rei/M.G

enterrar as suas próprias. Pollak(1989) nos elucida e legitima ainda mais o uso do depoimento do músico quando afirma que:

Se a análise do trabalho de enquadramento de seus agentes e seus traços materiais é uma chave para estudar, de cima para baixo, como as memórias coletivas são construídas, desconstruídas e reconstruídas, o procedimento inverso, aquele que com os instrumentos da História Oral, parte das memórias individuais, faz aparecerem os limites desse trabalho de enquadramento e, ao mesmo tempo, revela um trabalho psicológico do indivíduo que tende a controlar as feridas, as tensões e contradições entre imagem oficial do passado e suas lembranças pessoais.¹⁶⁶

Dono de uma sensibilidade comum à grande parte dos músicos, Francisco voltou da Itália doente do corpo e com a alma fragmentada. Seus parentes mais próximos, como a irmã de sua esposa já falecida, afirmam seu bom humor e comunicatividade antes da guerra. No entanto, não é essa a figura que seus filhos e netos conheceram.

Carinhosamente reconhecido e chamado de “seu Juju” na pacata cidade de São João Del-Rei, Minas Gerais, aos 93 anos ele acorda cedo, mexe na horta, cuida das plantas, come de tudo, adora guaraná quente e sem gás, caminha todos os dias e, sobretudo, continua estudando violoncelo. Ensaia religiosamente as músicas clássicas que tocava no regimento e tem horror a adaptações populares feitas pelas bandas militares atuais. Mas sua rotina nem sempre foi assim. Sua “modesta” participação na guerra - afinal fora “apenas um músico” - lhe acarretou além de problemas de saúde, intensa variação de humor e introspecção exacerbada. A maioria dos militares que foram a Itália aprenderam a endurecer as emoções e instintos para suportar as pressões da guerra, o que se incrustou ao seu modo de vida durante o pós guerra.

Aos 29 anos, o músico foi considerado inválido para o serviço militar devido ao diagnóstico de tuberculose realizado pela junta médica do 11º- Regimento de Infantaria, o que o recolheria à cidade de Campos do Jordão. Em contraposição às recomendações médicas, ele optou por permanecer ao lado da família, recluso em seu quarto, onde recebia, por baixo da porta, alimentos e bebidas. Desacreditado pelos médicos e impedido de acompanhar o desenvolvimento de seus filhos, Juju dedicava, o que ele pensava ser seus últimos dias, ao crescimento musical e aprendizado de novas línguas.¹⁶⁷

¹⁶⁶ POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989. p.13

¹⁶⁷ Essas informações foram fornecidas pelo filho mais novo de Francisco, Pedro de Alcântara Carvalho, o qual ainda se emociona ao lembra-se das dificuldades enfrentadas por todos os irmãos devido a frieza de seu pai durante sua infância e juventude.

Mas foi na clausura do seu quarto que ele ganhou novas esperanças quando em 1946 a penicilina chegou à pequena São João Del- Rei, salvando-lhe a vida e oferecendo-lhe um novo desafio: voltar ao convívio familiar. Apesar das dificuldades enfrentadas por Francisco, o amor pela música lhe devolveu paulatinamente a vitalidade e serenidade.

Fui mexer com música e até hoje. Porque a maior parte deles, esses músicos não tem o gosto que eu tenho pela música, tocam no regimento e só, ou tocam na orquestra e só. Mas, eu não. Eu ensino, eu gosto de estudar, quer dizer, pra mim música é vida. Muita gente diz o Juju gosta da música e eu gosto! O coronel Delmônaco tem mania de falar isso, porque o tio dele, o Milton, também era da banda, mas reformou e se entregou, perdeu os dentes e ficou assim, acabou morrendo.

A maior parte desses músicos de regimento reformam e pronto. Mas esse é o segredo da saúde: o amor. Mas o pessoal reforma e não faz nada, aí fica doente. Quando me perguntam quantos anos eu tenho eu digo: 91 e meio. Todo mundo sabe que eu mexo com música e a música é melhor do que remédio!¹⁶⁸



Figura 20 – Banda do 11º- Regimento de Infantaria com alguns dos ex-integrantes da banda da Força Expedicionária Brasileira

Fonte: Acervo de imagens pessoais de Virgínia Guimarães Carvalho sobre a Força Expedicionária Brasileira com fotografias adquiridas entre 2005/2009

A música domina praticamente toda a entrevista de Francisco e aparece como o trabalho psicológico feito por ele para controlar as feridas, as tensões e contradições existentes em suas lembranças pessoais, uma vez que ele sequer toca nesse período de clausura ao qual foi submetido. Nenhuma de suas alterações, físicas e emocionais, são abordadas pelo veterano, tampouco entendidas como reflexo de sua participação na guerra. Ao contrário, ele se coloca numa posição modesta de músico, sem nenhuma legitimidade para

¹⁶⁸ Entrevista realizada em março de 2008

falar da guerra, possivelmente por não possuir uma bala alojada no corpo como o capitão Ari. No entanto, ele parece ignorar os estilhaços que lhe acompanharam durante o pós-guerra, sangrando seu convívio familiar e social.

As dificuldades enfrentadas pelos combatentes em retomar as relações sociais com uma sociedade que não partilhava da sua experiência de guerra não aparecem em nenhuma das memórias existentes, seja ela oficial, coletiva ou individual. Nesse sentido, compreendemos o que Pollak afirma sobre as memórias marginalizadas também sofrem enquadramentos, tendo como diferença apenas os pontos de referências reguladores do que deve ou não ser lembrado. No enquadramento da memória nacional, são os historiadores profissionais, muitas vezes, os responsáveis por reforçar um tipo de memória mais abrangente, dependendo de seu lugar social¹⁶⁹. Já nessas memórias marginalizadas, como a do músico, a seleção dos silenciamentos em relação a certas experiências do passado decorrem de lembranças que expressam sentimentos como sofrimento, medo ou vergonha.

Este caráter submerso da memória foi explorado por Antoine Proust¹⁷⁰ ao realizar um trabalho com os veteranos franceses da Primeira Guerra Mundial. O historiador alega que a convivência massiva com a morte, dos soldados da linha de frente que passavam dias testemunhando impotentemente gritos de dor, perda de amigos e súplicas por ajuda, deixava marcas profundas em todos os combatentes. Em maior ou menor grau, o principal problema encontrado pelos expedicionários quando retornaram ao Brasil foi a reintegração à vida cotidiana, sobretudo para aqueles que estiveram mais próximos à frente de combate. Quanto a isso os veteranos são unânimes em afirmar que a guerra “destrói tudo que um ser humano tem, destrói a moral, destrói a conduta, destrói a religião, destrói o patrimônio, destrói tudo!”

171

Depoimentos como o do músico e o da enfermeira nos permitem compreender a imagem do herói transmitida ao longo de todos esses anos dentro e fora da instituição Exército. Em relatos em que se percebe um elevado grau de angústia, a enfermeira faz questão de frisar a todo o momento a participação feminina num acontecimento desse porte numa época em que as próprias relações de gênero passavam por transformações. Além disso, ela faz questão de ainda hoje vestir farda em ocasiões comemorativas como ostentação de seu valor como mulher e “heroína de guerra” - conforme ela gosta de ser adjetivada.

¹⁶⁹Ver: CERTEAU, Michel de. *A operação histórica*. In: LE GOFF, Jacques (org). **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979. p. 17-48.

¹⁷⁰ PROST, Antoine *apud* FERRAZ, Francisco César Alves. **A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da força expedicionária brasileira (1945-2000)**. 2003. Tese (Doutorado História Social) – FFLCH/USP, São Paulo, 2003

¹⁷¹ Entrevista realizada com Ari Roberto de Abreu em 24 mai 2005 na cidade de São João del Rei/ M.G

Por outro lado, o músico não se enxerga como herói e dificilmente fala sobre sua atuação na Itália, frisando sempre que ele não fora guerrear, fora apenas tocar violoncelo. Para ele, parece cristalizada a imagem do herói como aquele que está no *front* com o fuzil. Aos que tinham como função tocar para generais em formaturas de risco, ou no front para elevar o moral da tropa, ele relega papel secundário e sem importância. Ao entrevistarmos veteranos de guerra de diferentes lugares do país, como o mineiro Francisco e a carioca Elza, percebemos os discursos oficiais sendo freqüentemente reproduzidos por eles.

A FEB se constituiu de apenas uma Divisão de Infantaria, que atuava na Itália em conjunto com forças armadas compostas por 23 Divisões - o que restringia os militares brasileiros a 1/23 dos efetivos combatentes no Teatro do Mediterrâneo. Se a comparação for feita com relação ao total de forças aliadas em combate no Teatro Europeu, esse efetivo se reduz a 1/110.

Todavia, apesar da pequena relevância dos números brasileiros em presença do efetivo total, é possível encontrarmos em meio às memórias de mais destaque sobre o tema, como “A FEB segundo seu comandante”, declarações que demonstram uma tentativa de supervalorização da Força e de suas realizações na Itália. Ao comentar os resultados da atuação das tropas brasileiras, o comandante da Divisão Expedicionária, Mascarenhas de Moraes afirma:

Neste perfulgente panorama de triunfos, o desempenho da Divisão brasileira, particularmente nas missões que lhe couberam no decorrer da ofensiva da primavera, foi considerado magnífico pelos chefes militares norte-americanos. A atuação merecerá no futuro, quando for escrita a História da Campanha na Itália, um papel de incontestável relevo entre as divisões de infantaria que vergaram e destruíram o poderio militar da Alemanha.¹⁷²

A afirmação do comandante nos indica uma das principais características da memória cultuada pelos veteranos e pela instituição militar: a supervalorização de seus “feitos de guerra”. Essa valorização aparece sob várias formas, dentre as quais se destacam, respectivamente, os livros de memória construídos nos primeiros anos do pós-guerra e as formaturas militares comemorativas. Todavia, Ferraz afirma que:

Para muitos brasileiros da infantaria expedicionária, a guerra na Itália foi, na maior parte, uma guerra de patrulhas e ações localizadas com objetivos limitados. E não

¹⁷² MORAES, João Baptista Mascarenhas de. **A FEB pelo seu comandante**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 2005, p217.

podia ser diferente em razão do número reduzido de brasileiros, em todo universo de divisões e corpos de exército dos dois lados da guerra em solo italianos.¹⁷³

Numa direção oposta à contenda que discute o heroísmo ou não dos veteranos, nos conduzimos ao questionamento do fato de que, praticamente toda a produção memorialística se apóia nos acontecimentos dos campos de batalha, sobretudo de algumas ações específicas em que a Força Expedicionária teve uma atuação efetiva - como Monte Castello e Montese.

3.4 - Casos de guerra

Há três dias despedi-me de minha mulher. Abracei-a consciente de que talvez nunca mais tornasse a fazê-lo. Chegara a ordem de embarque. Já ao lusco-fusco, reuni meus comandados e com eles embarquei nos caminhões que nos levariam ao cais do porto. No trajeto, homens do povo nos acenavam e desejavam boa sorte. Atracados estavam os transportes de tropa, profusamente iluminados; não se cansavam de "engolir" filas intermináveis de homens fardados de verde-oliva, com pesados sacos de lona às costas. Uma madrugada e foram amarrar a uma bóia. Lá está a Ilha das Enxadas, onde fui tantas vezes para visitar meu irmão Guarda-Marinha. Ali, a Ilha das Cobras e, adiante, a Ilha Fiscal. Vejo-as nitidamente de bordo. Permanecemos debruçados à amurada, presos aos pensamentos mais íntimos, deslumbrados com a beleza do Rio de Janeiro. Lá vão as barcas saindo de Niterói, sempre cheias. Para surpresa de todos nós, o Gen. Meigs largou a bóia e zarpou, às 12h20min daquele ensolarado dia 22 de setembro de 1944. Pouco depois passava frente ao Forte da Lage. A guarnição formada. Por três vezes a Bandeira Brasileira foi arriada, para novamente subir ao topo do mastro, saudando os que partiam para a guerra."¹⁷⁴

Foi com profunda surpresa que comandantes e comandados de dentro do General Mann, transporte responsável pelo deslocamento do primeiro escalão da Força Expedicionária Brasileira, assistiram seu navio zarpar no dia 02 de julho de 1944 em direção a um destino desconhecido. Escortado por três navios da Armada brasileira e mais alguns do governo dos Estados Unidos, os militares a bordo enfrentavam o primeiro de muitos desafios que os aguardava: sobreviver à travessia do Atlântico. Totalmente desprovido de vigias no navio a

¹⁷³FERRAZ, Francisco César Alves. **A guerra que não acabou**: a reintegração social dos veteranos da força expedicionária brasileira (1945-2000). 2003. Tese (Doutorado História Social) – FFLCH/USP, São Paulo, 2003. p101

¹⁷⁴ Gen. Tácito Théophilo Gaspar disponível em < www.mauxhomepage.com/geraldomota/feb012.htm > acesso em 03 mar 2009

tropa tinha que se recolher ao alojamento onde ficava confinada do entardecer ao alvorecer por 12 horas. Segundo o soldado Joaquim Silveira(2000), a rotina era monótona, desconfortável e cansativa.

A tropa se alojava em macas de lona, sobrepostas e separadas umas das outras por alguns palmos, havendo poucas instalações sanitárias e de banho, situadas na popa. Esse local era o único iluminado durante o período de recolhimento de 12 horas; havia um movimento contínuo, não só de homens que procuravam os sanitários como dos que ali postavam para conversar, retardando sua volta ao local de dormir, um porão úmido e sem iluminação.

Havia uma hora extremamente desconfortável, quando todos os alojamentos tinham que ser evacuados para as equipes de serviço, composta por soldados brasileiros e tripulantes do navio, realizassem a limpeza e desinfecção.¹⁷⁵

Entre o desconforto do navio, o espaço exíguo, a comida diferente e a tensão causada pelo risco de torpedeamento, a tropa do Brasil desembarcou duas semanas depois no porto de Nápoles, onde foram recebidos com vaias e achincalhes. Confundidos com prisioneiros alemães devido à semelhança dos uniformes, por estarem praticamente desarmados e sendo resguardados pelas tropas americanas, que os auxiliavam o desembarque, a população italiana pensou se tratar de prisioneiros inimigos dando-lhes o tratamento que julgou adequado.

Ao desembarcar na Itália, a tropa passou os primeiros dias acampada sobre areias vulcânicas, numa encosta próxima a Nápoles e, nesse período, juntamente com tropas americanas e italianas, os brasileiros tiveram que aprender a dividir o espaço e exercitar a criatividade ante as diversas necessidades impostas pela situação.

Túlio Campello de Souza¹⁷⁶, convocado como 2º- tenente em setembro de 1943 nos conta que das instalações naquele acampamento fazia parte um conjunto de chuveiros, os quais apesar de numerosos não podiam atender a todos os ali alojados. Deste modo, os banhos eram racionados sendo que os brasileiros ocupavam três dias na semana e os outros dias eram reservados para os norte-americanos e italianos. Entretanto, com o verão acirrado e o local bastante empoeirado quase todos os brasileiros ansiavam por banhos diários. A habilidade imaginativa dos soldados do Brasil logo entrou em ação e num curto espaço de tempo apareceram minúsculos chuveiros feitos com latas de 2 ou 3 litros de capacidade, que eram penduradas nas árvores e possuíam um ou alguns furos na parte inferior. Um pequeno pedaço de madeira cilíndrico tampava aqueles furos impedindo ou liberando a passagem de

¹⁷⁵ SILVEIRA, Joaquim Xavier da Silveira. **A FEB por um soldado**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2000.

¹⁷⁶ CAMPELLO, Túlio. *in* ARRUDA, Demócrito, et alii, Depoimento dos Oficiais de Reserva sobre a FEB. São Paulo: s.ed., 1949. p 203

água conforme a necessidade. Para se utilizar esses chuveiros, era necessário que se vestisse calção de banho, posto que eram feitos em lugares abertos, mas diante do calor e da necessidade de banhos diários de alguns, essa era senão a única, a melhor das alternativas existentes.

Ao analisarmos grande parte dos relatos de veteranos aos quais tivemos acesso, percebemos uma ênfase comum a quase todos sobre as dificuldades de adaptação à nova situação, tanto por parte dos militares, como por parte do próprio governo que, segundo eles, demonstrava despreparo e inexperiência quanto às medidas de guerra. É possível encontrarmos nos relatos uma vasta descrição de dificuldades vivenciadas e, sobretudo, superadas pelos militares. Talvez esse seja exatamente o ponto comum dos relatos: mostrar a superação a todo o momento. Essa imagem de superação contribuiu ao longo dos anos para a construção de uma imagem e do discurso do herói de guerra, aquele que venceu o nazismo alemão e, principalmente, as próprias dificuldades¹⁷⁷. A construção de uma imagem de superação foi arquitetada desde o decorrer da guerra pelos jornais, que recebiam informações de seus correspondentes de guerra os quais buscavam compartilhar as experiências e se envolver nas situações dos brasileiros que combatiam na Itália.

A representação que constroem ou tentam construir de si mesmos nos ajuda a refletir sobre as tentativas de valorização e reconhecimento desse grupo de ex-combatentes dentro da sociedade a qual pertenciam antes da guerra e não se reconhecem mais depois dela. Se “a sociedade constrói múltiplas representações de si mesmo de acordo com seus interesses”¹⁷⁸ este grupo, em especial, enverga representações variadas que se coadunam com um mesmo objetivo: o reconhecimento.

Além das dificuldades encontradas na formação da Força Expedicionária Brasileira, diretamente relacionada com o despreparo político e militar para o envolvimento em um conflito¹⁷⁹, algumas outras de caráter militar aparecem freqüentemente nos depoimentos dos soldados infantis. Nesses relatos, eles dão visibilidade a aspectos que

¹⁷⁷ o retorno dos soldados originaram histórias tristes, engraçadas e, sobretudo, histórias de valentia e perspicácia dos soldados brasileiros. A veracidade e ou o grau de importância que cada uma delas teve para o coletivo é um aspecto impossível de se quantificar, mas o uso dessa imagem para construir a figura do herói de guerra pelos próprios combatentes é inegável. Essa imagem parece ter se solidificado de tal forma na memória coletiva comum que durante a ditadura militar o governo se apropriou desse discurso de competência e superação para se legitimar durante os primeiros anos de governo.

¹⁷⁸CHARTIER, Roger Introdução. In: **História cultural**: entre práticas e representações. Algés / Portugal: DIFEL, 2002.

¹⁷⁹ Francisco Ferraz faz em sua tese de doutorado uma demonstração precisa das diversas dificuldades de recrutamento, mobilização, e treinamento da tropa da FEB. Ver mais em FERRAZ, Francisco César Alves. **A guerra que não acabou**: a reintegração social dos veteranos da força expedicionária brasileira (1945-2000). 2003. Tese (Doutorado História Social) – FFLCH/USP, São Paulo, 2003 p.73

englobam o cotidiano militar dentro da guerra, apontando os mais diversos tipos de dificuldades encontradas durante o combate. A essas memórias subterrâneas, os instrumentos da História Oral aparecem como o principal facilitador do contato, uma vez que o cotidiano de guerra vivenciado emerge quando exploramos suas histórias menos contadas. Nesse sentido, capitão Ary relata impassivelmente algumas das misérias presenciadas pelos brasileiros na Itália, nos impelindo a certa condescendência com suas “neuroses de guerra”.

Normalmente a gente se deparava apenas com crianças e mulheres porque à proporção que o alemão era empurrado para a retaguarda, ele ia levando com sua tropa qualquer jovem de 17 anos que tivesse condição física de prestar serviço no meio deles. (...). Levavam alimentação, levavam carneiros, vacas, galinhas, eles levavam tudo. A alimentação que eles encontrassem pela frente eles iam carregando, iam carregando tudo. As forças aliadas iam empurrando eles pra trás, eles iam levando o que podiam. Então quando a gente chegou, chegava numa cidade e encontrava as mulheres e crianças, todo mundo faminto. Então muitas vezes nós, com esse espírito de caridade, dividíamos nossa alimentação com eles. A gente ficava penalizado de ver, principalmente crianças, pedindo. Nós vimos muitos horrores que a guerra provoca, e não é o horror de matar, quem morreu, morreu, eu acho que finda. Mas o sofrimento, a degradação moral, a miséria, a depravação. A guerra destrói a família, destrói o patrimônio, destrói a moral. Nós cansamos de ver senhoras, mães de meninas de 11 anos, oferecendo a filha ao soldado brasileiro para manter uma relação sexual a troco de comida, não era a troco de dinheiro, dinheiro pra eles não interessava, não tinha o que comprar. Daí a razão pela qual as vezes a gente dividia a comida com essa gente. E nós éramos recebidos com flores com festas”

O silenciamento sobre certos aspectos de sua experiência, muitas vezes encontrado em entrevistas realizadas com os veteranos, explicita os limites morais a que foram submetidos. Em seu ensaio, Benjamim questiona o silêncio de alguns sobreviventes que voltaram mudos das trincheiras, donde conclui que “aquilo que vivenciaram não podia mais ser assimilado por palavras”¹⁸⁰. Nesse diagnóstico, ele reúne reflexões sobre a memória traumática, a experiência do choque que impossibilita a linguagem cotidiana de narrar as experiências vivenciadas. Segundo o autor, o choque ou “o trauma, diz Freud na mesma época, (...) fere, separa, corta ao sujeito o acesso ao simbólico, em particular a linguagem.”¹⁸¹

Em aspectos mais sutis do cotidiano de guerra as diferenças de alimentação e clima constam como mais uma das dificuldades encontradas pelos brasileiros na Itália. Não obstante, as baixas temperaturas, às vezes 17 graus negativos, podem ser percebidas, por meio de vários relatos, como um dos maiores desafios das tropas brasileiras - oriundas de um clima tropical. Rubem Braga, enviado à guerra como correspondente do “Diário Carioca”, nos relata que, em conversa com um tenente, este afirmara que “o pior aqui, para os homens, é a chuva e

¹⁸⁰ GAGNEBIN, Jeanne Marie. Lembrar Escrever Esquecer. São Paulo: Ed. 34, 2006. p.51

¹⁸¹ Idem, ibidem. p.51

o frio. Chove dia e noite, e um *foxhole*¹⁸² não é tão confortável quanto um apartamento em Copacabana.”¹⁸³. Além disso, capitão Ary reafirma sobre a almagamação com os militares americanos:

Os americanos nos equiparam nos armaram e nos fardaram em agasalho. Lá na Itália, nós recebemos tudo dos americanos. A alimentação, até nos adaptarmos, ela não foi fácil, porque aqui no Brasil nós exageramos no açúcar e eles usam o mínimo de açúcar possível, nós exageramos no sal e eles o mínimo de sal possível. Até que nós nos acostumássemos com aquilo foi uma penúria¹⁸⁴

A guerra teve diferentes faces dependendo de onde se estava. Para aqueles que estavam no front as dificuldades eram diferentes das de quem estava à retaguarda – onde a realidade era relativamente mais amena. Ainda que as dificuldades emocionais de estar em meio a uma guerra fossem também bastante complicadas, alguns aspectos eram melhores se comparados aos de quando estavam no *front*. Na retaguarda a higiene era cuidadosamente observada e as inspeções de saúde eram ininterruptas, havia locais para banhos de chuveiro coletivos, sendo que alguns contavam inclusive com água quente em horários pré-determinados – o que representava um luxo naquela situação.¹⁸⁵

Em contrapartida, *no front*, as condições de higiene eram bem diferentes. Maximiano¹⁸⁶ nos afirma que o típico soldado de infantaria brasileiro carregava uma ferramenta para escavação de abrigos individuais ou pequenos buracos que abrigavam dois ou três homens que passavam grandes períodos ali estacionados onde se protegiam dos ataques buscando algum abrigo. Dentro dessas guaridas individuais, conhecidos como *foxhole* as condições de higiene eram, em todos os sentidos, extremamente precárias, dificuldades que foram constatadas desde o primeiro acampamento em Astroni. Nesse acampamento, muitos de nossos combatentes não se adaptaram às latrinas de campanha e preferiram se utilizar do mato para fazer suas necessidades fisiológicas. Todavia, nos postos de primeira linha, onde eles geralmente estavam expostos ao inimigo, sair de seu *foxhole* não era uma alternativa possível - tornando inviável se executar os mais básicos hábitos de higiene e limpeza pessoal.

¹⁸² Assim eram chamados pelos americanos os abrigos ou “tocas” individuais feitos pelos soldados que ficavam nas frentes de batalhas (infantes), a fim de se protegerem de possíveis ataques inimigos. Posteriormente, os pracinhas brasileiros passaram a denominar seus abrigos do mesmo modo: *foxholes*.

¹⁸³ BRAGA, Rubem. **Crônicas da Guerra na Itália**. Rio de Janeiro: 3ª ed. Record, 1996. p. 36

¹⁸⁴ Entrevista realizada com Ari Roberto de Abreu em 24 de março de 2005 na cidade de São João del Rei/ M.G

¹⁸⁵ ALMEIDA, Ademar Rivermar de. **Montese: marco glorioso de uma trajetória**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985. p.53

¹⁸⁶ MAXIMIANO, César Campiani. **Onde Estão Nossos Heróis** – Uma breve história dos brasileiros na Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Edição do Autor, 1995.

Há relatos de alguns batalhões da Força Expedicionária Brasileira terem ficado por períodos de até três meses sem banho.¹⁸⁷

Esse permanente contato com a terra, sem as condições de higiene necessárias, facilitava o surgimento de parasitas como piolhos e outros tipos de insetos que procriavam debaixo das várias camadas sujas de uniformes utilizados - imprescindíveis para suportar a intensidade do inverno. Ao mesmo tempo, para satisfação fisiológica, os soldados utilizavam-se dos invólucros cilíndricos de munição, feitos de papelão ou ainda das latas de rações de combate, que uma vez cheia de excrementos eram lançadas para fora de seus abrigos.

Além de lutar contra um inimigo real e concreto, como os soldados alemães, os combatentes da FEB tinham que vencer barreiras culturais e simbólicas. Nesse sentido, se incluem atitudes como, em determinados momentos, agir como “bicho” - ficando dias sem fazer a higiene pessoal ou fazê-las de forma extremamente precária; matar “um semelhante” ou ainda violar o descanso de mortos: atitudes reprováveis numa civilização ocidental cristã.

Maximiano analisa a existência de condições ainda mais rudes, em que os combatentes viam-se obrigados a escavarem seus abrigos ao longo ou por baixo de cemitérios, passando assim a conviver com o odor sepulcral da terra negra e malcheirosa que, vez por outra, espalhava o conteúdo de túmulos em meio aos *foxholes*. Essa era uma situação comum em combate, de tal modo que os nossos inimigos também a vivenciavam. O cabo Francisco Pedro de Resende ao relembrar os significados da batalha de Montese afirma

“Não é demais relembrar que Montese significa terreno minado, lutas sem trégua, até corpo a corpo, sangue, estilhaços, morte companheiros esquarterados por granadas dentro do *foxhole*. Mas também significa vários prisioneiros feitos por nós nas proximidades e no interior do cemitério onde, escondidos entre os defuntos, encontramos oito alemães”¹⁸⁸

A guerra é um evento humano em que os valores morais são explicitamente colocados à margem, em que os julgamentos morais e simbólicos sobre o certo e o errado são reavaliados em prol dos instintos de sobrevivência. Foram essas experiências que forneceram elementos na construção das representações que os veteranos formaram de si e do evento histórico em que estiveram direta ou indiretamente envolvidos. Compreendendo essa construção, podemos ter uma leitura do quadro social do período em que as memórias

¹⁸⁷ MOURA, Aureliano. *A luta antes da guerra. Nossa História*, Rio de Janeiro, v 2, n.15, p. 16-20, jan. 2005. O autor é general-de-divisão médico reformado e presidente do Instituto de geografia e História Militar do Brasil.

¹⁸⁸ RESENDE, Cabo Francisco Pedro. *História oral do Exército na Segunda Guerra Mundial* / Coordenação Geral de Aricildes de Moraes Motta. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército editora, 2001.T. 6

veteranas se constituíram entender as práticas comuns ao grupo, que de forma plural e contraditória foi dando significado ao mundo dos ex-combatentes.

Alistair Thomson, em seu estudo sobre as memórias de anzac, apresenta a maneira como os ex-combatentes australianos da Primeira Guerra foram compondo suas memórias tendo como referência às comemorações oficiais¹⁸⁹. O mesmo ocorre com os veteranos brasileiros que tem nas datas relativas à tomada de Monte Castello, Montese, Castelnuevo e Dia da Vitória, a oportunidade de reafirmar sua identidade veterana pela reelaboração de suas memórias de guerra. O objetivo do trabalho de Thomson é analisar as contradições existentes entre o mito nacional e as memórias individuais, ou seja, o estudo é voltado para as interações entre as memórias públicas e as privadas. Assim, ele se focaliza nas lembranças que sofrem transformações ao longo do tempo provocada tanto pelas mudanças nas comemorações públicas, quanto nas alterações do seu lugar social do agente de memória. Assim como Pollack, Thomson trabalha com a idéia de que a estabilidade da memória é gerada pela tentativa de adequação de nossas memórias individuais às públicas, uma forma de ajustamento à identidade social ou do grupo, reprimindo as memórias que ainda são dolorosas.

Nascido numa pequena cidade do interior de Minas Gerais, Francisco Pedro de Resende¹⁹⁰ teve no ano de 1939 seu primeiro contato com as Forças Armadas. Aos dezoito anos, teve o jovem que abandonar suas atividades junto à família na pequena Coronel Xavier Chaves e se deslocar para a cidade mais próxima onde houvesse uma organização militar a fim de cumprir o serviço militar obrigatório. Assim, no então 11º- Regimento de Infantaria, atual Batalhão de Infantaria de Montanha, localizado em São João Del- Rei, o jovem Francisco cumpriu o serviço militar, fez curso de cabo e, em seguida ao término de seu curso, se licenciara e voltara à vida civil.

Três anos se passaram até que em 12 de dezembro de 1942, através dos correios, o Francisco recebeu um chamado: estava convocado para ir para a guerra.

Realmente foi um choque pra mim, mas por outro lado me conscientizei que tinha que cumprir o meu dever, principalmente depois dos torpedeamentos de numerosos navios mercantes brasileiros por submarinos alemães em nosso litoral resultando a morte de quase oitocentos brasileiros só no ano de 1942. Esses acontecimentos causavam revolta. Diante de tal afronta alguma coisa precisava ser feita. Era esse sentimento que impulsionava, como a outros amigos convocados. E foi com esse

¹⁸⁹ THOMSON, Alistair. Memórias de Anzac: colocando em prática a teoria da memória popular na Austrália. In: História Oral, nº 4, junho de 2001. p. 85-101. Nesse artigo Thomson faz a conexão entre a memória individual de um ex-combatente australiano e a memória pública sobre os anzac.

¹⁹⁰ Entrevista com Francisco Pedro de Resende em 15 out 2008 na cidade de São João Del-Rei/M.G

espírito de cumprimento do dever, que sempre pautou a minha vida, que reagi ao chamamento da pátria.”¹⁹¹

São incomuns os depoimentos em que os homens que embarcaram para Itália afirmam terem ido simplesmente por não terem tido escolha. Comumente aparecem nos relatos um forte sentimento patriótico propulsor da coragem e motivador, diferentemente deste caso, onde Francisco não se apresentou espontaneamente. Esse discurso de patriotismo é algo tão arraigado as memórias veteranas que mesmo no caso de Francisco Pedro, o qual assume não ter sido voluntário para a guerra, posteriormente ele retoma em seu discurso o surgimento de uma consciência de cumprimento do dever com a pátria - “principalmente depois dos torpedamentos”. Desta forma, mesmo aqueles que tentam mostrar algumas das recordações durante muito tempo silenciadas deixam explícito o conflito de memórias, no que diz respeito à legítima ou ilegitimidade da exibição delas. Assim, ao se incluir dentro daquelas memórias socialmente bem aceitas é conferido ao veterano um status de agente histórico diferenciado, em contrapartida, ao assumir suas lembranças mais submersas ele se sente ocupando um papel marginalizado.

Talvez por isso a história da FEB seja, na maior parte das vezes, contada pelos ex-combatentes com maior visibilidade aos considerados “grandes feitos”. Nesse sentido, há episódios que sempre são lembrados por eles independente do grupo ou subgrupo ao qual pertençam. Músicos, infantas, artilheiros, enfermeiros ou até mesmo os praieiros que não estiveram na Itália, todas essas memórias coletivas oficiais se encontram nas batalhas de Montese e Monte Castelo. Mesmo aqueles que não participaram diretamente desses combates – como músicos e enfermeiras – ou que estavam do outro lado do oceano – como os ex-combatentes da força de vigilância do litoral – tratam com fluência de detalhes e passagens que aparentam constituir uma memória coletiva entre os ex-combatentes.

Possuir uma memória comum é fator essencial na formação e manutenção de grupos, independente do tamanho ou forma que esses grupos assumam. Principalmente por isso, sua memória não pode sofrer mudanças abruptas ou arbitrarias, sob o risco de desintegrar os referenciais que os uniram e ameaçar a própria manutenção da identidade do grupo. Conforme já abordamos, a dimensão da memória, que constrói limites e necessita de uma reelaboração constante, liga-se diretamente ao que Pollak chama de “trabalho de enquadramento” da memória.

¹⁹¹ RESENDE, Cabo Francisco Pedro. **História oral do Exército na Segunda Guerra Mundial** / Coordenação Geral de Aricildes de Moraes Motta. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército editora, 2001.T. 6

Chama a atenção nessas obras a abordagem excessivamente triunfalista como tentativa de avolumar a importância das tropas do Brasil para o término da Segunda Guerra Mundial. Neste sentido, buscamos compreender os motivos pelos quais a memória veterana possui a configuração atual, em que a participação em certos eventos na guerra confere maior prestígio ao soldado do que qualquer outra experiência. Analisando a heterogeneidade de valorização de memórias, podemos atingir a essência da distinção das práticas e comportamentos sociais existentes dentro da própria Força Expedicionária, relacionadas à valorização de uns em detrimento de outros.

Alistair Thomson reforça a idéia de que o processo de composição de nossas memórias, que são reconhecidas pela sociedade ou por um grupo, é feito de maneira que sejamos aceitos publicamente, adquirindo certa identidade.¹⁹² Assim, podemos compreender o porquê de grande parte dos veteranos fazer referência em seus depoimentos às batalhas de Monte Castello e Montese, mesmo sem terem efetivamente participado delas. Do mesmo modo, eles demonstram um conhecimento sobre o nazismo, os motivos da guerra, Hitler e Alemanha, os quais seguem certo padrão. Quando se questiona um veterano o porquê da guerra, ou os significados dela para ele, as respostas, mormente, seguem um modelo de discurso pronto, que se construiu e “aperfeiçoou” ao longo dos anos. Seguindo na defesa de um “compromisso com a verdade” e na intenção de transmitir uma memória sobre o Brasil na guerra, até os praças da FEB se mostram fundamentados nas suas histórias, as quais raramente demonstram alguma pessoalidade. Nesse sentido, o capitão Ari Abreu, presidente da ANVFEB, seção São João Del-Rei, impressiona pelo conhecimento e articulação dentro do assunto.

Olha, já havia uma provocação da Alemanha porque nos primeiros dias de março, se não me falha a memória, em 10- de março de 1941, um navio brasileiro “Taubaté” agora me foge a memória, não, foi com bandeira hasteada, entrando no mediterrâneo, a caminho da Alexandria na Itália, foi metralhado por um avião alemão. E já começaram aqui também, a essa altura no ano de 1942, já tinham afundado alguns... Vários navios nossos, cargueiros, de passageiros, da marinha mercante e da marinha de guerra. Indiscriminadamente. Começaram a torpedear os nossos navios, e esses torpedeamentos continuaram e isso tudo antes do Brasil declarar guerra. As informações que nós tínhamos era que o soldado alemão era muito bem instruído e realmente eram! Eles se prepararam 25 anos para essa segunda Guerra Mundial. O Hitler foi idolatrado pelo povo alemão, embora sendo austríaco, o que ele falava era a voz de Deus pra eles, cumpriam rigorosamente. Ele queria criar uma raça pura de alemães, eles chamavam arianos, os arianos eram uma raça pura, eles não admitiam de cor de jeito nenhum... A nacionalização de tudo era deles, o fascismo em si envolve isso, o nazismo em si envolve tudo isso. Quer dizer,

¹⁹²THOMSON, Alistair. *Memórias de Anzac: colocando em prática a teoria da memória popular na Austrália*. In: **História Oral**, n. 4, jun. 2001

não depender de ninguém e todo mundo depender deles, da Alemanha. E a Itália se seduziu com a Alemanha.¹⁹³

Pretendemos com isso apontar a natureza da construção da memória febiana, a qual parece ter se moldado ao longo dos anos para obter o reconhecimento da sociedade e do grupo ao qual pertencem. Para os veteranos, conhecer “os fatos” lhes imprime a sensação de serem mais bem aceitos publicamente. Do contrário, não haveria um esforço contínuo por parte da maioria do grupo em demonstrar este conhecimento. Quando um veterano nos diz “eu não tenho nada pra contar” - como no caso de alguns membros da FEB que não estiveram em combate - eles querem que compreendamos que eles não possuem esse discurso que legitima e reforça uma identidade militar combatente. Ter o que contar significa ter estado na linha de frente dos campos de batalha, ter sido ferido, ter presenciado e participado de batalhas e saber discorrer sobre esses “grandes feitos”, ou ainda ter tido algum contato com aqueles homens considerados heróis da FEB. É o domínio desse discurso que lhes confere o sentimento de legitimidade, próximo da aceitação e reconhecimento social buscado.

As figuras de principal destaque na memória febiana são alguns dos homens que lutaram diretamente nas frentes de batalha. Sob a blindagem da força, da bravura, do destemor, da astúcia e da coragem, foi construída a imagem do que seria o herói da FEB - como o Sargento Max Wolf, Tenente Iporã e os Três expedicionários desconhecidos. Paranaense de Rio Negro, o Sargento Max Wolf foi condecorado com a medalha Bronze Star, que recebeu das mãos do general Lucian Truscott, comandante do 5º- Exército dos Estados Unidos e, anteriormente à sua morte, já era conhecido pelo seu suposto destemor e coragem. Alguns veteranos dizem que, por motivos pessoais, ele tinha uma vontade mórbida de morrer. Ainda assim, eles demonstram grande admiração por essa figura que personifica o herói da FEB.

Eu não me considero herói, porque eu acho que herói foi o Max Wolf que foi lá com... bem, ele tinha um motivo particular que o conduzia a um desejo mórbido de morrer, o que não foi o meu caso. Eu fui lá com desejo **veemente** de voltar, **veemente** de voltar e estar aqui ainda podendo falar com você e transmitir essas desgraças de uma guerra.¹⁹⁴

A explicação acima partiu de um dos veteranos de maior popularidade dentro do movimento militar que pretende conservar a memória da FEB dentro e fora da cidade de São João Del-Rei. Presidente da ANVFEB - secção SJDR, Capitão Ari é reconhecido entre seus

¹⁹³ Entrevista realizada com Ari Roberto de Abreu em 24 mai 2005 na cidade de São João del Rei/MG.

¹⁹⁴ Entrevista realizada com Ari Roberto de Abreu em 24 mar 2005 na cidade de São João del Rei/MG

pares como alguém que “tem muito a contar” sobre a guerra - sobretudo pelo fato de possuir, ainda hoje, no dorso esquerdo, uma bala alojada durante a batalha de Montese.

Na memória coletiva oficial não são intitulados como agentes de memória, tampouco como heróis, o grupo de músicos que formou a banda da FEB, que musicalizavam as batalhas tendo seus instrumentos como única “ferramenta” de guerra. Também não o são os padioleiros que protegidos, única e exclusivamente pelo símbolo da cruz vermelha, entravam nos campos de batalhas para recolher os feridos. O indivíduo que possui legitimidade para agenciar a memória deve obedecer a padrões estabelecidos e se enquadrar em uma imagem desejada pelo grupo que melhor se identifique com o que desejam transmitir.

No enquadramento da memória coletiva nacional nem sempre são os historiadores profissionais os responsáveis por reforçar um tipo de memória, posto que a própria sociedade civil ou a complexidade dos grupos envolvidos podem produzir, por meio de suas práticas, silenciamentos em relação a certas experiências do passado.

No caso das recordações veteranas, encontramos dentro do próprio grupo os enquadreadores delas que coadunam a memória individual com a coletiva oficial pela escolha de um tipo de história que proporciona coesão aos participantes do grupo. A partir disso, é autorizada pelo grupo uma testemunha que desenvolverá o papel de dar um sentido coerente ao todo, silenciando experiências pessoais e contraditórias que comprometeriam a identidade e o sentido de pertencimento. Nesse sentido, ganha visibilidade a figura dos presidentes das associações como o Capitão Ari, da ANVFEB-SJDR, o Major Pessoa, da ANVFEB - Recife e o veterano Vinícius da ANVFEF - Brasília, como sendo agentes autorizados a se pronunciar pelo grupo com o compromisso de criar um vínculo entre os veteranos e a sociedade.

As figuras selecionadas como agentes de memória da FEB nos remetem às conclusões de Thomson¹⁹⁵ sobre o fato de que, nem sempre as composições da memória giram em torno da contradição entre o mito nacional e as experiências individuais, já que muitos ex-combatentes se vêm na memória que foi construída publicamente. As incongruências podem aparecer tanto entre o mito nacional e as memórias individuais quanto entre as experiências dos próprios combatentes que foram influenciadas pela forma como souberam, ou não, conter seus sentimentos proibidos que os infligem o sentimento de ilegitimidade ou desmerecimento, como no caso do músico da banda da FEB.

¹⁹⁵ THOMSON, Alistair. Memórias de Anzac: colocando em prática a teoria da memória popular na Austrália. In: **História Oral**, n. 4, jun. 2001

Rubem Braga nos conta que em 1945 um jornal noticiando a volta de soldados brasileiros de Nápoles tinha como chamada “Regressam 2300 heróis da FEB”¹⁹⁶. Todavia, ele afirma que:

Há muito poucos heróis, e vi alguns; o que mais me espanta neles é seu ar de homens comuns, e, mais do que o ar, é serem eles homens comuns. Numa hora em que outros hesitam ou se deixam tomar pelo furor das coisas, o herói resiste, e vai e repete dentro e fora de si mesmo o gesto melhor do homem comum, e insiste nesse gesto com um surdo desespero. É um gesto de fraternidade com o destino mais duro e melhor, e ele existe dentro de qualquer um; o herói representa-o numa patética teimosia, ele é o homem comum que se desdobra em um friso de minutos, horas e dias que então ficam eternos. Ele dá o lance e o agüenta para sempre.¹⁹⁷

Tendo publicado sua primeira obra “Com a FEB na Itália” no ano em que se findou a guerra, o cronista, devido ao lugar social que ocupava na sociedade, pode ser percebido como um dos responsáveis pelo ajustamento do conceito de herói. A valorização do herói segue na direção dos homens que estiveram na linha de frente usando armas de fogo, se expuseram e foram “destemidos” diante do inimigo. A figura do herói está diretamente ligada à do combatente de infantaria, com o já comentado sargento Max Wolf e, é essa conceituação a principal responsável pela submersão de algumas memórias individuais. Do mesmo modo, em 1964, foi lançado pela primeira vez o livro “Crônicas de Guerra”, em que Rubem Braga seguiu reafirmando o conceito cristalizado nas memórias veteranas do que é ser um herói. Outros atores sociais que participaram do Teatro de Operações – como músicos, padioleiros, enfermeiras e padres - possuem memórias muito difíceis de serem localizadas e mesmo utilizando os instrumentos da História Oral esses grupos persistem na valorização de lembranças emolduradas, dando as suas próprias memórias pouco ou nenhum relevo.

A grande questão quanto à memória que se cristalizou, porém é o porquê desses militares terem construído esse tipo de memória em detrimento de uma outra que contemplaria aquilo que lhes transformou as práticas sociais e familiares. A resposta para tal questão possivelmente se encontra na desvalorização sofrida pelos veteranos que foram desmobilizados ainda na Itália.¹⁹⁸

Se em sua partida, Getúlio se dirigia a eles como “um pai que se despede dos seus filhos, pois assim os considera”¹⁹⁹, após o fim da guerra a situação se modifica e, conforme

¹⁹⁶ BRAGA, Rubem. **Crônicas da Guerra na Itália**. Rio de Janeiro: 3ª- ed. Record, 1996. p.272

¹⁹⁷ Idem, *ibidem*

¹⁹⁸ Francisco Ferraz faz uma análise aprofundada em sua tese de doutorado sobre essa desmobilização e suas conseqüências sociais para os militares envolvidos. Para saber mais consultar FERRAZ, Francisco. *Op.cit*

¹⁹⁹ Trecho da mensagem de despedida de Getúlio Vargas por ocasião do embarque do 3º escalão da FEB. Rio de Janeiro, 22 de setembro de 1944. Disponível em <www.cpdoc.fgv.br/COMUM/fotos> acesso em jan 2009

afirma o veterano Francisco Pedro de Resende ao narrar as dificuldades enfrentadas após o seu retorno, o presidente não agiu como um pai que cuida de seus filhos.

O nosso ordenado era dividido em três partes: uma eu recebia na Itália, a segunda parte ia para família e a terceira e última ficava depositada para pegar no final da guerra. Pois bem, após nossa chegada no Brasil fui licenciado, mas só vim a receber a terceira parte do meu dinheiro quinze dias depois de chegar no Rio de Janeiro, e só consegui porque dei um “jeitinho brasileiro”. Mas, enquanto isso eu não tinha dinheiro pra nada, nem roupa, pois eu usava meu uniforme de campanha ainda e me proibiram de usá-lo. Foi duro, muito duro, uma falta de atenção e respeito com a gente.

Após o licenciamento foi cada um por si, ficamos sem perspectivas por dezenove anos. E eu me lembro que quando embarcamos para guerra, mais exatamente quando estávamos no navio de tropas, Getúlio Vargas nos prometeu completo amparo quando regressássemos. Muitos de meus companheiros, que representaram nosso país na Itália, morreram aqui no Brasil esquecidos, embriagados e alguns a dormir abandonados pelos bancos das praças.

As memórias sobre a FEB de maior ressonância não foram escritas necessariamente pelos ditos “abandonados”, e sim, majoritariamente pelos militares de alta patente hierárquica. Assim, a supervalorização dos feitos da FEB poderia ser compreendida como uma tentativa por parte dos antigos comandantes de mobilizar a sociedade para uma real valorização das perdas sofridas pelos militares combatentes. Ainda que esses grandes líderes militares estivessem totalmente resguardados do desprezo do governo, uma vez que eram todos militares e continuaram a sê-lo depois da guerra, as discussões que envolviam a desvalorização dos veteranos os alcançava, cobrando-lhes muitas vezes algum posicionamento. Nesse sentido, as memórias dos chefes militares indicam uma forte convicção na necessidade de hipérboles, como se para ser merecedora de atenção, a história da FEB precisasse contar com grandes feitos heróicos e triunfalistas.

Entretanto, essa hipótese se enfraquece quando percebemos que a grande maioria dos antigos líderes da FEB, militares de grande influência e poder político, até reconheciam publicamente a dimensão dos problemas de readaptação dos expedicionários, mas evitavam qualquer aparição mais contundente em que precisassem tomar partido dos antigos soldados. Francisco Ferraz(2003) exemplifica essa questão através do próprio comandante da Força Expedicionária que quando questionado sobre seu silêncio, justificava não possuir poder nem prestígio político com os governantes.”²⁰⁰

O major Mirandolino Caldas, chefe do Posto Avançado de Neuro-Psiquiatria da FEB, foi um dos principais críticos ao governo e considerava como “grave omissão do

²⁰⁰ FERRAZ, Francisco César Alves. **A guerra que não acabou**: a reintegração social dos veteranos da força expedicionária brasileira (1945-2000). 2003. Tese (Doutorado História Social) – FFLCH/USP, São Paulo, 2003

governo, argumentando que o Exército não poderia usar os cidadãos assim e depois “lavar as mãos”, como se o tributo de sangue não fosse mais que mera obrigação.²⁰¹

Entre abandonos e críticas percebemos que o reflexo da tão esperada valorização pelos ex-combatentes surgiu 22 anos depois do fim da guerra, quando foi promulgada a primeira lei que regulamentava o ART.178 da Constituição do Brasil, que dispunha sobre os ex-combatentes da 2ª Guerra Mundial.²⁰²

Art 178 - Ao ex-combatente da Força Expedicionária Brasileira, da Força Aérea Brasileira, da Marinha de Guerra e Marinha Mercante do Brasil que tenha participado efetivamente de operações bélicas na Segunda Guerra Mundial são assegurados os seguintes direitos:

- a) estabilidade, se funcionário público;
- b) aproveitamento no serviço público, sem a exigência do disposto no art. 95, § 1º;
- c) aposentadoria com proventos integrais aos vinte e cinco anos de serviço efetivo, se funcionário público da Administração centralizada ou autárquica;
- d) aposentadoria com pensão integral aos vinte e cinco anos de serviço, se contribuinte da previdência social;
- e) promoção, após interstício legal e se houver vaga;
- f) assistência médica, hospitalar e educacional, se carente de recursos.²⁰³

A valorização buscada pelos ex-combatentes não era apenas um reconhecimento histórico do seu tributo de sangue e sim uma luta pelo direito ao amparo legal e, sobretudo financeiro devido à participação na guerra. Ainda que alguns militares buscassem uma valorização configurada em reconhecimento histórico e social, a grande maioria as desejava como o intuito de suprir suas necessidades individuais básicas - como comida, moradia e emprego. Entretanto, o desconhecimento a respeito dos direitos expressos nessa lei era grande uma vez que a grande, uma vez que a maioria dos 25 mil homens que compuseram a FEB era oriunda do interior do país e, vivendo nas zonas rurais, ignoravam a existência de tais benefícios. Mesmo para aqueles que viviam em centros urbanos, as informações não eram amplamente divulgadas e as associações eram, e ainda hoje são, as principais fontes de auxílio na garantia dos direitos que possuíam os ex-combatentes.

Deste modo, é muito freqüente nas memórias dos veteranos, críticas mordazes quanto à negligência das autoridades diante da desmobilização e desamparo aos integrantes da Força Expedicionária. A cobrança desses militares se baseia principalmente nas promessas que receberam do então presidente Getúlio Vargas quando partiram para Itália.

²⁰¹.KOELLER, Kleber Figueiredo Gonçalves “O Posto Avançado de Neuro-Psiquiatria da FEB”. A atuação do Estado brasileiro através da Clínica Médico-Psiquiátrica na Força Expedicionária Brasileira(1943-1945) Monografia (Bacharel em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, 2008

²⁰² Lei de No- 5.315 de 12 de setembro de 1967. Consultada em www.leidireto.com.br

²⁰³Disponível em <www.jusbrasil.com.br/legislacao/92036/constituicao-da-republica-federativa-do-brasil-1967> acesso em 05 jun 2007.



Figura 21 - Desfile dos pracinhas da FEB antes do embarque para Itália

Fonte: Acervo de imagens pessoais de Virgínia Guimarães Carvalho sobre a Força Expedicionária Brasileira com fotografias adquiridas entre 2005/2009 no site www.mauxhomepage.com/geraldomota/feb012.htm acessado em 21 out 2008.

Aos 24 dias do mês de maio de 1944, o presidente Getúlio Vargas discursou do palanque oficial na cidade do Rio de Janeiro às tropas que há tempos se preparavam para embarcar para a guerra na Europa. Instigando os soldados a “vingar o sangue de nossos patrícios, soldados e civis, mulheres e crianças, barbaramente massacrados pelos navios piratas dos países nazistas”²⁰⁴ o presidente lhes fez promessas que ficaram por cumprir.

Ao mesmo tempo em que demonstrava por palavras sua total confiança no patriotismo daqueles homens que desfilavam junto ao palanque Vargas assegurava-lhes:

Tranqüilizai-vos quanto ao futuro. Todas as providências foram tomadas para que nada vos falte. Os vossos entes queridos – esposas, mães, noivas, filhos - aguardarão confiantes o vosso retorno e estarão amparados pelo governo. Pelo Brasil que cumpre, lealmente, o seu dever e, ao lado dos poderosos aliados, irá ganhar com o esforço e a intrepidez da sua juventude, lugar condigno na comunidade das nações civilizada.²⁰⁵

²⁰⁴ Discurso do presidente Getúlio Vargas disponível em < www.mauxhomepage.com/geraldomota/feb012.htm>

²⁰⁵ Idem, ibidem.

Apesar das promessas feitas pelo governo não foi sem luta que uma parte desses homens conseguiu a sua reinserção profissional, o cumprimento da legislação, a apropriação dos seus direitos e os seus *lugares de memória*.

Encerrada a guerra na Itália em 2 de maio, foram intensificados os preparativos para o retorno, e resolvidas suas pendências. Nos contatos travados com os comandos americanos na Itália, os brasileiros puderam certificar-se de que as intenções de seus aliados consistiam em embarcar a FEB e a FAB, depois do dia da Vitória na Europa com o máximo possível armamentos e condições militares que propiciassem uma parada militar impressionante no Rio de Janeiro. Todavia, a demonstração do “poderio” militar da tropa brasileira não se converteu em reconhecimento financeiro ou social pelo voto de sangue dado pelos militares, que em pouco tempo caíram no esquecimento do governo e da população que os recebera gloriosamente.

É possível encontrarmos entre os veteranos aqueles que neguem que os pracinhas tenham sido abandonados a própria sorte, sem assistência medica ou psicológica. Todavia, a situação dos veteranos, que se entregavam ao alcoolismo, ou dormiam pelas praças das cidades era tão grave que foi motivo de discussão no Congresso Nacional.

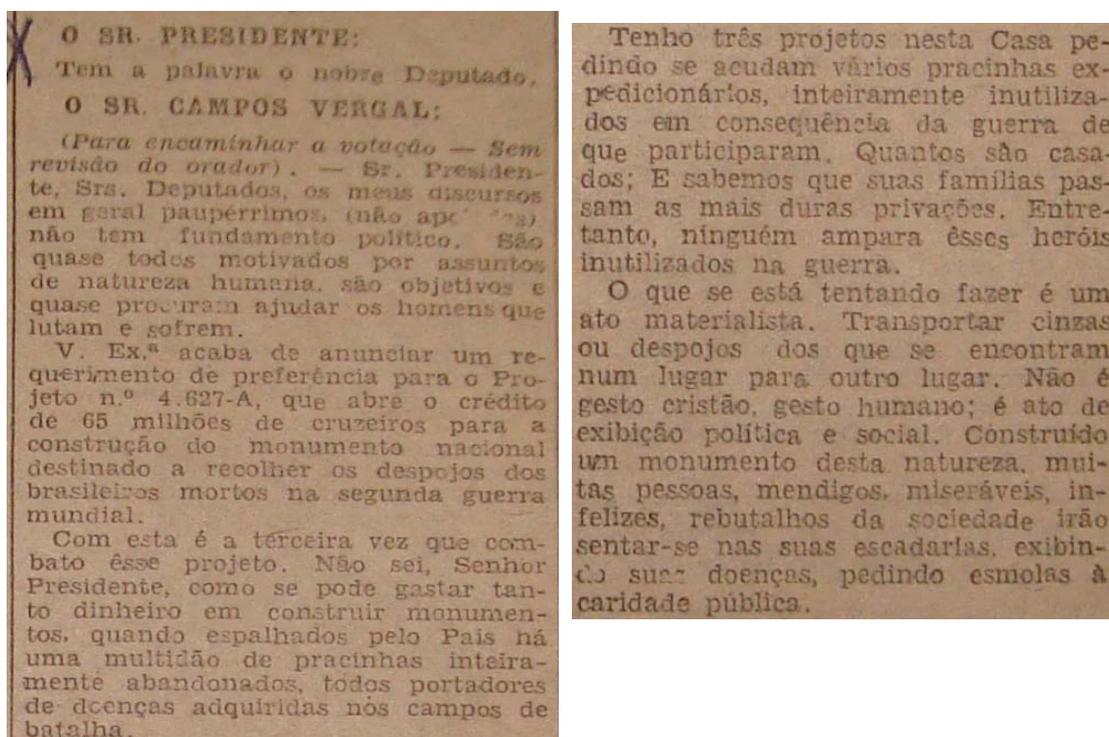


Figura 22 - Trecho do debate realizado no congresso nacional no ano de 1958 sobre a (in)coerência de se gastar ainda mais verbas do que estavam previstas para construção de um monumento em homenagem aos brasileiros mortos na Itália durante a Segunda Guerra Mundial.

Fonte: Diário do Congresso Nacional – Seção I. Ano VIII - Acervo do arquivo do Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial/RJ, 13 nov 1958.

O trecho acima traz uma parte do intenso debate ocorrido entre os deputados federais referente à liberação de mais verbas para a construção de um *lugar de memória* em homenagem aos ex-combatentes mortos na Segunda Guerra Mundial. A grande discussão no plenário se dá a respeito da viabilidade ou não de se gastar uma verba no valor de 60 milhões de cruzeiros com um monumento aos mortos na guerra, quando “havia tantos veteranos vivos no Brasil que se encontravam em estado de abandono total pelo governo.” Nesse sentido, o deputado Aurélio Viana, reconhece a importância de se ter um espaço no presente para se recordar aqueles que “deram suas vidas por um ideal”, mas considerava absurdo o aumento de 70 % da verba inicialmente estimada na construção do monumento.

Apesar das inúmeras leis e benefícios aprovados os ex-combatentes que optaram por sair do Exército passaram a viver no limiar do esquecimento por parte da sociedade e das autoridades governamentais. Sua luta pela preservação de sua dignidade enquanto cidadãos e de sua sobrevivência material foi e é efetivada por meio das associações de ex-combatentes que exigem os direitos legais do grupo e promovem celebrações, cerimônias comemorativas.

A desvalorização da sua história ocorreu em função das reservas e das tensões com que foram recebidos pela sociedade, por seus pares e pelas instituições. Nem a sociedade brasileira, tampouco os expedicionários estavam preparados para este retorno. As lideranças políticas e militares brasileiras desprezaram completamente o impacto militar e social do retorno de seus conscritos, tanto que não houve a criação de estruturas para administrar os problemas sociais e profissionais que seriam trazidos junto com os combatentes.

Segundo Ferraz(2003) apenas uma parte dos ex-combatentes conseguiu retomar, dentro do que era possível a alguém que participara de uma guerra, suas atividades profissionais e seus relacionamentos sociais anteriores à sua convocação. Entretanto, para uma outra parte, o período pós-guerra foi sucedido pelo alcoolismo, falta de dinheiro e incapacidade de se relacionar com outras pessoas. O desemprego parece ter se tornado rotina para vários grupos de veteranos, os quais eram considerados de sociabilidade “difícil”, além de frequentemente serem estereotipados como “neuróticos de guerra”. Um exemplo desse estereótipo pode ser encontrado na imprensa carioca na qual é exibida a figura de dois homens dentro de um bote, sendo que um deles insiste em tocar sua corneta, enquanto o outro o repreende dizendo: “escute aqui cabo corneteiro, quando é que você vai deixar dessa mania

de tocar a alvorada todos os dias?”²⁰⁶ Numa alusão clara à loucura, o jornal é taxativo ao insinuar que o cabo corneteiro voltara da guerra com problemas mentais a ponto de não conseguir tocar a alvorada .

Na tentativa de diminuir o problema dos veteranos da FEB um volume muito grande de leis foi sancionado por governos federais, estaduais e municipais, visando regulamentar e beneficiar aqueles que lutaram na Itália, leis que, no entanto, tinham pouca ou nenhuma ressonância.

²⁰⁶ Arquivo da Casa da FEB- Rio de Janeiro. Jornal “O Globo”

Considerações finais

No início da década de 40, alguns milhares de jovens foram recrutados para constituir a Força Expedicionária Brasileira, sendo obrigados a abandonar seus lares, famílias, amigos, escolas e empregos, para se transformarem em “defensores da liberdade” em solo europeu- ainda que internamente vivêssemos uma ditadura. Outros milhares de jovens foram convocados a cumprir treinamento militar e viveram, durante um longo período, alojados precariamente nas principais cidades litorâneas do país. E foi assim, vivendo a expectativa do combate ou a crença do desembarque inimigo em terras nacionais que se constituiu a maior parte das memórias analisadas nessa dissertação.

De tudo o que acontece na guerra as lembranças de fatos, aparentemente sem importância, pequenas coisas que fogem ao cotidiano inebriado de sofrimento, saudade, fome e mortes, se agarram a memória daqueles que vivenciaram a guerra. Essas pequenas coisas que pertenceram ao cotidiano daqueles que estiveram na guerra são na realidade, as que constituem a maior parte da memórias da guerra, diferente do que a memória oficial se esforça para manter. Os combates, em relação ao tempo total da campanha duram pouco e o que forma a quase totalidade das lembranças são as caminhadas, os amigos, as dificuldades diárias, os pequenos incidentes, a ansiedade em ver tudo terminado, as importantes, e muitas vezes complexas, tarefas de se alimentar, banhar, abrigar ou escrever cartas.

Ao analisarmos a memória oficial imediatamente nos remetemos ao conceito de memória na perspectiva de Pierre Nora, para quem a memória é aquilo que se deseja congelar o significado, como no caso de algumas batalhas executadas pela FEB que a História Militar brasileira, numa tentativa de aproximação com a européia busca mumificar. Um grande exemplo seria a batalha para tomada de Montese, a qual originou um considerável número de esculturas e quadros que seguem espalhados por todo o país. Essas obras buscam retratar o momento exato da conquista do monte pelos brasileiros, portanto, eternizá-lo diante dos olhos de quem observa. Além disso, os museus militares exibem os fardamentos, medalhas,

armamento e os mais diversos materiais utilizados durante a campanha da Itália fazendo do recinto que os guarda, ainda no conceito de Nora, um *lugar de memória*.

Os silêncios, as ausências e as omissões sobre a memória da FEB não se dão de forma inocente ou acidental. Em boa medida, tem relação com o próprio estatuto da história militar no Brasil. A expressão “história militar” designa, geralmente, o estudo da ação dos generais na condução das batalhas, das opções que foram ou deixaram de ser tomadas por aqueles que detinham poder decisório no curso dos combates. Assim, tradicionalmente, a história militar se dedica ao estudo das instituições militares, suas formas de organização, pressupostos estratégicos e ideológicos em detrimento das experiências militares realmente vivenciadas por cidadãos comuns que inesperadamente viram suas enxadas se transformarem em fuzis.

Ainda que no plano da política externa, a participação na guerra não tenha favorecido o objetivo do Brasil de se tornar um ator influente na construção da nova ordem internacional, a participação do Brasil na guerra além de ter viabilizado o reequipamento das Forças Armadas, num primeiro momento, fortaleceu o Estado novo e ampliou o poder e o prestígio de setores civis e militares da classe governante.

Nesse sentido, as instituições militares são as principais mantenedoras da memória da Força Expedicionária Brasileira, com destaque para o Exército que permanece realizando comemorações em datas “significativas” para a FEB, como a celebração do dia da Vitória (em 8 de maio), a tomada de Monte Castelo (21 de fevereiro) e a batalha de Montese (15 de abril).

Como podemos perceber, todas as comemorações oficiais se detêm às experiências vivenciadas por apenas um dos grupos formados durante a guerra, justamente por ser este o único em que se pode traçar algum paralelo com a História Militar Européia. Todavia, ao tentarmos uma aproximação dessa natureza, acabamos por desprezar as ricas e verdadeiras experiências de guerra dos soldados brasileiros, que se atrelam muito mais à sobrevivência cotidiana num quadro de guerra, ainda hoje vivo na memória da grande maioria, do que às principais batalhas vivenciadas apenas por alguns.

O embarque de apenas uma Divisão de Infantaria Expedicionária pra Europa, e não três conforme estavam inicialmente previstas, originou dois grupos distintos em suas experiências e memórias de guerra, mas que manifestam um interesse comum: a construção de uma história a respeito da participação do Brasil na Segunda Guerra mundial.

Nesse sentido, buscamos trabalhar nessa dissertação com cinco personagens que conduzem de forma bastante peculiar as suas memórias de guerra: Capitão Ari, Cabo Nascimento, soldado Odemir, Enfermeira Elza e o soldado-músico Francisco.

O primeiro deles pode ser entendido como o agente da memória oficial da Força Expedicionária Brasileira. Sempre se detendo a todos os aspectos valorizados pelo Exército, Capitão Ari demonstra gosto em assumir esse duplo papel social, de delegado de memória e de herói de guerra, concomitantemente.

O segundo, cabo Nascimento, pôde ao longo das entrevistas e acompanhamentos durante as formaturas militares ser compreendido como a mais exemplar materialização da busca por reconhecimento e valorização de suas experiências de guerra, sobretudo devido à elaboração e distribuição de um informativo contendo as suas experiências.

Em contraposição à ele, o soldado Odemir, freqüentador da Associação dos veteranos da FEB, exemplifica a supervalorização das memórias da Força Expedicionária, mesmo que em detrimento das suas próprias experiências vividas durante a vigilância do litoral. Ao optar por freqüentar a Associação dos veteranos e não a dos praieiros ele deixa claro a sua opção por aquele grupo que conta com sua total admiração e apoio.

Já a atualmente major, enfermeira Elza, traz ao nosso trabalho relatos sob uma perspectiva distinta, quebrando pelo menos duas cristalizações no que se refere à guerra. A primeira diz respeito à visão de guerra oriunda de uma mulher, uma vez que esse acontecimento, via de regra, é narrado apenas por homens. A segunda ruptura aparece quando a enfermeira nos possibilita adentrar, ainda que sutilmente, no funcionamento das relações de gênero - que não parecem se alterar muito uma vez que durante a guerra são mantidos os papéis do homem protetor e da mulher cuidadora e-maternal. Apesar disso, faltaram mais informações sobre as enfermeiras para que fizéssemos uma consistente análise do papel da mulher na guerra, deixando em aberto algumas ponderações sobre as relações profissionais, afetivas e sociais entre homens e mulheres tanto no Teatro de Operações quanto nas Associações dos ex-combatentes e veteranos de todo o Brasil.

Por último, o soldado-músico Francisco foi utilizado nesse trabalho com o intuito principal de ampliar nossos conhecimentos e, especialmente sentimentos a respeito das conseqüências emocionais e estruturais que a guerra impôs à família Carvalho e muitas outras pelo país afora. Francisco entra na nossa história como o avó frio e áspero que fora transformado pela guerra e sai dela como um homem sensível e forte que para não perder a sua capacidade de amar transferiu-a quase por completo para a música. Assim, embora o músico tenha o privilégio de estar vivo depois de tantos encontros com a morte, ainda é

possível perceber as marcas profundas de medo e contradição deixadas na sua alma pela guerra que ele tentou suavizar com as cordas do seu violoncelo.

CRONOLOGIA DA PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

1939

- 3 de setembro: No Rio de Janeiro, o Governo brasileiro declara sua neutralidade em relação ao conflito.

1940

- 11 de junho: O Brasil, neutro, encarrega-se dos interesses italianos na Grã-Bretanha e colônias.
- 11 de outubro: Os britânicos apreendem no porto de Gibraltar o navio mercante brasileiro Siqueira Campos, sob o pretexto de ter a bordo, não coberto por certificado de navegação, mercadorias de procedência alemã.
- 27 de novembro: Autoridades navais britânicas retiram de bordo do navio mercante brasileiro Buarque, alegando tratar-se de contrabando de guerra, 38 caixas e 32 fardos.
- 1 de dezembro: Navio mercante britânico armado (cruzador auxiliar) detém o navio mercante brasileiro Itapé e retira de bordo 22 passageiros de nacionalidade alemã.
- 3 de dezembro: O Governo brasileiro protesta contra o episódio do Itapé.
- 7 de dezembro: O Governo brasileiro protesta junto ao Governo britânico contra a apreensão do Buarque.
- 30 de dezembro: O Governo britânico libera o Buarque, pondo fim satisfatoriamente ao incidente.

1941

- 18 de janeiro: O navio mercante francês Mendoza é capturado em águas da zona de segurança, em frente ao litoral brasileiro, por um cruzador auxiliar britânico.
- 20 de janeiro: As aviações da Marinha e do Exército são reunidas em um comando único, a nascente Força Aérea Brasileira (FAB), sob a égide do recém-criado Ministério da Aeronáutica.
- 22 de janeiro: Protesto do Governo brasileiro contra a apreensão do Mendoza.
- 11 de março: O Presidente Roosevelt, dos Estados Unidos, aprova o Lend-Lease Act (Lei de Empréstimos e Arrendamento), instrumento pelo qual os Estados Unidos poderão fornecer ajuda econômica e Material aos países em guerra com a Alemanha.
- 22 de março: O navio mercante brasileiro **Taubaté** é atacado por um avião alemão *Luftwaffe* no Mediterrâneo.^[1] O Brasil tem seu primeiro morto na guerra, o conferente do navio José Francisco Fraga. Outros 13 tripulantes ficam feridos.
- 13 de junho: Um submarino alemão pára, a tiros de canhão, o navio mercante brasileiro Siqueira Campos, e só o libera após vistoriá-lo e fotografar documentos de bordo.
- 15 de junho: A Força Tarefa 3 (comandada pelo Contra-Almirante Jonas H. Ingram) começa a patrulhar as operações dos portos de Recife e Salvador; a Força consiste de quatro cruzadores leves classe Omaha e cinco destróieres.
- 18 de agosto: O Presidente Roosevelt anuncia que os EUA estão transportando aviões de combate para o Norte da África via Brasil e África.

- 24 de novembro: O Governo norte-americano anuncia a ocupação da Guiana Holandesa, acordo com a Holanda e o Brasil.
- 10 de dezembro: Catalinas (Esq. VP-52) suportados pelos tânders USS Greene (AVD-13) e USS Thrush (AVP-3), começam as patrulhas anti-submarino no Atlântico Sul, desde Natal (RN), inaugurando assim as operações em águas brasileiras.

1942

- 7 de janeiro: O Brasil rompe relações diplomáticas com os países do Eixo.
- 15 de janeiro: A Terceira Reunião de Consulta dos Chanceleres das Repúblicas Americanas acontece no Rio de Janeiro, para assegurar uma resolução unânime e garantida de que as Repúblicas Americanas romperiam relações com as potências do Eixo.
- 28 de janeiro: O Governo Brasileiro atende a resolução nº 15 da Segunda Reunião de Consulta dos Chanceleres das Repúblicas Americanas e rompe relações diplomáticas com os países do Eixo.
- 16 de fevereiro: O navio mercante brasileiro **Buarque** é torpedeado e afundado por um submarino alemão *U-432* nas proximidades de Norfolk, nos Estados Unidos. Um passageiro morre.^{[1][2]}
- 18 de fevereiro: O navio a vapor **Olinda** é torpedeado e afundado por um submarino alemão *U-432* ao largo da costa do Estado de Virgínia, nos Estados Unidos.^{[1][2]}
- 25 de fevereiro: Torpedeado o navio **Cabedello** por um submarino italiano *Torelli* na costa dos Estados Unidos.^{[1][2]}
- 7 de março: O navio mercante brasileiro **Arabutan** é torpedeado e afundado por um submarino alemão *U-155* ao largo da costa da Carolina do Norte, nos Estados Unidos. O enfermeiro de bordo morre.^[1]
- 8 de março: Torpedeado o navio de passageiros **Cayrú** por um submarino alemão *U-94* no largo de Nova Iorque.^[1]
- 7 de abril: A primeira divisão da VP-83 chega a Natal (RN).
- 11 de abril: A primeira divisão da VP-83 inicia suas atividades de busca e patrulha.
- 15 de abril: Instalado um destacamento do exército em Fernando de Noronha.
- Abril: São descobertos no Rio de Janeiro centrais de rádio. Elas estavam equipadas com modernos equipamentos alemães, e tinham a função de reportar o que estava acontecendo, bem como as posições dos navios em rota de abastecimento para o Norte da África.
- 1 de maio: Torpedeado o navio **Parnahyba** por um submarino alemão *U-162* no largo de Trinidad.^[1]
- 18 de maio: Torpedeado o navio **Comandante Lyra** por um submarino italiano *Barbarigo* no largo de Natal.^[1]
- 22 de maio: Um B-25 Mitchell operando na Base Aérea de Fortaleza estava em patrulha próximo à costa onde o navio Com. Lira havia sido torpedeado dias antes pelo submarino Barbarigo. Às 14:00, a tripulação do B-25 comandado pelos Capitães Parreiras Horta e Oswaldo Pamplona encontrou um submarino na tona, que imediatamente começou a atirar no B-25 com metralhadoras. Como o Brasil era neutro, as regras de combate só poderiam ser usadas se o inimigo atacasse primeiro. A tripulação do B-25 lançou cargas de profundidade que caíram próximo ao U-Boot, mas não o danificaram.
- 24 de maio: Torpedeado e afundado o navio mercante brasileiro **Gonçalves Dias** por um submarino alemão *U-502*, ao sul do Haiti, no Mar das Caraíbas.^[1] Seis tripulantes morrem.

- 1 de junho: O navio brasileiro **Alegrete** é torpedeado por um submarino alemão *U-513* e afunda entre as ilhas de Santa Lúcia e São Vicente.^[1]
- 26 de junho: O navio mercante brasileiro **Pedrinhas** é torpedeado pelo um submarino alemão *U-203* na costa de Porto Rico.^[1]
- 26 de junho: O navio mercante brasileiro **Tamandaré** é torpedeado por um submarino alemão *U-66* e afunda.^[1] Quatro tripulantes morrem.
- 28 de junho: Os navios brasileiros **Barbacena** e **Piave** são torpedeados por um mesmo submarino alemão *U-155* e afundam próximo a Port of Spain, provocando dezoito mortos.^[1]
- 15 de agosto: Se dá início uma ofensiva naval do Eixo na costa brasileira. Torpedeados os navios brasileiros **Baependy** e **Araraquara** por um submarino alemão *U-507*, a apenas 20 milhas da costa de Sergipe.^[1]
- 16 de agosto: Torpedeado o navio brasileiro **Annibal Benévolo** por um submarino alemão *U-507* a 7 milhas da costa brasileira.^[1]
- 17 de agosto: Torpedeados os navios brasileiros **Itagiba** e **Arará** por um submarino alemão *U-507*, na costa de Sergipe.^[1]
- 19 de agosto: Torpedeado o navio brasileiro **Jacira** por um submarino alemão *U-507* no norte de Ilhéus, Bahia.^[1]
- 22 de agosto: Após os seguidos ataques de submarinos alemães e italianos aos navios brasileiros, o Brasil declara guerra à Alemanha Nazi e à Itália.
- 24 de agosto: A rádio Berlim transmite para o Brasil, negando o estado de guerra entre os dois países.
- 26 de agosto: Avião da Força Aérea Brasileira ataca e danifica um U-Boot próximo da cidade de Araranguá, no estado de Santa Catarina.
- 28 de agosto: Avião da Força Aérea Brasileira ataca um U-Boot próximo a cidade de Iguape no estado de São Paulo, não causando danos ao mesmo.
- 31 de agosto: O governo brasileiro declara o estado de guerra para todo o Brasil.
- 27 de setembro: Torpedeados os navios brasileiros **Ozório** e **Lages** por um mesmo submarino alemão *U-514*.^[1]
- 29 de setembro: Torpedeado o navio brasileiro **Antonico** por um submarino alemão *U-516* na costa da Guiana Francesa.^[1]
- 3 de novembro: Torpedeado o navio brasileiro **Porto Alegre** por um submarino alemão *U-504* no largo de Port Elizabeth, África do Sul.^[1]
- 22 de novembro: Torpedeado o navio brasileiro **Apalóide** por um submarino alemão *U-163*.^[1]

1943

- 9 de janeiro: O Brasil declara sua adesão à Organização das Nações Unidas e à Carta do Atlântico.
- 16 de janeiro: A Ala Aérea 16 dos EUA foi designada para operar nas bases brasileiras.
- 29 de janeiro: Os presidentes Getúlio Vargas e Roosevelt reúnem-se em Natal para efetivarem a participação do Brasil na guerra através de uma Força Expedicionária.
- 9 de fevereiro: Preso na cidade do Rio de Janeiro um dos chefes da espionagem nazista no Brasil, Albrecht Gustav Engels.
- 14 de fevereiro: A tripulação de Walter Newmayer de Recife (PE) atacou um U-Boat e provavelmente o danificou levemente.
- 18 de fevereiro: Torpedeado o navio **Brasilóide** por um submarino alemão *U-518* próximo ao farol de Garcia d'Avila, na costa da Bahia.^[1]

- 19 de fevereiro: A tripulação de Aquino atacou um submarino mas não houve registro de danos.
- 2 de março: Torpedeado o navio de passageiros **Affonso Pena** por um submarino italiano *Barbarigo* no litoral da Bahia, próximo aos Abrolhos.^[1] Morrem 33 tripulantes e 92 passageiros.
- 11 de março: O Chefe da Missão Naval Americana, Contra-Almirante Beauregard, envia ao Ministro da Aeronáutica, Salgado Filho, memorando sobre a participação da FAB na guerra.
- 15 de março: Getúlio Vargas, presidente da República, aprova o envio de tropas brasileiras para combater na Europa. Começa a nascer a Força Expedicionária Brasileira.
- 17 de março: O navio caça-submarino brasileiro **Jaguaribe**, em serviço de comboio, ataca e afunda um submarino alemão.
- 26 de março: É estabelecida a Base de Operação Naval em Belém (PA).
- 27 de março: São estabelecidas a Base Aérea Naval de Natal (RN) e as Bases de Operação Naval de Vitória (ES), Florianópolis (SC), Fortaleza (CE), Maceió (AL), Recife (PE), Rio Grande (RS), Santos (SP) e São Luiz (MA).
- 31 de março: Manchete do jornal The New York Times informa decisão do Brasil de enviar tropas para a Europa.
- 30 de junho: Torpedeado o navio brasileiro **Tutóia** por um submarino alemão *U-513* ao norte da costa de Iguape, no estado de São Paulo, causando a morte de 7 tripulantes.^{[1][2]}
- 4 de julho: Torpedeado o navio brasileiro **Pelotaslóide** por um submarino alemão *U-590* na costa norte da Bahia.^[1]
- 1 de agosto: Torpedeado o navio **Bagé** por um submarino alemão *U-185* ao largo da costa de Sergipe.^[1] Salvam-se 87 dos 107 tripulantes e 19 dos 27 passageiros.
- 26 de setembro: Torpedeado o navio brasileiro **Itapagé**, da Companhia Nacional de Navegação Costeira, por um submarino alemão *U-161* próximo à costa de Alagoas, em pleno dia.^[1] Deixa 18 mortos e desaparecidos entre os 70 tripulantes e 4 passageiros desaparecidos entre 36.
- 23 de outubro: Torpedeado o navio brasileiro **Campos** por um submarino alemão *U-170* ao sul do arquipélago de Alcatrazes, próximo à cidade de Santos, no estado de São Paulo.^[1] Morrem 10 tripulantes e 2 passageiros.
- 19 de dezembro: A missão de vanguarda de oficiais brasileiros chega a Nápoles, na Itália.

1944

- 1 de fevereiro: O General Osvaldo Cordeiro de Farias assume o comando da Artilharia Divisionária.
- 16 de fevereiro: The New York Times anuncia o afundamento de 18 submarinos do Eixo, em águas brasileiras, por forças aeronavais brasileiras e norte-americanas.
- 25 de fevereiro: Troca de prisioneiros brasileiros, entre os quais o Embaixador na França, Sousa Dantas, internados no campo de concentração de Godensberg, na Alemanha, por prisioneiros alemães no Brasil, tendo agido como intermediários os Embaixadores da Espanha e Portugal.
- 9 de março: É estabelecida a Base Aérea Naval (dirigíveis) de Santa Cruz (RJ).
- 13 de março: Segue para os Estados Unidos mais um grupo de aviadores brasileiros para estágio de treinamento. Aprovados pelo Presidente da República os Decretos-Lei

nº 6.224 e 6.225, de 24 de janeiro, que instituíram o imposto sobre lucros extraordinários e a junta de ajuste desses lucros.

- 2 de julho: Parte do Rio de Janeiro o 1º Escalão da FEB.
- 16 de julho: Chega à Nápoles o 1º Escalão.
- 19 de julho: Torpedeado o navio brasileiro **Vital de Oliveira** por um submarino alemão *U-861* na altura do farol de São Tomé.^[1]
- 16 de setembro: Entrada em Combate da FEB.

1945

- 8 de fevereiro: Reunião do IV Corpo de Exército em Lucca para a exposição do Plano Encore e apresentação à FEB da 10ª Divisão de Montanha norte-americana. O 5º Escalão da FEB parte do Rio de Janeiro a bordo do General Meiggs. Eram 5 mil 128 homens, sendo 247 oficiais, 4 mil 835 praças e 46 diversos.
- 20 de fevereiro: Os aviões da FAB arrasam a resistência alemã em Mazzancana.
- 21 de fevereiro: A FEB conquista o Monte Castelo. (quinto ataque).
- 22 de fevereiro: Chega a Nápoles o 5º Escalão da FEB.
- 5 de março: A FEB toma Castelnuovo.
- 30 de março: O Brasil estabelece relações diplomáticas com a União Soviética.
- 14 de abril: A FEB toma Montese.
- 21 de abril: A FEB conquista Zocca e Monalto.
- 25 de abril: Início da Conferência de São Francisco, com a presença de 50 países. O Embaixador Leão Veloso é o chefe da delegação brasileira.
- 28 de abril: A FEB ocupa Collecchio.
- 29 de abril: Os parlamentares da 148ª D.I. Alemã se apresentam ao Comando da FEB, em Ponte Scodogna. Durante todo o dia prosseguiu a rendição da tropa, acompanhada de copioso material bélico. O Brasil fez 14 mil 779 prisioneiros, além de 4 mil cavalos, mais de 1 mil 500 viaturas, 80 canhões de diversos calibres, grande quantidade de munição etc.
- 1 de maio: A FEB ocupa Turim.
- 30 de maio: O 1º RI desfila em Piacenza, sob o comando do Coronel Caiado de Castro.
- 4 de junho: O cruzador Bahia afunda em consequência de uma explosão a bordo.
- 6 de junho: Aprovado o preâmbulo da Carta de São Francisco. O Brasil declara guerra ao Japão.
- 6 de julho: O 1º Escalão da FEB parte de Nápoles para o Brasil.
- 11 de julho: O General Mascarenhas de Moraes chega ao Rio de Janeiro.
- 16 de julho: Os Generais Mark Clark e Crittenger chegam ao Rio de Janeiro.
- 18 de julho: O 1º Escalão da FEB desembarca no Rio de Janeiro.

1946

- 1 de janeiro: A Força Expedicionária Brasileira (FEB) é extinta.

Referencias

- AGRESSÃO**: documentário dos fatos que levaram o Brasil à guerra. RJ, Imprensa Nacional, 1943
- ALBERTI, Venera . **Manual de História Oral**.
- ALMEIDA, Cel. Adhemar Rivermar de. **Montese: Marco Glorioso de uma trajetória**.1^a- Ed., BIBLIX, 1985
- ALMEIDA, Ademar Rivermar de. **Montese: marco glorioso de uma trajetória**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985.
- AMADO, J.; FERREIRA, M. de M. (Orgs.) **Usos e abusos da história oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- ARANHA, Oswaldo Gudolle. Depoimento *in* **História oral do Exército na Segunda Guerra Mundial** / Coordenação Geral de Aricildes de Moraes Motta. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército editora, 2001. T. 6.
- ARRUDA, Demócrito, **Depoimento de Oficiais de Reserva sobre a FEB**. São Paulo: 2^a-.ed., 1949.
- BACK, Sílvio. Rádio Auri Verde: a FEB na Itália. Documentário. Rio de Janeiro: Embrafilme, 35mm, Preto-e-Branco, 70 min., 1991.
- BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas, vol. 1**. 7 edição.São Paulo:Brasiliense, 1994
- BONALUME NETO, Ricardo. **A nossa Segunda Guerra: os brasileiros em combate, 1942-1945**.Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1995.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade. Lembranças de velhos**. 7ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BRAGA, Rubem. **Crônicas da Guerra na Itália**. Rio de Janeiro: 3^a- ed. Record, 1996.
- BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2005.
- CABRAL, F. **Um Batalhão no Monte Castelo**. São Paulo, 1982. Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo
- CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem / Teatro de sombras: a política imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- _____. **Os Bestializados**. O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

- _____. **Cidadania no Brasil: o longo caminho.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- _____. *Forças Armadas e política, 1930-1945.* In: A Revolução de 30: Seminário Internacional. Brasília: Ed. da UnB, 1980.
- CERTEAU, Michel de - **A Escrita da História.** Trad. Maria de Lourdes Menezes, 2 ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000,
- CORVISIER, André. **A guerra: ensaios históricos.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1999.
- CHARTIER, Roger. **História cultural: entre práticas e representações.** Algés / Portugal: DIFEL, 2002.
- _____. **Leituras e Leitores na França do Antigo Regime.** 1ª Edição: Unesp, 2004. Páginas 45 à 89
- CORDEIRO, Philonila Maria Nogueira. **ASCENSÃO DAS IDÉIAS NAZISTAS EM PERNAMBUCO: A QUINTA COLUNA EM AÇÃO (1937-1945).** UFPE. Recife, 2005. (Dissertação de Mestrado)
- CYTRYNOWICZ, Roney. **Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial.** São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo/Geração Editorial, 2000.
- FARIAS, Osvaldo Cordeiro de. **Meio século de combate. Diálogo com Cordeiro de Farias,** Aspásia Camargo, Walder de Goes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981
- FERRAZ, Francisco César Alves. **A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da força expedicionária brasileira (1945-2000).** 2003. Tese (Doutorado História Social) – FFLCH/USP, São Paulo, 2003
- FERRAZ, Francisco César Alves. **OS BRASILEIROS E A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL.** Rio de Janeiro: Jorge Zaar Ed, 2005
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: História da violência nas prisões.** Petrópolis: Vozes, 1977.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. Lembrar Escrever Esquecer. São Paulo: Ed. 34, 2006. p.51
- GINZBURG, Carlos. **Relação de forças. História, retórica, provas.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- _____. **Mitos, Emblemas e Sinais. Morfologia e história.** Trad. Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

- GOMES, Edvânia Tôres Aguiar. **Um passeio temático pela cidade do Recife: O processo de revitalização, êxitos e fracassos.** Memórias, Año 3, Nº 6. Uninorte. Barranquilla. Colombia. Noviembre, 2006.
- GONÇALVES, Andréia Lisly. **História e gênero.** Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 154 p.
- GUARINELLO, Norberto Luiz. **Memória coletiva e história científica.** Revista Brasileira de História. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, vol. 15, Nº 28, 1995.
- GUILLEN, Isabel Cristina Martins. **ERRANTES DA SELVA: História da migração nordestina para a Amazônia.** Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006. P108
- GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **Cidades da mineração: memória e práticas culturais: Mato Grosso na primeira metade do século XX.** Cuiabá, MT: Carlini&Caniano; Ed. UFMT, 2006
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990.
- JUBÉ, José Tancredo Ramos *in* **História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial/** coordenação Geral
- KOELLER, Kleber Figueiredo Gonçalves **O Posto Avançado de Neuro-Psiquiatria da FEB.** A atuação do Estado brasileiro através da Clínica Médico-Psiquiátrica na Força Expedicionária Brasileira(1943-1945) Monografia (Bacharel em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, 2008
- LE GOFF, Jacques(org). **História: novos problemas.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.
- LINS, M de L. F. **A Força Expedicionária Brasileira: uma tentativa de interpretação.** São Paulo, 1972. Dissertação (Mestrado em História) Universidade de São Paulo. (publicada em 1975 pela Editora Unidas de São Paulo);
- MAXIMIANO, César Campiani. **Onde Estão Nossos Heróis – Uma breve história dos brasileiros na Segunda Guerra Mundial.** São Paulo: Edição do Autor, 1995.
- MCCANN, Frank D. **A nação armada: ensaios sobre a história do Exército brasileiro.** Recife: Guararapes, 1982.
- _____ **Aliança Brasil-Estados Unidos (1937-1945).** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército., 1995.
- MEDEIROS, Elza Cansação *In* **História oral do Exército na Segunda Guerra Mundial /** Coordenação Geral de Aricildes de Moraes Motta. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército editora, 2001
- MERON, Luciano B. **Notícias do Front: Correspondentes de guerra brasileiros na II Guerra Mundial.** Anais do III Encontro de Cultura & Memória – História: Cultura e sentimento. Recife-Pernambuco. CD-ROM

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História Oral e Memória: A Cultura Popular Revisitada**. São Paulo: Contexto, 2003.

_____ Os fragmentos da memória na construção de narrativas históricas. In: CONGRESSO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL, HISTÓRIA E TRADIÇÃO ORAL, 7, 2004, Goiânia. **Anais...** Goiânia, 2004. v. 1.

_____ Rachar as palavras: ou uma história a contrapelo. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 32, n. 1, p. 37-62, jun. 2006.

MORAES, J. B. Mascarenhas de. **A FEB pelo seu comandante**. Rio de Janeiro: Imprensa no Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias, 1960, 2ª edição

MOTTA, Jehovah. **Formação do Oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar**, 1810-1944. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército ed., 1998.

MOURA, Aureliano. *A luta antes da guerra*. **Nossa História**, Rio de Janeiro, v 2, n.15, p. 16-20, jan. 2005. O autor é general-de-divisão médico reformado e presidente do Instituto de geografia e História Militar do Brasil.

MOURA, Gerson **Sucessos e Ilusões: relações do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial**.

_____ **Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

_____ **TIO SAM CHEGA AO BRASIL**. Rio de Janeiro: Editora brasiliense, 1985.

MORAES, Marieta de (orgs.). **Usos & Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

MUSSALÉM, Josué. **II Guerra Mundial: Sessenta anos depois**. Comunigraf Editora, 2005. p. 82

NETO, Ricardo B. **A Nossa Guerra: os Brasileiros em combate 1942-1945**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1995.

NEVES, L. F. da S. **A Força Expedicionária Brasileira: uma perspectiva histórica**. Rio de Janeiro, 1992. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Rio de Janeiro;

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História. São Paulo:

NOVAES, Adauto (org). **A crise do Estado Nação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.409

OLIVEIRA, Denisson de. **Os soldados brasileiros de Hitler**. Curitiba: Juruá, 2008.

- PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- PINSKY, Carla Bassanezi (organizadora), **Fontes Históricas**, 2. ed. São Paulo:Contexto, 2006.
- POLLACK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.
- REZENDE, Antônio Paulo. **O Recife: histórias de uma cidade**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2002.
- RIBEIRO, P. da S. **As batalhas da memória: uma história da memória dos ex-combatentes brasileiros**. Niterói, 1999. Dissertação (Mestrado em História): Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense.
- ROUSSO, Henry. **A memória não é mais o que era**. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, SALUM, A. O. **Zé Carioca vai à Guerra**. São Paulo, 1996. Dissertação (Mestrado em História) Pontifícia Universidade Católica;
- SANDER, Roberto. **O Brasil na Mira de Hitler: a história do afundamento de navios brasileiros pelos nazistas**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007
- SCHNAIDERMAN, Boris. **Guerra em surdina: histórias do Brasil na segunda Guerra Mundial**. 3ed., São Paulo: Brasiliense, 1995, p.11,22,89.
- SILVEIRA, Joaquim Xavier da. **A FEB por um soldado**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 2001.
- SILVEIRA, Joel; MITKE, Thassilo (orgs.). **A Luta dos Pracinhas. A FEB 50 anos depois – uma visão crítica**. 3ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Record, 1993.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **Memórias de um Soldado**. Civilização brasileira: Rio de Janeiro: 1967, p200.
- THOMSON, Alistair. **Memórias de Anzac: colocando em prática a teoria da memória popular na Austrália**. In: História Oral, nº 4, junho de 2001.
- WAACK, William. **As Duas Faces da Glória: a FEB vista pelos seus aliados e inimigos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

Memórias Impressas

- ALMEIDA, Ademar Rivermar de. Montese: marco glorioso de uma trajetória. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985. 380

ARRUDA, Demócrito, et alii, Depoimento dos Oficiais de Reserva sobre a FEB. São Paulo: s.ed., 1949.

ANDRADE, Carlos Drummond de. O observador no escritório. Rio de Janeiro: Record, 1985.

CALDAS, Mirandolino. O Posto Avançado de Neuro Psiquiatria da FEB. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1950.

CASTELO BRANCO, Manuel Thomaz. O Brasil na II Grande Guerra. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1960.

COSTA, Octávio. Cinquenta anos depois da volta. Rio de Janeiro: Ed. Expressão e Cultura, 1995 381

FARIAS, Osvaldo Cordeiro de. Meio século de combate. Diálogo com Cordeiro de Farias, Aspásia Camargo, Walder de Goes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

FAUSTO, Boris. Lembranças da guerra na periferia. Revista USP. São Paulo, Nº 26, junhoagosto, 1995.

LIMA BRAYNER, Mal. Floriano de Lima. A verdade sobre a FEB (memórias de um chefe de Estado-Maior na Itália). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

MASCARENHAS DE MORAES, João Batista. A FEB pelo seu Comandante. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1947

_____. Memórias. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984, 2 vols.

MEIRA MATTOS, Carlos de. O Marechal Mascarenhas de Moraes e sua época. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1983, 2 vols.

SCHNAIDERMAN, Boris. Guerra em surdina: histórias do Brasil na Segunda Guerra Mundial. 3ed., São Paulo: Brasiliense, 1995.

SILVEIRA, Joaquim Xavier da. A FEB por um soldado. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

SILVEIRA, Joel; MITKE, Thassilo (orgs.). A Luta dos Pracinhas. A FEB 50 anos depois – uma visão crítica. 3ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Record, 1993.

SOARES, Leonércio. Verdades e Vergonhas da Força Expedicionária Brasileira. Curitiba, Ed. do autor, 1985.

SODRÉ, Nelson Werneck. Memórias de um soldado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

Jornais

FOLHA DA MANHÃ - ARQUIVO PÚBLICO JORDÃO EMERENCIANO (APEJE-PE).

7 de maio de 1944 S.l., s.n.
15 de junho 1944 S.l., s.n.
24 de junho 1942 S.l., s.n.
25 de junho 1942 S.l., s.n.
26 de junho 1942 S.l., s.n.
27 de junho 1942 S.l., s.n.
28 de junho 1942 S.l., s.n.
29 de junho 1942 S.l., s.n.
30 de junho 1942 S.l., s.n.
16 de agosto de 1944 S.l., s.n.
19 de agosto 1942 S.l., s.n.

JORNAL DO COMÉRCIO - ARQUIVO PÚBLICO JORDÃO EMERENCIANO (APEJE-PE).

24 de junho 1942 S.l., s.n.
25 de junho 1942 S.l., s.n.
26 de junho 1942 S.l., s.n.
27 de junho 1942 S.l., s.n.
28 de junho 1942 S.l., s.n.
29 de junho 1942 S.l., s.n.
09 de fevereiro 1943. S.l., s.n.

O GLOBO – CASA DA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA (FEB-RJ)

24 de março de 1941

Fontes documentais

Orais

Abreu, Ary Roberto de. (Cap.Ary) – entrevista concedida no dia 12 de março de 2008. Local: Associação Nacional dos Veteranos da FEB/ Seção Regional de São João Del-Rei. Duração total/aproximada: 104 minutos. Arquivo Digital pessoal de Virgínia Mercês Guimarães Carvalho.

Carvalho, Francisco de Assis Carvalho. (Sr. Juju) – entrevista concedida em 24 de março de 2008. Local: Residência do Sr. Francisco na cidade de São João Del-Rei. Duração total /aproximada: 69 minutos. Arquivo Digital pessoal de Virgínia Mercês Guimarães Carvalho.

Passos, Alberídes de Lima. – entrevista concedida em 21 de novembro de 2007. Local: Associação Nacional dos Veteranos da FEB/ Seção Regional de Recife. Duração total /aproximada: 25 minutos. Arquivo Digital pessoal de Virgínia Mercês Guimarães Carvalho.

Pessoa, Alberto – entrevista concedida em 11 de junho de 2008. Local: Associação Nacional dos Veteranos da FEB/ Seção Regional de Recife. Duração total /aproximada: 45 minutos. Arquivo Digital pessoal de Virgínia Mercês Guimarães Carvalho.

Resende, Francisco Pedro de. – entrevista concedida em 15 de outubro de 2008. Local: Associação Nacional dos Veteranos da FEB/ Seção Regional de São João Del-Rei. Duração total /aproximada: 40 minutos. Arquivo Digital pessoal de Virgínia Mercês Guimarães Carvalho.

Ribeiro, José. – entrevistas concedidas em 21 e 28 de novembro de 2007. Local: Associação Nacional dos Veteranos da FEB/ Seção Regional de Recife. Duração total /aproximada: 50 e 35 minutos respectivamente. Arquivo Digital pessoal de Virgínia Mercês Guimarães Carvalho.

Documentos escritos em arquivos públicos

1- Arquivo Histórico do Exército- Rio de Janeiro-RJ

Força Expedicionária Brasileira - Relatório Secreto. Volumes I, II e III – 1943-1945. Arquivo Histórico de Exército - AHEx. 1ª D.I.E. – Relatórios. Relatório sumário das atividades do Serviço de Saúde da 1ª DIE, desde o desembarque na Itália do Escalão Avançado até a cessação das hostilidades – AHEx. Livro 151.

Documentos recebidos da 1ª Seção da FEB – AHEX, Pasta 27, Caixa 25
Estudos e impressões sobre o inimigo - Arquivos da 2ª Seção – AHEX, Caixa 25
Documentos recebidos da 1ª Seção da FEB – AHEX, Pasta 28, Caixa 30
Documentos inimigos apreendidos – AHEX, Caixa 30

2- Arquivo do Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial

– Rio de Janeiro - RJ

Hemeroteca - Diário do Congresso Nacional – Seção I. Ano VIII

3- Arquivo do Conselho Nacional da Associação de Ex-Combatentes do

Brasil

Estatutos e regimentos da Associação de Ex-Combatentes do Brasil
Coleção do jornal “ O Globo Expedicionário” – incompleta